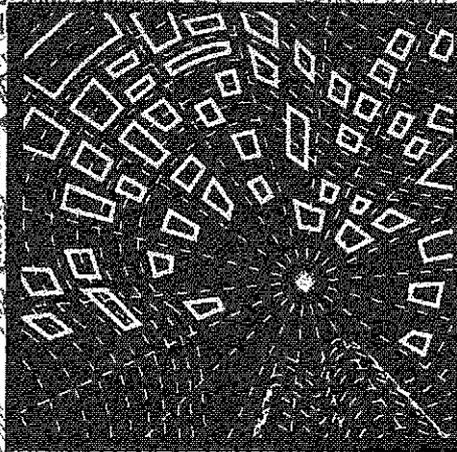


REL
N.43

079040-0



**OBSERVATÓRIO DE
POLÍTICAS URBANAS
E GESTÃO MUNICIPAL**

IPPUR • UFRJ • FASE

**COMO ANDA O RIO DE JANEIRO:
ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES SOCIAIS**

**Como anda o Rio de Janeiro:
análise de alguns indicadores sociais**

**Como anda o Rio de Janeiro:
análise de alguns indicadores sociais**

**IPPUR/UFRJ
IPLANRIO**

Coordenação:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Consultores:

**Ricardo Paes e Barros
Antônio Duran**

Pesquisadores:

**Lícia do Prado Valladares
Rosa Ribeiro
Luciana Corrêa do Lago
Antônio Carlos Alkmim dos Reis
Marta Aimée Rangel Batista
Luis Gustavo Vieira Martins**

Equipe Técnica:

**Ana Paula M. Wiemer
Cristiane Nunes Francisco
Luiz Carlos Gonçalves de Oliveira**

1995

ÍNDICE

Apresentação

Capítulo I - Demografia

Capítulo II - Trabalho

Capítulo III - Renda

Capítulo IV - Educação

Capítulo V - Família

Capítulo VI - Habitação e Saneamento

Anexo metodológico

Apresentação

Este boletim foi elaborado no âmbito do projeto de pesquisa **Avaliação da conjuntura social e das políticas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, convênio IPPUR-UFRJ/IPLANRIO e apresenta uma análise das transformações da dinâmica intrametropolitana do Rio de Janeiro durante a década de 80. Tal análise está baseada nos dados desagregados das Pesquisas Anuais por Amostra à Domicílio - PNADs - realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que, assim, permitem um exame da organização interna da metrópole. Para tanto, foram abordados os principais indicadores da conjuntura social da RMRJ, cobrindo os temas da Demografia, Trabalho, Renda, Educação, Família, Habitação e Saneamento.

Cabe observar, que como uma das preocupações que justificam o presente trabalho é a reflexão sobre os atuais limites do fenômeno da metropolização, julgamos útil incluir na organização e apresentação dos dados, assim como na análise, as áreas *interior urbano* e *interior rural*, que estão fora da região metropolitana. A comparação entre metrópole e o restante do Estado do Rio de Janeiro, com efeito, certamente contribuirá na construção de políticas públicas que leve em consideração as reais tendências à conurbação do Rio de Janeiro.

ÁREAS	RAs/MUNICÍPIOS
1. NÚCLEO	IV RA - Botafogo V RA - Copacabana VI RA - Lagoa XXIV RA - Barra Niterói
2. ZONA NORTE	VIII RA - Tijuca IX RA - Vila Isabel XIII RA - Méier III RA - Rio Comprido XXIII RA - Sta. Tereza XXRA - Ilha do Governador XXI RA - Ilha de Paqueta
3. SUBÚRBIO 1	II RA - Centro I RA - Portuária VII RA - São Cristóvão X RA - Ramos XII RA - Inhaúma XIV RA - Irajá XI RA - Penha
4. SUBÚRBIO 2	XXII RA - Anchieta XXV RA - Pavuna XV RA - Madureira XVI RA - Jacarepaguá
5. ZONA OESTE	XVII RA - Bangu XVIII RA - Campo Grande XIX RA - Santa Cruz XXVI RA - Guaratiba
6. NOVA IGUAÇU	Nova Iguaçu
7. BAIXADA FLUMINENSE	Nilópolis São João de Meriti Duque de Caxias

**8. SÃO GONÇALO E OUTROS
MUNICÍPIOS** São Gonçalo
Mangaratiba
Itaboraí
Paracambi
Magé
Itaguaí
Maricá

9. INTERIOR URBANO Zona urbana dos demais municípios do estado

10. INTERIOR RURAL Zona rural dos demais municípios do estado

Capítulo I - DEMOGRAFIA

A população brasileira cresceu, no período 1980/1991, a um ritmo bem inferior ao das décadas anteriores - 2,48% ao ano entre 1970 e 1980 e 1,89% no período seguinte - refletindo principalmente a queda da fecundidade¹, que já vinha ocorrendo desde o final dos anos 60 e que acentuou-se na última década. O Rio de Janeiro se destaca no conjunto das regiões metropolitanas, apresentando a menor taxa de crescimento - 1,10%, consequência não apenas da queda da fecundidade mas das mudanças na dinâmica migratória. Com efeito, os dados do Censo de 91 apontam para a emergência de novas tendências na distribuição da população fluminense.

A população do interior urbano cresce mais que a do estado

O estado do Rio de Janeiro apresentou uma queda geral da taxa de crescimento populacional na década de 80, que passou de 2,4% para 1,0% ao ano. Note-se no entanto que a queda ocorreu sobretudo na Região Metropolitana, enquanto que no Interior Urbano todos os municípios, exceto aqueles com menos de 10 mil habitantes, apresentaram taxas de crescimento mais elevadas. Destacam-se os municípios de 20 a 50 mil habitantes, que passa de um crescimento negativo na década de 70 para uma taxa de 1,33 %, em função principalmente do crescimento de Casimiro de Abreu e dos municípios turísticos de São Pedro da Aldeia e Saquarema. Nota-se ainda que os municípios de 50 a 100 mil habitantes mantém uma alta taxa de crescimento, mais de 2%, bem acima da média do estado. Estes municípios permitem identificar três eixos de expansão populacional no estado: o turístico, composto por Angra dos Reis e Cabo Frio; o agrícola, composto por Teresópolis, Valença e Três Rios e o eixo industrial, composto por Macaé e Resende. Entre os municípios com

¹ A queda da taxa de fecundidade foi acompanhada por mudanças nos padrões de organização familiar, ocorrendo a redução das famílias compostas por casal com filhos e o aumento das famílias monoparentais.

mais de 100 mil habitantes, somente Nova Friburgo apresenta taxa acima de 2% (Quadro 1.1).

A concentração populacional na região metropolitana é muito expressiva, embora apresente ligeira queda: 77,95% da população do estado em 1980 e 76,58% em 1991. Os municípios de 50 a 100 mil habitantes e os com mais de 100 mil evidenciam um aumento gradativo de seus respectivos pesos, desde 1970 (Quadro 1.1).

A tendência a desconcentração metropolitana é visível

O aumento da participação relativa dos municípios no incremento populacional total do estado mostra claramente a tendência, na década de 80, à desconcentração metropolitana em direção aos municípios com mais de 50 mil habitantes, responsáveis por 27% deste incremento. A região metropolitana, que participava com 80,59% no incremento em 1980, passa a participar com apenas 64,49%, em 1991 sinalizando a crescente importância das cidades médias no sistema urbano do estado.

Se o crescimento demográfico do estado do Rio de Janeiro é marcado por uma acentuada concentração espacial na região metropolitana, ainda que haja a tendência a mudanças deste quadro, o mesmo processo pode ser observado em relação à dinâmica intra-metropolitana, onde o município do Rio de Janeiro concentra a maior parte da população, das atividades econômicas e dos equipamentos e serviços públicos.

Observando a taxa de crescimento e a distribuição relativa da população metropolitana no Quadro 1.2, verifica-se duas tendências:

- a. tendência a uma distribuição populacional mais equilibrada entre as oito áreas do Estado do Rio de Janeiro, quando comparada a situação em 1970, 1980 e 1991.
- b. queda da taxa de crescimento em todas as áreas.

A Zona Oeste e São Gonçalo/Outros Municípios apresentaram, ainda, altas taxas - superiores a 2% - o que lhes garante a qualidade de áreas **receptoras** de fluxo populacional. Nova Iguaçu foi a área que apresentou a maior queda na taxa de crescimento: 4,1% na década de 70 e apenas 1,5% na década de 80. A Baixada Fluminense, por sua vez, foi, entre as áreas periféricas, a que menos cresceu na última década: 1,0%. No que concerne as áreas centrais da região metropolitana, observa-se o esvaziamento da Zona Sul/Niterói, com taxas negativas de crescimento e a estabilização da Zona Norte com uma taxa de 0,1%. Apenas o Subúrbio 2, que inclui zonas de expansão como Anchieta, Pavuna e Jacarepaguá, apresentou crescimento significativo: 1,6%.

Desde a década de 70 vem ocorrendo a desconcentração demográfica intrametropolitana: a Zona Sul/Niterói e a Zona Norte que juntas abrigavam, em 1970, 29,1% da população metropolitana, passam a abrigar, em 1991, apenas 23,1% desta. As áreas que mais aumentaram seu peso relativo foram a Zona Oeste, Nova Iguaçu e São Gonçalo/Outros Municípios.

O perfil demográfico se altera

No que se refere ao perfil demográfico, verifica-se, em primeiro lugar, que o sex-ratio se mantém inalterado nos extremos da década. No entanto, observa-se uma ligeira diferenciação espacial em relação à distribuição populacional por gênero. Enquanto nas áreas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói e no Interior Urbano a proporção de mulheres era, em 1990, maior que a dos homens (acima de 50%), em Nova Iguaçu, Baixada, São Gonçalo/Outros e Interior Rural estas proporções se equiparam. Este quadro praticamente não se alterou na década (Quadros 1.3 e 1.4). Este fato pode ser explicado pela maior concentração da população idosa nas áreas mais centrais que, por sua vez, tende a ser mais feminina na medida em que os homens morrem em média, mais cedo que as mulheres.

A distribuição espacial da população por cor é outro indicador que evidencia a diferenciação social rebatida no espaço. Os Quadros 1.5 e 1.6 mostram que a Zona Sul/Niterói, a Zona Norte e o Interior Urbano abrigam alta percentagem de brancos (acima de 70%), ao mesmo tempo em que, em Nova Iguaçu e Baixada, os negros e pardos são majoritários. Enquanto em 1990, 81,9% dos moradores da Zona Sul/Niterói e 76,8% da Zona Norte eram brancos, em Nova Iguaçu 61,2% eram negros e pardos. Cabe destacar a área de São Gonçalo/Outros Municípios que se diferencia das outras áreas periféricas ao apresentar uma população majoritariamente branca (53%).

A distribuição demográfica por cor mantém relação direta com a distribuição por faixa de renda que, como será visto mais adiante, se caracteriza pela concentração das faixas de mais alta renda nas áreas centrais e as de baixa renda nas áreas mais distantes. É interessante notar que, entre 1987² e 1990, a diferenciação espacial por cor se acentuou, com o crescimento relativo dos brancos em áreas onde eles já apresentavam altas percentagens - Zona Sul/Niterói, Zona Norte, Centro/Subúrbio 2 e Interior Urbano e, por outro lado, o aumento dos negros e pardos no Subúrbio 2, Zona Oeste e Nova Iguaçu.

O último indicador demográfico refere-se à distribuição da população por faixa etária. Como tendência geral, nota-se um ligeiro envelhecimento da população metropolitana e do interior do estado³ (Quadros 1.7 à 1.11). Enquanto a proporção de crianças, adolescentes e jovens - 0-14 e 15-24 anos - sofreu uma queda relativa na década de 80, em função da queda da fecundidade, o peso da população acima de 25 anos apresentou crescimento.

Tal tendência ao envelhecimento ocorreu em todas as áreas sem, entretanto, alterar as diferenças entre estas no que se refere à estrutura etária. Com efeito, a população

²Somente a partir de 1987, o indicador de cor foi incluído na PNAD.

³Esta mudança no quadro demográfico do Rio de Janeiro segue de perto as tendências nacionais de envelhecimento da população.

residente nas áreas periféricas - Nova Iguaçu, Baixada e São Gonçalo/Outros Municípios - continuou bem mais jovem que a das áreas mais centrais. Se em Nova Iguaçu 52,6% da população se encontrava, em 1990, na faixa de 0 à 24 anos, na Zona Sul/Niterói este percentual era de apenas 34,5%. Por outro lado, o peso da população idosa - acima de 65 anos - na Zona Sul/Niterói e Zona Norte era significativamente superior ao encontrado nas áreas periféricas: 9,9% na Zona Sul/Niterói, 9% na Zona Norte, 3,6% em Nova Iguaçu e 3,8% na Baixada (Quadro 1.11).

Capítulo II - RENDA

No decorrer da década de oitenta o Brasil experimentou variações significativas nos níveis de rendimento de sua população. A exceção foi o ano de 1986 quando, com a implementação do plano Cruzado, ocorreu uma considerável melhoria no nível dos rendimentos. Esta melhoria, logo revertida nos anos posteriores, fez com que se chegasse ao final do período com um saldo ligeiramente negativo. O rendimento médio dos ocupados brasileiros em 1981 (4,4 salários mínimos), cai em 1983 para 3,7 SM, atinge seu ponto alto em 1986 (5,9 SM), e finalmente registra novo decréscimo em 1990 (4,3 SM). A variação entre 1981 e 1990 é de apenas -2% (SOUTO et alii, 1994). Assim, passada uma década, apesar do crescimento econômico não ter sido negativo o rendimento médio dos trabalhadores diminuiu.

Além da regressão verificada no nível geral dos rendimentos, acentuou-se, durante os anos oitenta, a desigualdade da sua distribuição. As conseqüências dos sucessivos ciclos de estagnação, situação de instabilidade monetária e cenário de alta inflação não foram, no entanto, uniformes para todos os segmentos sociais. Ao contrário, segundo os indicadores de concentração de renda disponíveis, no correr dos anos oitenta, no Brasil os pobres ficaram relativamente mais pobres e os ricos mais ricos. O índice de Gini - medida que aponta entre seus valores extremos (0 e 1) a igualdade ou desigualdade absoluta dos rendimentos - apresenta um aumento de 0,56 para 0,60 entre 1981 e 1990, considerando-se a remuneração de todos os ocupados (SOUTO et alii, 1994).

No Rio de Janeiro, estado onde o nível de urbanização é um dos mais altos do Brasil, ocorreu um recrudescimento do empobrecimento e da desigualdade em níveis mais intensos que a média nacional. Segundo recente estudo de Rocha (1994), a pobreza no Brasil tende a se tornar cada vez mais um problema metropolitano, embora

persistam os bolsões de pobreza e miséria nas áreas rurais do país. Ainda de acordo com este estudo a proporção de pobres e indigentes na área metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1981 e 1990 foi a que mais cresceu entre todas as metrópoles brasileiras. Assim, ao final da década 33% de sua população vivia em situação de pobreza ou miséria, o que corresponde a 3,2 milhões de pessoas.

Uma primeira e importante discriminação espacial é apresentada pelo quadro 2.1, que aponta a parcela total dos rendimentos familiares no estado apropriada por cada uma das dez áreas. Em 1990, apenas a área composta pelos bairros da Zona Sul carioca e município de Niterói (onde residiam 9% das famílias do estado) apropriava-se de 31% do total dos rendimentos no conjunto do estado.

Seguia-se a Zona Norte e o Centro/Subúrbio 1 que acumulavam percentuais de 13% e 12%, respectivamente, do total dos rendimentos familiares no estado, ressaltando-se que a Zona Norte encontrava-se em uma posição mais favorecida, pois detinha uma proporção menor de famílias (7% contra 12% no Centro/Subúrbio 1).

A área compreendida pelo Subúrbio 2, a Zona Oeste, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense e São Gonçalo/periferia metropolitana, áreas densamente povoadas, onde residia mais da metade do total das famílias do estado (52%), apropriavam-se de cerca de 29% dos rendimentos familiares, com uma variação entre 5% (Nova Iguaçu) e 7,4% (Subúrbio 2).

O interior fluminense, subdividido em urbano e rural apresentou resultados distintos. O interior urbano detinha uma expressiva porção da renda familiar total (12%), apropriada por cerca de 15% das famílias que aí residiam. Já o interior rural (onde moravam 6% das famílias) incorporava ínfimos 2% do total da renda fluminense.

A partição dos rendimentos familiares observada em 1990 não se alterou significativamente quanto ao registrado para o ano de 1981. Vale ressaltar, no entanto, ligeira diminuição nas proporções da Zona Sul/Niterói (-6,6%) e Zona Norte (-9,4%), assim como o aumento para o interior urbano (17,4%) e Zona Oeste (12,6%). Apesar destas pequenas alterações, passados dez anos, o perfil da acentuada desigualdade na apropriação da renda familiar permaneceu inalterado no estado fluminense.

O padrão espacial refletido por este primeiro indicador, posiciona as áreas do Rio de Janeiro dentro de um continuum entre dois extremos. Um deles é formado pela Zona Sul carioca e o município de Niterói, onde se encontra a maior parcela da renda disponível no estado. No outro extremo o Interior Rural pauperizado e com reduzida população. As demais áreas posicionam-se neste eixo praticamente da mesma forma como se distanciam geograficamente. Este padrão é reproduzido por diversos outros indicadores sócio-demográficos.

A mediana da renda familiar per capita apresentada no quadro 2.2 reflete também a diferença entre os níveis de rendimentos para as áreas do estado do Rio de Janeiro. Optou-se pela mediana, pois esta medida encontra-se menos sujeita à oscilações, como as observadas em torno das médias, por exemplo.

O mesmo padrão espacial constatado em relação à apropriação da renda total pelas áreas é novamente detectado quanto à mediana dos rendimentos. Em 1990, a Zona Sul/Niterói apresentava a mais elevada dentre todas as áreas do estado equivalentes a 5,5 salários mínimos⁴ (SM) ou 33,3 mil cruzeiros novos.

⁴ O valor do salário mínimo em setembro de 1990, mês de referência do levantamento da PNAD, era de 6.056,31 cruzeiros novos que equivaliam a US\$ 83,16.

Seguia-se a Zona Norte, já com um rendimento mediano bastante inferior (3,3 SM), as áreas suburbanas (1,7 SM), subúrbios 2 (1,6 SM) e a Zona Oeste (1,4 SM), todas localizadas no município do Rio de Janeiro.

Os níveis de rendimento familiar caem, portanto, ainda mais na periferia metropolitana: mediana entre 6 e 7 mil cruzeiros novos (cerca de 1 SM) em Nova Iguaçu, Baixada e São Gonçalo/demais municípios da periferia.

O Interior Urbano apresenta um rendimento familiar mediano próximo aos Subúrbios e Zona Oeste carioca (8,2 mil cruzeiros novos ou 1,4 SM), enquanto que o Interior Rural (mediana de 4,1 mil cruzeiros novos ou 0,7 SM) destaca-se pelos reduzidíssimos níveis de rendimento, oito vezes menor que a mediana da Zona Sul/Niterói.

Se mudanças significativas não foram registradas na proporção dos rendimentos apropriada pelas áreas, entre 1980 e 1990, o mesmo não se pode afirmar quanto à renda mediana familiar. Durante a década o valor da mediana cai de 1,8 SM para 1,4 SM, uma redução de 19%.

A queda dos rendimentos, generalizada em todas as áreas do estado é no entanto mais intensa no Centro/Subúrbio 1 (-25%) e Subúrbio 2 (-20%), Nova Iguaçu (-22,6%) e São Gonçalo/outras municípios da região metropolitana (-17%).

Por outro lado, chamam atenção as menores variações nas medianas da renda familiar observadas no Interior Urbano (-4,3%) e Zona Oeste (-10%). Foram estas as mesmas áreas que apresentaram um aumento na participação da renda total do estado, o que seria um indicador de relativa melhoria no nível geral dos rendimentos nestes locais.

A redução do nível de rendimento verificou-se igualmente na distribuição dos rendimentos domiciliares per capita - indicador cujos resultados são bastante próximas aos dos rendimentos familiares - dividido por três faixas (quadros 2.3, 2.4 e 2.5).

A primeira faixa, correspondente às pessoas que recebem até meio salário mínimo domiciliar per capita (visualizada no quadro 2.3) pode ser considerada um termômetro dos níveis de pobreza no estado, assim como sua evolução na década.

Novamente, de acordo com os dados de 1990, a distinção hierárquica entre as áreas mostra-se presente, situando em um ponto limite a Zona Sul/Niterói e a Zona Norte com os menores percentuais dos mais pobres (cerca de 6,6%) e os maiores dos que auferem os maiores rendimentos (acima de 65%).

Na outra extremidade, no Interior Rural, a situação inverte-se, encontrando-se 42% de sua população composta pelos mais pobres, enquanto que apenas 6% recebem rendimento maior que dois mínimos domiciliar per capita.

Excluindo-se o Interior Rural, a proporção dos mais pobres (renda inferior a 1/2 salário) situa-se bem acima da média estadual (16,6%) em particularmente duas áreas: Nova Iguaçu (24%) e São Gonçalo/outros municípios da região metropolitana (20%).

Note-se que a Baixada Fluminense mesmo com uma proporção dos mais pobres (14,6%) abaixo da média estadual, na faixa intermediária seguinte (meio até dois salários mínimos) apresenta o maior percentual (67%) seguida por Nova Iguaçu (62%) e São Gonçalo/outros municípios da região metropolitana (58%). São estas três áreas periféricas, que formam um cinturão em torno do município do Rio de Janeiro, onde a miséria urbana encontra-se manifestamente presente.

O nível da pobreza no estado do Rio de Janeiro (pessoas que recebiam menos que 1/2 salário mínimo) durante a década aumentou de 12,2% em 1981 para 16,6% em 1990. Enquanto isto, a proporção dos que recebiam maiores rendimentos (mais do que 2 SM), sofria uma retração, passando de 36,7% em 1981 para 32% em 1990.

O aumento relativo da pobreza entre 1981 e 1990 afetou principalmente as áreas do Subúrbio 2 (8% para 15%), Interior Urbano (11,5% para 17,1%), Nova Iguaçu (16% para 24%). Já o Interior Rural apresenta um aumento de quase 10 pontos percentuais na proporção dos mais pobres (de 32,5% para 42%).

A distância entre os rendimentos dentro de cada uma das áreas fluminenses foi medida pelo índice de Gini, calculado a partir da renda familiar per capita (quadro 2.6). O índice de Gini para o Rio de Janeiro em 1990 (0,59) foi ligeiramente superior ao de 1981 (0,57). Desta forma, para o estado fluminense, a década de oitenta caracteriza-se não só pelo empobrecimento da região como um todo, como por um processo simultâneo de aumento da desigualdade social.

O maior índice de Gini entre todas as áreas do estado é verificado na Zona/Sul e Niterói (0,57). Esta área, além de ter os maiores níveis de renda do estado, apresentou igualmente a maior distância entre os mais ricos e pobres.

Caso diverso é o da Zona Norte carioca, área com elevados níveis de renda e, no entanto, mais homogênea do ponto de vista da sua distribuição. Esta área apresentou, em 1990, um índice de Gini de 0,49, valor próximo aos dos Subúrbios cariocas, Interior Urbano e Nova Iguaçu (entre 0,50 e 0,54).

A Baixada Fluminense (0,42), junto à Zona Oeste (0,46), São Gonçalo/outras municípios da região metropolitana (0,46) e interior rural (0,47) apresentam os mais reduzidos índices de Gini do estado.

O crescimento mais significativo desse índice de desigualdade, entre 1981 e 1990, se deu no Centro/Subúrbio 1 (19%) e Interior Urbano (10%), Subúrbios 2 (8%), Zona Sul/Niterói (6%) e Nova Iguaçu (5%).

Capítulo III - EDUCAÇÃO

Os indicadores de instrução, em certo sentido mais precisos que os indicadores de renda, captam como estes as diferenças entre os segmentos populacionais e suas transformações no tempo. Os indicadores de instrução, embora não diretamente ligados à captação do nível de bem estar material e distribuição dos bens, mantém em geral com estas outras variáveis uma forte correlação.

O Brasil, segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1992), apresentou, em 1990, uma taxa de alfabetização de sua população adulta na ordem de 81% e uma média de 3,9 anos de escolarização. Um patamar reduzido, confrontando estes dados com o dos demais países da América Latina, por exemplo. A taxa de alfabetização da Argentina, para este mesmo ano situava-se em 95%, enquanto os anos médios de estudo alcançava 8,7; para o Chile este valores eram 93% (alfabetização) e 7,5 (média de anos de estudo); e para o Paraguai 90,1% (alfabetização) e 4,9 (média de anos de estudo).

Mesmo considerando-se o ainda baixo nível de escolarização brasileira face a outros países, deve-se notar que na década de oitenta ocorre uma significativa diminuição do analfabetismo para as suas mais diferentes regiões. De acordo com dados da PNAD, enquanto que no Brasil urbano há uma queda de 23% na taxa de analfabetismo entre 1981 e 1990 (17,5% para 13,5%), no Brasil rural ocorre uma redução de 14% (44% para 37,8%), (IBGE, 1992).

Outro aspecto a ser salientado diz respeito às grandes diferenças de escolarização observadas entre as regiões brasileiras. Em 1990, no Brasil como um todo, a proporção dos menos instruídos (menos de 1 ano de estudo) entre a população de 10 anos e mais situava-se em torno de 18%, o mesmo percentual dos que

alcançaram pelo menos os nove anos de estudo (primeira série do segundo grau). Na região Nordeste do país o percentual dos menos instruídos (menos de um ano de estudo) situava-se em 34,5%, proporção três vezes superior ao da região Sudeste (11,8%). Por outro lado, na região Nordeste, apenas 11,8% do total de pessoas de 10 anos e mais cumpriram pelo menos a primeira série do segundo grau (9 anos de estudo), sendo este percentual de 21,7% na região Sudeste (IBGE, 1992).

Assim, o aumento da escolarização observado no decorrer da década de oitenta foi insuficiente não só para colocar o Brasil em nível próximo aos seus países vizinhos, como para atenuar as diferenças entre suas regiões.

Cabe ressaltar que a erradicação do analfabetismo no país, de resto um empreendimento social ainda a ser cumprido, constitui tão somente um primeiro passo no sentido de reverter o quadro das carências educacionais. Segundo critérios seguidos por países desenvolvidos e estabelecido como meta pela constituição brasileira, considera-se como alfabetização completa a obtenção do primeiro grau (oito anos de estudo concluídos), cumprindo-se um currículo indispensável para domínio crítico de habilidades específicas básicas (leitura, escrita, aritmética, etc.) (Carvalho, Kappel e Alves, 1994).

Por outro lado, face às recentes transformações tecnológicas, complexificação das relações, instrumentos e técnicas ligadas ao mundo do trabalho e da comunicação, as exigências de aperfeiçoamento do capital humano deslocam, efetivamente, as bases de formação educacional necessárias, o que deveria provocar não só um incremento geral nos níveis de instrução, como a introdução de capacitação mais específicas

A distribuição espacial dos indicadores de instrução analisados para o estado do Rio de Janeiro, de certa maneira reproduzem as diferenciações encontradas ao nível nacional como um todo, embora em geral, apresente patamares superiores.

Praticamente da mesma forma como os indicadores de renda, os indicadores de instrução básicos utilizados hierarquizam as áreas do estado, servindo como proxy para medir a distância entre status sócio-econômico de seus agregados populacionais.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais para o estado fluminense (quadro 3.2), em 1990 atingia 9,5%, registrando uma queda de 19% em relação ao ano de 1981 (11,7%). Chama imediatamente atenção a diferença entre as áreas do município do Rio de Janeiro e Niterói e as demais áreas do estado. No primeiro grupo as taxas de analfabetismo são bem mais reduzidas (entre 3,6% na Zona Norte e 7,8% no centro/subúrbios 1), enquanto que no segundo variam entre 10% na Baixada e 26,7% no interior rural.

A redução da taxa de analfabetismo durante a década atingiu todas as áreas do estado, sendo relativamente mais acentuada na Zona Norte (6,2% para 3,6%), Zona Oeste (9,5% para 5,9%), Nova Iguaçu (17,2% para 12,5%), Baixada (13,4% para 10%) e São Gonçalo/outros municípios da região metropolitana (15,9% para 12,7%).

Os quadros 3.3 e 3.4 dividem a população adulta do estado (pessoas com 25 anos ou mais) em duas faixas de instrução, detalhando as diferenças para estes indicadores entre as áreas e a sua evolução na década de oitenta.

A proporção de pessoas com mais baixa instrução (até 3 anos de estudo) segue, para o ano de 1990, basicamente a mesma distribuição espacial observada quanto à taxa de analfabetismo: oposição entre as áreas do município do Rio de Janeiro e Niterói e as demais áreas, assim como um continuum que parte da Zona Sul/Niterói até o interior rural.

Da mesma forma, avaliando-se a proporção dos mais instruídos (12 anos e mais de estudo) a distância entre a Zona Sul/Niterói e Zona Norte as áreas restantes torna-

se surpreendentemente mais acentuada. Mais de um quarto da população adulta nestas áreas (25,3% na Zona Norte e 37,4% na Zona Sul Niterói) concluiu, em 1990, pelo menos um ano do curso superior, detendo, portanto, um nível de qualificação bem mais elevado que o restante do estado. O percentual mais alto a seguir é registrado para as áreas suburbanas cariocas e abrange somente cerca de 10% de sua população adulta. Novamente, no interior rural este percentual é o mais reduzido (1,4%).

No correr da década de oitenta a proporção das pessoas situadas na faixa mais baixa de instrução (0 a 3 anos de estudo) reduz-se em 15,2%, enquanto que a faixa com maior escolarização (12 anos de estudo ou mais) registra crescimento relativo de 29,8%. Inequivocamente, isto comprova a melhoria no nível de escolarização da população adulta do estado.

No entanto o padrão da melhoria é diferenciado, de acordo com a área. A Zona Sul/Niterói apresenta uma redução percentual em todas as faixas, com exceção da última (12 anos ou mais de estudo). Isto significa que o perfil de mais alta escolaridade que caracteriza esta área acentuou-se ainda mais durante os anos oitenta.

A Zona Norte apresenta uma evolução próxima à da Zona Sul, embora a faixa superior de instrução (a partir de 12 anos de estudo) tenha apresentado o maior crescimento relativo.

Já as áreas suburbanas sofreram significativa retração entre os menos instruídos, com até 3 anos de estudo (especialmente os subúrbios 2), embora a melhoria mais substantiva tenha se dado no nível mais alto (12 anos e mais).

A melhoria do perfil de instrução nas áreas da periferia metropolitana (Nova Iguaçu, Baixada, São Gonçalo/outros municípios da região metropolitanos) apresentam

o mesmo comportamento que nos subúrbios cariocas: diminuição percentual dos menos instruídos e aumento da faixa superior. O interior urbano distingue-se deste grupo pois apresenta um aumento relativo também entre os mais instruídos (12 anos e mais).

Finalmente, o interior rural, apesar dos precários níveis de escolaridade consegue reverter significativamente o percentual de escolarização nas faixas mais baixas, aumentando mais significativamente o percentual de escolarização na faixa superior.

Não há portanto, saltos surpreendentes ou alterações substanciais durante a década de oitenta, entre as áreas do estado do Rio de Janeiro. A melhoria generalizada das condições de escolaridade ocorrem de acordo com as características específicas das áreas. Onde o nível de instrução é mais baixo há um aumento maior nas faixas de escolaridade imediatamente seguintes, onde é mais alto, acentua-se ainda mais o nível de instrução de sua população.

Em suma, apesar da situação educacional no Rio de Janeiro se apresentar relativamente melhor em comparação ao restante do país, ainda encontram-se presentes as marcantes desigualdades, não atenuadas no decorrer dos últimos anos.

Capítulo IV - TRABALHO

O mercado de trabalho, no Brasil, passou durante a última década por transformações significativas. Autores como Eichenberg Silva et alii (1992), Oliveira (1993), Sabóia (1991) e Guimarães Neto (1990), por exemplo, ao fazerem um balanço da situação na década, apontam as principais tendências destas mudanças. Entre estas destacam-se as seguintes:

- aumento generalizado nas taxas de participação no mercado;
- aumento da participação feminina na força de trabalho;
- redução da taxa de desemprego aberto;
- terciarização do mercado de trabalho;
- aumento da informalização;
- avanço das relações de trabalho no campo;
- melhora dos níveis de instrução da força de trabalho;
- redução na renda das pessoas ocupadas.

Pretende-se, nesta parte do trabalho, fazer uma análise da situação da população ocupada nas diferentes áreas do estado do Rio de Janeiro, procurando avaliar em que medida as tendências acima enumeradas se refletiram no contexto do mercado de trabalho fluminense.

Cresce a taxa de atividade apesar da crise econômica

A despeito do quadro de crise econômica acentuada no Estado do Rio de Janeiro, durante a última década, a população ocupada em idade ativa (quadro 4.1) apresentou um crescimento relativo de 7,5%, pouco acima do crescimento da PEA, passando de 47,9%, em 1981, para 51,5%, em 1990. As áreas com maior proporção de pessoas ocupadas eram Zona Sul/Niterói, Interior Rural, São Gonçalo e demais municípios e Zona Norte. Na

primeira e na última, as taxas elevadas de ocupação estão associadas, pelo menos parcialmente, às baixas proporções de pessoas até 24 anos. Em São Gonçalo e demais municípios da periferia, as altas taxas de ocupação, em 1990, provavelmente foram resultado de uma ampliação do mercado de trabalho na última década. O alto índice de ocupação no Interior Rural se deve às próprias características do trabalho agrícola envolve os diferentes membros da família inclusive crianças e adolescentes. A Zona Oeste é a área que apresentava a menor taxa de ocupação tanto no início (44,4%) quanto no final (47,9%) da década. Nesta área encontrava-se também a menor taxa de atividade entre as mulheres cônjuges de todo o estado e a maior proporção de pessoas dedicadas aos afazeres domésticos.

O aumento da proporção de pessoas ocupadas no Rio de Janeiro ocorreu em todas as áreas sendo que, com mais força, na área constituída por São Gonçalo e demais municípios da periferia, em Nova Iguaçu e no Interior Urbano. Este crescimento na primeira área deve-se à expansão dos ramos de comércio e de prestação de serviços. Já Nova Iguaçu foi a única área onde além de ter havido crescimento nos setores mencionados houve também incremento do número de ocupados na indústria de transformação. No Interior Urbano, por sua vez, o crescimento da população ocupada se deve mais à ampliação das chamadas atividades sociais, do comércio e da administração pública. A contrapartida deste quadro de aumento generalizado da população ocupada foi a redução do percentual de pessoas procurando trabalho e das pessoas que só estudavam, enquanto permaneceu estável o percentual de pessoas dedicadas aos afazeres domésticos e aposentados.

Em que trabalham as pessoas no Rio de Janeiro ?

No final da década de 80, os ramos de atividade que mais absorviam pessoas ocupadas, no Estado do Rio de Janeiro, eram Prestação de Serviços (24,6%), Indústria de

Transformação (15,4%), Comércio de Mercadorias (14,6%) e Atividades Sociais (11,7%). Estas últimas incluem entre outras atividades aquelas ligadas à educação e à saúde.

À exceção da Indústria de Transformação, que reduziu seu pessoal ocupado em -12,5%, no período, todos os outros ramos de atividade cresceram. No entanto, a indústria de transformação continua sendo o segundo ramo que mais emprega no estado.

A distribuição, por área de residência, das pessoas ocupadas nestes ramos de atividade é bastante diferenciada.

As pessoas ocupadas na Prestação de Serviços estavam mais concentradas em Nova Iguaçu, São Gonçalo e demais municípios e na Baixada, áreas onde mais de 25% da população ocupada trabalhava nesta atividade (quadro 4.2). As áreas que apresentaram os maiores crescimentos relativos de população ocupada neste ramo foram São Gonçalo, Subúrbio 2, Zona Norte e Nova Iguaçu.

Os trabalhadores da Indústria de Transformação, por sua vez, estavam mais presentes no Centro/Subúrbio 1, na Baixada, no Subúrbio 2 e em Nova Iguaçu, onde entre 16,5% e 20% da população ocupada trabalhava neste gênero de atividade (quadro 4.3). Vale notar que só nessa última área houve um aumento de cerca de 10% na população ocupada neste tipo de indústria, em todas as demais houve redução.

Os pessoas ocupadas no Comércio de Mercadorias, terceiro ramo de atividade mais importante do estado, se distribuíam prioritariamente na Baixada, em Nova Iguaçu, na Zona Oeste e no Centro/Subúrbio 1, variando em proporções que oscilavam entre 16% e 21% (quadro 4.4). As áreas que apresentaram maior crescimento de pessoal ocupado neste tipo de atividade foram as três primeiras.

Finalmente, as pessoas que trabalhavam em Atividades Sociais residiam mais frequentemente nas seguintes áreas: Zona Sul/Niterói, Zona Norte, Interior Urbano, Zona Oeste e Subúrbio 2, em proporções que variavam de 13% a 18% (quadro 4.5). O aumento do número de pessoas ocupadas neste ramo foi mais expressivo sobretudo no Interior urbano, na Zona Oeste, na Zona Norte e no Centro/Subúrbio 1.

Além destes ramos de atividade, a população ocupada se distribuía, em menor proporção pela Indústria da Construção 6,6%; Administração Pública 6,1%; Transportes e Comunicações 5,9%; Serviços Auxiliares da Atividade Econômica 4,5%; Atividades Agrícolas 4,5%; e Outras Atividades Industriais 1,5%.

A Indústria da Construção é outro ramo que vem perdendo espaço na economia fluminense - caiu na década de 9,3% para 6,6% em termos de população ocupada (quadro 4.6). As pessoas ligadas a esta atividade estavam distribuídas preferencialmente em São Gonçalo e demais municípios, Nova Iguaçu e Baixada.

A administração pública se manteve estável em termos de pessoal ocupado, cerca de 6%. A presença de trabalhadores ligados a estas atividades era mais expressiva na Zona Norte, na Zona Oeste, Subúrbio 2 e Zona Sul/Niterói - entre 7% e 9% da população ali residente (quadro 4.7). Apesar de ter se mantido estável no conjunto do estado a população ocupada nesta atividade diminuiu em quase todas as áreas com exceção do Interior Urbano e Rural e São Gonçalo e demais municípios.

As atividades ligadas aos Transportes e Comunicações formam um ramo pouco expressivo no que tange ao percentual de pessoas ocupadas (quadro 4.8). Era na Zona Norte e Centro/Subúrbio 1 que este grupo tem mais peso, tendo se verificado na primeira destas áreas seu crescimento relativo mais expressivo na década.

Apesar do peso pouco expressivo das pessoas ocupadas nos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica é importante ressaltar que junto com o comércio, esta foi a atividade que mais cresceu na década - 18,7% e 18,4% respectivamente. Na zona sul e Niterói encontra-se uma proporção expressiva de pessoas trabalhando nos serviços auxiliares da atividade econômica, 12,1 %. Na zona norte o percentual de pessoas neste tipo de atividade também encontra-se acima da média (quadro 4.9).

Finalmente, o ramo Outras Atividades Industriais reunia 1,5% da população ocupada do estado e manteve-se estável durante a década, apresentando tendência à redução (quadro 4.10).

As Atividades Agrícolas, como era de se esperar em um estado com elevado índice de urbanização, só tinham expressão no Interior Rural, onde inclusive apresentaram queda relativa de cerca de 20% (quadro 4.11). Assim, no final da década menos da metade, 43,1% da população ocupada residente nesta área, trabalhava nesse setor.

Em resumo, a expansão da atividade econômica no Rio de Janeiro se deu nitidamente no sentido de uma crescente terciarização. Isto pode ser visto pelo peso da população ocupada e pelo crescimento relativo na prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades sociais.

As condições de trabalho se tornam mais precárias

No final da década, a maior parte das pessoas ocupadas no estado, 43,2%, eram empregados com carteira (quadro 4.12). No entanto, essa categoria vem diminuindo no correr da década, um indício da precarização das relações de trabalho. Em 1981, representava 47,5% da população ocupada. A redução se deu em praticamente todas as áreas especialmente em São Gonçalo e demais municípios da periferia, Interior Urbano e Subúrbio 2. Além do Interior Rural essas eram as áreas que, em 1990, apresentavam

menor percentual de pessoas ocupadas como empregados com carteira. Zona Norte e Centro/Subúrbio 2, por outro lado, eram áreas onde havia maior proporção de empregados deste tipo, 52%.

Os empregados sem carteira constituíam 18,5% da população ocupada formando uma categoria que permaneceu relativamente estável durante a década (quadro 4.13). Em 1981, representava 17,4% dos ocupados. As áreas onde este grupo apresentava maior percentual eram Interior Rural, São Gonçalo e demais municípios da periferia, Nova Iguaçu e Interior Urbano. Os maiores crescimentos relativos desta categoria de trabalhadores, no entanto, foram verificados na Zona Oeste e no Subúrbio 2.

Os empregados públicos concentrava 13% da população ocupada, tendo se mantido estável durante o período (quadro 4.14). A única área onde houve crescimento significativo desta categoria foi o Interior Urbano. Aumento este que está intimamente associado à ampliação das atividades ligadas à administração pública propriamente dita e às atividades sociais naquela área. Com exceção do Interior Rural, São Gonçalo e demais municípios da periferia, Baixada e Nova Iguaçu, todas as outras áreas tinham entre 12% e 20% de sua população dedicada a estas atividades.

Por último, a categoria dos conta-própria reunia cerca de 20% da população ocupada em 1990 (quadro 4.15). Esta foi a categoria que mais aumentou em termos relativos durante a década, 15%. Cinco áreas se destacaram por terem uma proporção de trabalhadores conta-própria mais elevada do que a média: São Gonçalo e demais municípios da periferia, Baixada, Nova Iguaçu, Subúrbio 2 e Interior Urbano. Sem dúvida o maior crescimento da categoria dos conta-própria ocorreu em São Gonçalo e demais municípios da periferia, onde as atividades de Prestação de Serviços mais se ampliaram.

O crescimento expressivo da categoria conta-própria acompanhado do aumento dos empregados sem carteira revela o aprofundamento do processo de terceirização do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, bem como de sua informalização.

Uma das consequências mais importantes desta última é a redução da contribuição à previdência social que diminuiu 6,5% (quadro 4.16), passando de 70,4%, em 1981, para 66,1%, em 1990. Isto significa que um terço da população ocupada no final da década não tinha acesso aos benefícios da cobertura previdenciária. A redução da contribuição se deu em todas as áreas salvo no Interior Rural onde apresentou um pequeno aumento passando a ser de 41,7% da população. As áreas da Zona Sul/Niterói, Zona Norte e Centro/Subúrbio 1, justamente aquelas onde se concentrava a população de nível sócio-econômico mais elevado do estado, eram as que apresentavam índices de cobertura previdenciária de sua população mais altos - acima de 74%. Já as áreas mais pobres, Nova Iguaçu e São Gonçalo e demais municípios da periferia e Interior Rural, eram as que apresentavam os índices mais baixos.

Um último indicador das condições de trabalho da população ocupada é o número médio de horas semanais de trabalho (quadro 4.17). Em 1990, trabalhava-se em média no Rio de Janeiro 42,4 horas por semana, quase três horas a menos que no início da década. Esta redução poderia ser um indicativo de melhoria das condições de trabalho se correspondesse pelo menos a uma estabilização da renda obtida pelas pessoas ocupadas. No entanto, isto não se verificou. Por outro lado, não se deve esquecer que essa redução foi acompanhada de uma precarização das relações de trabalho, e da entrada simultânea de mais pessoas da família no mercado de trabalho, sinais de que ela não foi necessariamente uma conquista.

Diminui o rendimento da população ocupada

A precarização das relações de trabalho se reflete claramente na renda da população ocupada (quadro 4.18). Em 1990, 50% desta população ganhava 2,3 salários mínimos ou menos, isto é, 25% menos que no início da década.

Em todas as áreas, sem exceção, houve durante o período considerado, perda na renda mediana dos ocupados. No entanto, essa foi mais notória, justamente nas áreas mais pobres, interior rural, São Gonçalo e outros municípios da periferia, Nova Iguaçu e Baixada. Nestas áreas as perdas variaram de 39,4% a 32,1%, bem maiores que a redução para o conjunto da população ocupada. As menores perdas se deram, justamente nas áreas mais ricas, zona sul/Niterói e zona norte, -15,2% e -8,5% respectivamente.

Ao final da década continuava grande a distância entre as diferentes áreas do Rio de Janeiro no que diz respeito à renda da população ocupada. A situação era bem melhor na Zona Sul/Niterói e na Zona Norte onde esta se situava próximo a 5 salários mínimos. Isto se deve ao fato da população ocupada ali residente, como vimos, ser mais instruída e exercer preferencialmente ocupações técnicas e administrativas sendo, portanto, melhor remunerada. No Centro/Suburbio 1, no Suburbio 2, e na Zona Oeste a população ocupada já tinha uma renda mediana bem mais baixa, entre 2,5 e 2,8 salários mínimos. Um terceiro grupo é composto por Nova Iguaçu, Baixada, São Gonçalo e outros municípios da periferia e Interior Urbano onde a renda de metade dos ocupados variava entre 1,7 e 2 mínimos. Finalmente, o Interior Rural apresentava a pior situação com uma renda mediana de 1 salário.

Capítulo V - FAMÍLIA

Analisar as condições de vida de uma população sem passar pela questão da família torna essa avaliação, de certa forma incompleta. Diferentes autores vêm mostrando a importância da família no processo de reprodução social. É no âmbito familiar que se tomam as decisões sobre como e de que forma obter os recursos que permitam alcançar a satisfação das necessidades dos indivíduos que fazem parte daquele núcleo. Nesse processo entram em jogo muitas variáveis: características pessoais, posição na unidade familiar, situação econômica da família. É importante não esquecer que as expectativas e decisões dos grupos familiares refletem também condições exteriores a eles, sejam dadas de forma mais imediata pelo mercado de trabalho ou impostas pelo funcionamento da economia como um todo.

A família no Rio de Janeiro está cada vez menor

Aproximadamente 4 milhões de famílias viviam no Estado do Rio de Janeiro no final da década de 80. Dentre estas, cerca de 80% habitavam a região metropolitana.

Os grupos familiares que residiam no Estado do Rio de Janeiro em 1990, tinham, em média, 3,4 membros no total (quadro 5.1), sendo 1,5 filhos (quadro 5.2). O tamanho médio das famílias no estado é mais baixo que aquele encontrado, tanto para o conjunto das áreas urbanas do país, 4,8, quanto para a Região Sudeste, 3,9. O mesmo ocorre com o número médio de filhos que no Rio de Janeiro é inferior ao do Brasil, 2,0 e da Região Sudeste, 1,9. No Interior rural, Nova Iguaçu, São Gonçalo e outros municípios da periferia e na Baixada, áreas mais pobres do estado, as famílias, em geral, são maiores e tem mais filhos.

Em todas as áreas, observa-se, entre 1981 e 1990, uma redução no tamanho das famílias decorrente fundamentalmente da queda da fecundidade, fenômeno típico do processo de transição demográfica, que já vinha ocorrendo desde o final dos anos 60 e se acentuou na última década. As áreas que apresentaram, no período, maior redução no tamanho médio de suas famílias foram justamente aquelas onde se verificou uma diminuição mais significativa no número de filhos, a saber: Interior Urbano e Rural, Zona Oeste, Zona Norte e São Gonçalo e outros municípios da periferia.

A redução do tamanho das famílias decorre ainda do aumento das formas não tradicionais de estrutura familiar, ou seja famílias monoparentais, entre as quais a mais comum é aquela constituída pela mulher sem cônjuge e com filhos, e unidades domésticas unipessoais.

Crescem as famílias chefiadas por mulheres

Embora o modelo predominante seja o de casal com filhos (54,8% das famílias, no Rio de Janeiro, em 1990) este tipo de arranjo doméstico vem se tornando menos frequente (quadro 5.3). É interessante registrar que, entre todas as regiões metropolitanas brasileiras, é na do Rio de Janeiro que se encontrava, no final da década, a menor proporção de famílias formadas por casal com filhos. Isto se deve à reduzida taxa de fecundidade no Estado do Rio de Janeiro, 3,24 a mais baixa do país. A redução desse tipo de família vem dando lugar ao crescimento de novas formas de organização familiar. Enquanto as famílias daquele tipo tiveram uma redução proporcional de -5,2%, o que ocorreu com intensidade variável em todas as áreas do estado, outros tipos se tornaram mais presentes.

As famílias de mulheres chefes sem cônjuge com filhos (15,4% no final da década) destacam-se em importância, não só por constituírem a segunda forma mais frequente de arranjo familiar, como também por terem apresentado o maior crescimento, 10 %. A

presença desse tipo de família varia pouco entre as diferentes áreas do estado salvo no Interior Rural onde é bem mais baixa que a média, 9,5%, o que se explica por ser este um fenômeno tipicamente urbano (quadro 5.4).

O crescimento das famílias chefiadas por mulheres foi mais acentuado em diferentes tipos de áreas. Em Nova Iguaçu e em São Gonçalo e outros municípios da periferia, cujos índices de pobreza estão entre os mais elevados do estado, isto não surpreende uma vez que esse tipo de família é, tradicionalmente, mais frequente entre os segmentos mais pobres da população. Já na Zona Norte, a segunda área mais rica do estado, o surgimento de novas famílias desse tipo poderia estar associado a um possível deslocamento de mulheres chefes de família que saíram da Zona Sul com os filhos para residirem na Zona Norte onde, em média, o preço dos imóveis é mais baixo.

A terceira forma mais frequente de estrutura familiar é a de casal sem filhos que, no Rio de Janeiro, reunia 14,4% das unidades domésticas (quadro 5.5). Zona Sul/Niterói é a área que se destaca por ter a maior proporção de famílias desse tipo 18,9%. Isto se explica, em parte, por ser esta a área mais rica e de maior concentração de população de mais velha. Em 42,2% das famílias que ali residiam, em 1990, a média de idade do chefe e da cônjuge era de 50 anos e mais, o que indica, pelo menos em parte, tratar-se de famílias cujos filhos já adultos deixaram a casa dos pais. No Brasil a renda média per capita das famílias sem filhos era quase o dobro daquelas com filhos, 13,6 e 1,9 salários mínimos respectivamente, o que também explicaria sua localização preferencial na zona sul/Niterói..

No conjunto do estado não se verifica um crescimento muito significativo dos casais sem filhos.. No entanto, pode-se perceber, entre 1981 e 1990, alterações expressivas em suas diferentes áreas. Foi na Baixada e o Interior Urbano onde houve maior aumento relativo desse tipo de família. No caso do Interior Urbano, pode-se levantar a hipótese do deslocamento de casais mais velhos para fora da região metropolitana em busca da tranquilidade das cidades de menor porte. As maiores reduções se deram na Zona Norte e

no Centro/Subúrbio 1 onde se verificou, simultâneamente, um aumento das famílias chefiadas por mulheres e de unidades domésticas constituídas por uma única pessoa .

Morar só é uma opção cada vez mais frequente

Morar só, situação também típica de áreas metropolitanas, onde os laços de parentesco tendem a ser mais tênues, era uma alternativa que representava, em 1990, 9,3% dos arranjos familiares no Estado do Rio de Janeiro. No final da década, apenas Porto Alegre tinha uma proporção mais elevada de pessoas morando sózinhas que na RM do Rio de Janeiro. As unidades domésticas de uma só pessoa estão mais presentes na áreas Zona Sul/Niterói, Zona Norte e Centro/Subúrbio 1. Tais áreas mais ricas e portanto melhor equipadas no que diz respeito à infraestrutura de comércio e serviços tendem, por isso mesmo, a atrair maiores proporções de pessoas na terceira idade. No Brasil, a maioria das unidades domésticas desse tipo era constituída, no final da década por mulheres de 60 anos e mais inativas. No entanto, não é nesse segmento que tem se dado os aumentos mais significativos desse tipo de família mas sim entre homens e mulheres de menos de 40 anos que estão, por um lado, se casando mais tarde e, por outro, se separando com mais frequência.

Novamente, constata-se que o aumento mais expressivo desse tipo de unidade doméstica se deu na Zona Norte, provavelmente pelas mesmas razões já apontadas no caso das famílias chefiadas por mulheres. No entanto, outras áreas também apresentaram crescimento de pessoas morando sozinhas destacando-se a Zona Oeste e Centro/Subúrbio 1.

Na crise as famílias trabalham mais

A crise econômica pela qual passou o país e, em especial, o Estado do Rio de Janeiro, bem como a reestruturação do mercado de trabalho, tiveram consequências

visíveis sobre as estratégias de obtenção de renda por parte das famílias. Apesar da situação crítica da economia do estado, os níveis de emprego não se reduziram durante o período. Ao contrário, as taxas de atividade passaram de 51,7%, em 1981, para 53,9%, em 1990. No entanto, a repercussão daqueles processos foi bastante conforme a área de residência, a posição no grupo familiar, o sexo e a idade de cada um dos componentes.

Como previsível, a maior taxa de atividade foi encontrada para os chefes homens (83,5% em 1990), principais responsáveis pelo sustento da unidade doméstica. Taxas mais elevadas que a média foram encontradas no Interior Rural, em São Gonçalo e outros municípios da periferia, na Baixada, em Nova Iguaçu e na Zona Sul/Niterói. Com exceção dessa última, todas as outras eram áreas onde se encontravam as menores proporções de pessoas na terceira idade tendo também menos aposentados. Sua população tende a trabalhar, com mais frequência, em atividades do mercado informal fato que associado a seu baixo status sócioeconômico prolonga os anos de trabalho. Já na Zona Sul/ Niterói os chefes homens tem um nível de instrução bastante elevado (mais de 10 anos de estudo, em média). Estão situados no topo da pirâmide ocupacional e por isto tendem a permanecer mais anos no mercado de trabalho. Apesar da taxa de atividade em geral ter aumentado, a dos chefes apresentou tendência a leve redução durante o período, -0,7% (quadro 5.7). A área na qual essa redução foi mais expressiva, -7,5%, foi a Zona Oeste. Reduziram também seus níveis de emprego os chefes residentes no Centro/Subúrbio 1, Zona Norte e Subúrbio 2.

A segunda taxa de atividade mais alta é a dos filhos adultos, 18 anos e mais, situando-se em 75,3%, relativamente próxima a dos chefes homens (quadro 5.8). Em algumas áreas como o Interior Rural, São Gonçalo e outros municípios da periferia e Baixada essas proporções eram superiores a 80%. Trata-se de áreas de baixos rendimentos do pessoal ocupado, e com famílias de tamanho médio mais elevado o que explica a necessidade de uma incorporação mais intensa dos filhos de 18 anos e mais ao mercado de trabalho. Já na Zona Sul/Niterói e na Zona Norte encontra-se taxas de

atividade bem menos elevadas tendo em vista que tanto as taxas de atividade dos chefes quanto das cônjuges são altas o que faz com que parte dos filhos nesta faixa de idade ainda estejam liberados para se dedicarem ao estudo. Este comportamento está, no entanto, se modificando o que pode ser identificado por um crescimento mais de duas vezes superior ao da média na taxa de atividade dos filhos nessa faixa de idade na Zona Sul/Niterói. Destaca-se também o elevado crescimento da atividade dos filhos em Nova Iguaçu 8,7%.

As mulheres chefes, por sua vez, apresentaram um comportamento diferente dos chefes homens no que diz respeito à incorporação ao mercado de trabalho. Entre elas houve um pequeno aumento das taxas de atividade, 4,2%, entre 1981 e 1990. No entanto, sua participação no mercado de trabalho, 51,2% é bem menor do que a dos chefes homens (quadro 5.9). Isto porque quando são chefes de famílias mais velhas já contam com o auxílio dos filhos, delegando a eles parte do sustento familiar. Por outro lado, quando só tem filhos pequenos, ainda assim sua participação no mercado de trabalho não é equivalente a dos chefes homens uma vez que tem que se ocupar das crianças. As maiores taxas de atividade entre as mulheres chefes foram encontradas nas áreas da Baixada, Zona Norte, e São Gonçalo e outros municípios da periferia, variando em torno de 55%. As menores taxas ocorreram no Interior Rural, Interior Urbano e Subúrbio 2 situando-se entre 38,6% e 48,4%.

Entre 1981 e 1990, a participação das mulheres chefes no mercado de trabalho no Rio de Janeiro aumentou na maior parte das áreas com maior destaque para São Gonçalo e outros municípios da periferia, Interior Urbano, Centro/Subúrbio 1 e Zona Oeste.

É muito expressivo o aumento da participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho

No final da década, mais de um terço das mulheres cônjuges trabalhava, encontrando-se no Rio de Janeiro uma taxa de atividade, 37%, semelhante a do conjunto do Brasil (quadro 5.10). Em algumas áreas superava os 40%, sendo as mais altas na Zona Sul/Niterói e na Zona Norte, onde as mulheres são, em geral, mais instruídas, em média tinham mais de 8 anos e meio de estudo em 1990, e tem melhor nível sócioeconômico o que facilita sua inserção no mercado de trabalho. Destacava-se ainda São Gonçalo e outros municípios da periferia onde, embora essas condições não fossem encontradas, a participação da mulheres cônjuges no mercado de trabalho era de 42,2%. As áreas de participação mais baixa eram a Zona Oeste, o Interior Rural, o Centro/Subúrbio 1 e Nova Iguaçu.

Foi surpreendente na década o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho sobretudo das cônjuges. No Rio de Janeiro esse crescimento foi de 27%, praticamente o mesmo verificado na média nacional. As taxas de atividade das mulheres cônjuges aumentaram em todas as áreas sem exceção o que não se observou em relação à nenhum outro membro da família. Foi em São Gonçalo e outros municípios da periferia, no Interior Rural e no Interior Urbano que esses aumentos se verificaram com mais intensidade, acréscimos de mais de 43%.

Os adolescentes trabalham quase tanto quanto suas mães

Os filhos de 15 a 17 anos, em 1990, trabalhavam quase tanto quanto as mulheres cônjuges, 34,6% deles estavam inseridos no mercado de trabalho (quadro 5.11). Novamente, torna-se a encontrar taxas de atividade mais elevadas que a média para esse grupo no Interior Rural, em São Gonçalo e outros municípios da periferia, na Baixada e no Interior Urbano. Com exceção dessa última as demais são as mesmas áreas em que se

verificou uma elevada participação de filhos adultos no mercado de trabalho e as razões daquela participação são as mesmas que explicam a intensidade do trabalho de adolescentes nessas áreas.

No conjunto do estado houve um pequeno aumento das taxas de atividade desse grupo, 4,6%. Em cinco das dez áreas houve aumento significativo dessas taxas: Subúrbio 2, Zona Sul e Niterói, São Gonçalo e outros municípios da periferia, Zona Oeste e Zona Norte. No Subúrbio 2 e em São Gonçalo e outros municípios da periferia verificaram-se perdas acentuadas na renda pessoal, mais de 25% em média no período, o que poderia ser uma explicação para a maior incorporação desses adolescentes ao mercado de trabalho.

Os filhos de 10 a 14 anos apresentavam uma taxa de atividade de 7,5%, em 1990, praticamente a mesma do início da década. Mais uma vez, verifica-se que as maiores taxas são encontradas em áreas mais pobres: Interior Rural, São Gonçalo e outros municípios da periferia e Baixada.

Diminui a importância da renda do chefe homem no orçamento familiar

As mudanças relativas à intensidade e à forma de participação dos diferentes membros da família no mercado de trabalho sem dúvida repercutiram no papel de cada um deles na formação da renda familiar.

Em 1990, mais da metade da renda familiar, 57,9%, ainda era de responsabilidade dos chefes de família homens. (quadro 5.12). A importância destes na formação da renda, no entanto, diminuiu, em média 8,2% no decorrer da década. Tudo indica que essa redução é efeito, não só da queda de sua taxa de atividade e do aumento das taxas de atividade das mulheres cônjuges e dos filhos como também da queda nos salários.

No final da década, as áreas do estado onde era maior a participação dos chefes na renda total eram o Interior Rural, Nova Iguaçu e Zona Oeste, justamente onde era mais fraca a participação das cônjuges no mercado de trabalho. Por outro lado, mostrou-se mais baixa na Zona Norte, Centro/Subúrbio 1 e Interior Urbano onde apesar de nem sempre as taxas de atividade das cônjuges serem baixas, caso da Zona Norte, era mais expressivo o percentual de aposentados.

A diminuição da importância da renda do chefe foi um fenômeno que atingiu todas as áreas do estado com maior ênfase na Zona Norte, em São Gonçalo e demais municípios da periferia, nos Subúrbios e na Baixada, todas elas apresentando redução das taxas de atividade do chefe em níveis acima da média. Em São Gonçalo e demais municípios verificou-se, ainda, aumentos expressivos nas taxas de atividade não só da cônjuge mas dos filhos, sobretudo menores de idade. Já na Zona Norte, não só a proporção de aposentados era mais elevada que nas demais áreas, como também mais cresceu, chegando, em 1990, a quase 10% da população de 10 anos e mais ali residente. Isto, provavelmente, deve ter pressionado para baixo a renda média dos chefes.

Depois dos chefes homens, quem mais contribui para a formação da renda familiar são os filhos adultos, o que sem dúvida é um reflexo de sua intensa participação no mercado de trabalho. Sua contribuição para a renda familiar era da ordem de 15,2 %, em 1990, (quadro 5.13) tendo aumentado mais do que sua taxa de atividade no período, o que faz supor que se deva também ao aumento dos rendimentos desses jovens trabalhadores .

As áreas onde os filhos adultos mais contribuíam para a renda familiar eram o Interior Urbano, o Centro/Subúrbio 1, o Subúrbio 2 e a Zona Oeste. Nessas áreas, isso talvez possa ser explicado, pelo menos em parte, pela baixa participação das mulheres cônjuges decorrente de sua fraca inserção no mercado de trabalho mais do que por taxas de atividade muito expressivas dos filhos nessa faixa de idade.

As chefes mulheres e as cônjuges contribuíam, ao final da década, em proporções equivalentes para a formação da renda total das famílias 11,3% e 10,6% respectivamente (quadros 5.14 e 5.15). No entanto, é preciso lembrar que qualitativamente a situação desses dois grupos é totalmente distinta. As mulheres chefes de família, em geral, moram com os filhos, não contando com a colaboração de outro adulto na formação do orçamento doméstico. Assim, sua renda média tende a ser muito mais baixa do que a renda dos casais com ou sem filhos em que a mulher e o marido participam na formação da renda, contando algumas vezes ainda com a colaboração de um ou mais filhos. No país como um todo, enquanto a renda média das famílias de mulher chefe com filhos era de 4,7 salários mínimos, aquela dos casais com filhos era de 8,9.

A contribuição tanto de chefes mulheres quanto de cônjuges era maior na Zona Sul/Niterói e Zona Norte, áreas onde além de terem taxas de atividade elevadas tinham também rendimentos mais altos. Isso se explica, como já foi dito, pelo fato de terem níveis de instrução mais elevados e portanto maior chance de exercer ocupações mais qualificadas e bem remuneradas. A participação, tanto de umas quanto de outras na renda familiar aumentou especialmente em São Gonçalo e demais municípios da periferia, Zona Oeste, Zona Norte e Centro/ Subúrbio 1.

Finalmente, pode-se dizer que os filhos menores, 10 a 17 anos, no cômputo geral, pouco contribuíam para a formação da renda familiar, 1,8% em média em 1990. No entanto, vale lembrar que isso não é válido para todas as famílias uma vez que a participação desse grupo no mercado de trabalho, mais que qualquer outro, é extremamente diferenciada segundo o estrato sócioeconômico da família e portanto também de sua localização espacial.

Capítulo VI - Habitação e Saneamento

Na análise das condições de vida da população, informações sobre habitação e saneamento constituem importantes indicadores de qualidade de vida e desigualdades sociais.

Há uma acentuada diferenciação entre, por um lado, as áreas que compõem o município do Rio de Janeiro e Niterói e, por outro, os demais municípios no que se refere a extensão dos serviços e da infra-estrutura de saneamento - água, esgoto e lixo - no período 1981/1990. Nos Quadros 6.1, 6.2 e 6.3, nota-se que a Zona Sul/Niterói, Zona Norte, Centro/ Subúrbio 1, Subúrbio 2 e Zona Oeste formam um bloco homogêneo no que se refere às condições de saneamento dos domicílios, com alta percentagem da população usufruindo de infra-estrutura básica (água, esgoto e coleta de lixo). As demais áreas, por outro lado, apresentam diferenças entre si. As três regiões que formam a periferia metropolitana - Nova Iguaçu, Baixada e São Gonçalo - apresentam condições semelhantes, bem inferiores às áreas citadas anteriormente, sendo que na Baixada estas são um pouco melhores que nas demais. Quanto ao Interior do Estado, fica evidente a superioridade da área urbana em relação à rural e, até mesmo em relação à periferia metropolitana no que se refere à coleta de lixo.

Houve melhoria na extensão dos serviços de saneamento em todas as áreas do Estado

Nas áreas localizadas no município do Rio de Janeiro, a proporção de pessoas atendidas por rede geral de água (Quadro 6.1) passou, em média, de 88% em 1981, para 95% em 1990, com exceção da Zona Sul/Niterói, onde a percentagem caiu de 84,4% para 83,8% no período. Esta diferença pode ser explicada pelo fato do

município de Niterói, que faz parte desta área, abrigar áreas de expansão com condições de saneamento ainda precárias. Cabe destacar a Zona Oeste do Rio de Janeiro, que em 1990 apresentava, entre todas as áreas estudadas, a maior proporção relativa de pessoas atendidas por rede de água - 97,7%. O crescimento relativo de pessoas atendidas por rede de água, atingiu os maiores percentuais fora da capital, ou seja, em Nova Iguaçu, com um crescimento de 67,6%, Baixada - 44,6% - e São Gonçalo/Outros Municípios - 31,8%.

Outro indicador de qualidade de vida refere-se à proporção de pessoas residentes em domicílios **adequados** - com rede geral de água e rede geral de esgoto ou fossa séptica (Quadro 6.2). O crescimento relativo dos domicílios **adequados** foi positivo em todas as áreas - com exceção da Zona Sul/Niterói. Vale destacar a Zona Oeste que, em 1990, apresentava cerca de 98% de sua população residindo em domicílios ligados à rede de água e apenas 86% em **adequados**. Nova Iguaçu e São Gonçalo/Outros Municípios, apesar da melhora das condições de saneamento ao longo do período, ainda apresentavam em 1990 baixos percentuais de pessoas em domicílios **adequados** - cerca de 53%.

Quanto ao serviço de coleta de lixo, a desigualdade entre as áreas que conformam os municípios do Rio de Janeiro e Niterói e os demais municípios da região metropolitana é ainda mais acentuada (Quadro 6.3). Enquanto nas primeiras o percentual de pessoas atendidas por coleta de lixo, em 1990, estava acima de 90%, nas três áreas restantes este percentual não chegou à 50%, sendo que em Nova Iguaçu ele foi de apenas 25%. Por outro lado, o crescimento relativo da população atendida, de 1981 a 1990, foi positivo em todas as áreas - com exceção de Nova Iguaçu - alcançando 81,1% em São Gonçalo/Outros Municípios e 42,4% na Baixada. Cabe destacar, ainda, o alto crescimento relativo no Interior Rural (342,8%), bem acima da região metropolitana.

Houve, portanto, na última década, efetiva melhoria da difusão do acesso aos serviços de saneamento básico, diminuindo, muito embora as desigualdades entre as áreas centrais e periféricas da região metropolitana e entre as áreas rurais e urbanas do estado, se mantenham expressivas.

Houve melhora no padrão construtivo

Duas tendências gerais podem ser verificadas a partir dos dados sobre o tipo de domicílio: por um lado, o aumento do peso relativo dos apartamentos no estoque domiciliar e, por outro, a diminuição da proporção de moradias rústicas (Quadros 6.5 e 6.6).

Os Quadros 6.4 e 6.5 mostram claramente a inversão da proporção casa/apartamento de acordo com a distância em relação ao centro. Assim, a medida que vamos nos afastando da Zona Sul/Niterói, aumenta a percentagem de casas e diminui a de apartamentos: em 1990, a Zona Sul/Niterói tinha 35% de sua população residindo em casas, o Subúrbio 2 76%, a Zona Oeste 83% e São Gonçalo/Outros Municípios 87%. Todas as áreas apresentaram crescimento do peso dos apartamentos frente aos outros tipos de domicílio. A Baixada e São Gonçalo/Outros Municípios possuíam, em 1990, cerca de 9,5% de sua população morando em apartamentos, contra 3,8% e 3%, respectivamente, em 1981, o que pode indicar mudanças nas formas de produção de moradia nestas áreas. Considerando o apartamento como produto de um mercado imobiliário mais moderno, podemos induzir que houve melhora do padrão construtivo em áreas que, até então, abrigavam predominantemente moradias autoconstruídas e precárias.

Outro conjunto de fatores também aponta na direção de uma melhoria da qualidade da construção das moradias na região metropolitana. A primeira evidência é a queda, em todas as áreas, da proporção de pessoas residindo em domicílios rústicos,

indicando que, apesar da queda do poder aquisitivo da população, as famílias pobres investiram na moradia (Quadro 6.6). A maior estabilidade em relação à posse da terra pode explicar em parte esta tendência. Destaca-se a Zona Sul/Niterói, com a maior queda da percentagem de pessoas em domicílios rústicos: 3,6% em 1981 e 1,2% em 1990. No interior no estado, chama a atenção a significativa melhora do padrão construtivo na área rural, que em 1981 apresentava 12,7% de sua população morando em domicílio rústico e, em 1990, apenas 2,3%!

O indicador referente ao material construtivo das paredes dos domicílios confirma a melhora da qualidade da habitação (Quadro 6.7). Se, em 1981, todas as áreas - com exceção do Interior Rural - já contavam com mais de 90% de sua população residindo em domicílios com paredes de alvenaria, em 1990 este percentual ficou acima de 95%, inclusive na área rural do estado.

O número de cômodos do domicílio é outro indicador que informa sobre as condições de habitabilidade. Tomando os domicílios com até 2 cômodos⁵ como evidência da precariedade da habitação, nota-se, através do Quadro 6.8, que a proporção de pessoas residentes neste padrão de moradia decresceu em todas as áreas estudadas, com exceção do Subúrbio 2 que, em 1990, ainda apresentava uma percentagem de 7,5%.

No que se refere as pessoas moradoras em domicílios com 5 cômodos ou mais, verifica-se o crescimento de seu peso relativo em todas as áreas, com exceção da Zona Oeste onde este se mantém praticamente constante (Quadro 6.9). Cabe destacar as áreas de Nova Iguaçu e Baixada Fluminense onde encontram-se as menores percentagens de pessoas em domicílios de 5 cômodos ou mais, 59,8% e 57,9%, respectivamente.

⁵Nas PNADs, é considerado cômodo qualquer compartimento integrante do domicílio - inclusive banheiro e cozinha - separado por paredes. Portanto, os domicílios com até 2 cômodos comportam, no máximo, 1 cômodo seco com banheiro ou cozinha.

A casa própria continua em expansão

Na década de 80, novas formas de provisão da moradia possibilitaram, apesar da crise econômica, a manutenção do amplo acesso da população à "casa própria". Os dados da PNAD aqui analisados mostram que ocorreu, no Rio de Janeiro como um todo e na maioria das áreas estudadas, o aumento do percentual de pessoas residentes em domicílios próprios e a retração dos residentes em domicílios alugados (Quadros 6.10 e 6.12). A Zona Norte, por outro lado, além de ter apresentado queda na proporção de moradores em domicílio próprio, foi a área com o menor percentual: 56,1% em 1981 e 54,6% em 1990.

Nota-se, por outro lado, o aumento do peso relativo dos moradores em domicílios cedidos, principalmente nas áreas periféricas - zona oeste, Nova Iguaçu, subúrbio 1 e 2 - revertendo a tendência, verificada na década de 70, à diminuição desta condição de ocupação (Quadro 6.11). A crise do sistema de provisão de moradia, somada ao empobrecimento da população, pode explicar tanto o aumento dessa forma de ocupação quanto a permanência por mais tempo dos que já habitavam domicílios cedidos.

Anexo metodológico

Para a elaboração deste boletim foi desenvolvido um estudo, de caráter metodológico, com o objetivo principal de verificar a viabilidade técnica da desagregação da PNAD para um estudo mais detalhado da RMRJ. Tal estudo se desenvolveu a partir da confrontação das PNADs de 1984 e 1990 com o Censo Global de 91. Foram calculados os coeficientes de variação de diversos indicadores escolhidos, tais como: taxa de alfabetização; total de chefes de domicílio segundo os anos de estudo; distribuição da população por área total, gênero e idade; proporção de domicílios alugados sobre o total de domicílios e proporção de domicílios próprios sobre o total de domicílios. Tais indicadores serviram de suporte para a verificação da viabilidade técnica da desagregação pretendida.

Para a definição das áreas, foram agregadas regiões administrativas e/ou municípios considerando-se o número de setores e domicílios da amostra, além da renda do chefe dos domicílios em cada região administrativa ou município.

Quadro 1.1

Taxa de Crescimento, participação no incremento e distribuição relativa da população dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, segundo classe de tamanho: 1970/1980 e 1980/1991							
Tamanho	Tx. Cresc. Anual (%)		Distrib. Relativa (%)			Partic. Incrém. (%)	
	70/80	80/91	1970	1980	1991	70/80	80/91
< 10 mil	8,1%	0,2%	0,3%	0,5%	0,4%	1,2%	0,1%
10 a 20 mil	2,0%	1,2%	2,8%	2,7%	2,7%	2,3%	3,2%
20 a 50 mil	-2,5%	1,3%	6,3%	3,8%	4,0%	-5,4%	5,3%
50 a 100 mil	3,8%	2,1%	5,2%	5,9%	6,7%	8,8%	13,5%
> 100 mil	3,4%	1,4%	8,2%	9,1%	9,6%	12,5%	13,3%
RMRJ	2,4%	1,1%	77,3%	78,0%	76,6%	80,6%	64,5%
Estado RJ	2,4%	1,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991.

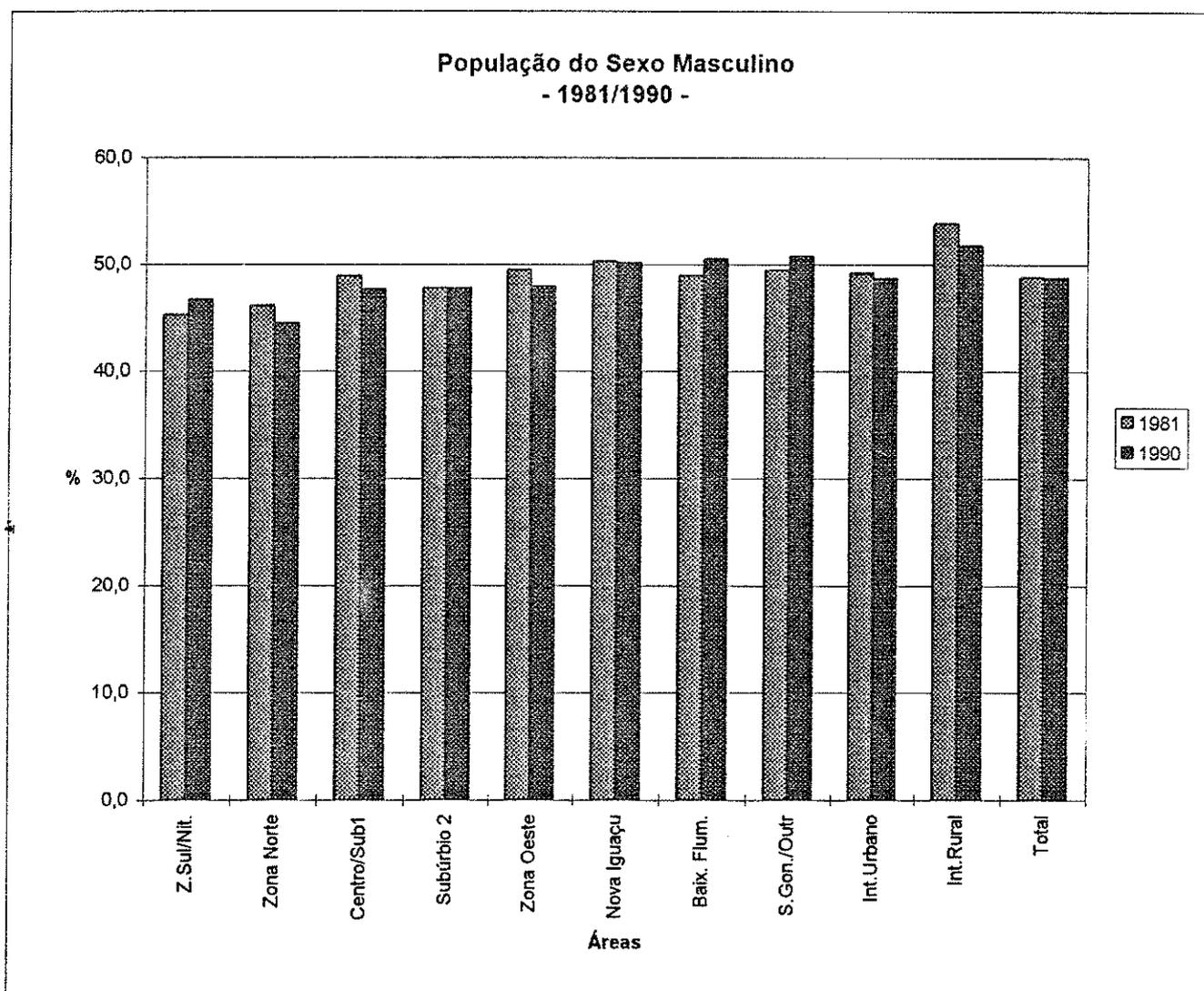
Quadro 1.2

Taxa de Crescimento Anual e Distribuição relativa da População, por Áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1970/1980/1991								
Áreas	1970		1980		1991		Taxa de Crescimento Anual	
	População	%	População	%	População	%	70/80	80/91
Z. Sul/Nit.	1046362,0	15,0%	1159548,0	13,2%	1122021,0	11,5%	1,0%	-0,3%
Zona Norte	985732,0	14,1%	1124093,0	12,8%	1135439,0	11,6%	1,3%	0,1%
Centro/Sub1	1177627,0	16,9%	1247200,0	14,2%	1190943,0	12,2%	0,6%	-0,4%
Subúrbio 2	736583,0	10,6%	941519,0	10,7%	1122669,0	11,5%	2,5%	1,6%
Zona Oeste	699838,0	10,0%	1015463,0	11,6%	1292176,0	13,2%	3,8%	2,2%
Nova Iguaçu	731814,0	10,5%	1094805,0	12,5%	1297704,0	13,3%	4,1%	1,5%
Baix. Flum.	868419,0	12,4%	1126228,0	12,8%	1251685,0	12,8%	2,6%	1,0%
S. Gon./Outr	734184,0	10,5%	1063409,0	12,1%	1348262,0	13,8%	3,8%	2,2%
Total	6980559,0	100,0%	8772265,0	100,0%	9760899,0	100,0%	2,3%	1,0%

Fonte: Censo Demográfico de 1970, 1980 e 1991.

Quadro 1.3

População do Sexo Masculino			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	45,2	46,6	3,1
Zona Norte	46,1	44,4	-3,6
Centro/Sub1	48,9	47,6	-2,5
Subúrbio 2	47,7	47,7	0,0
Zona Oeste	49,4	47,9	-3,0
Nova Iguaçu	50,2	50,1	-0,3
Baix. Flum.	49,0	50,5	3,1
S.Gon./Outr	49,5	50,8	2,6
Int.Urbano	49,2	48,7	-1,0
Int.Rural	53,8	51,7	-3,8
Total	48,8	48,7	-0,2

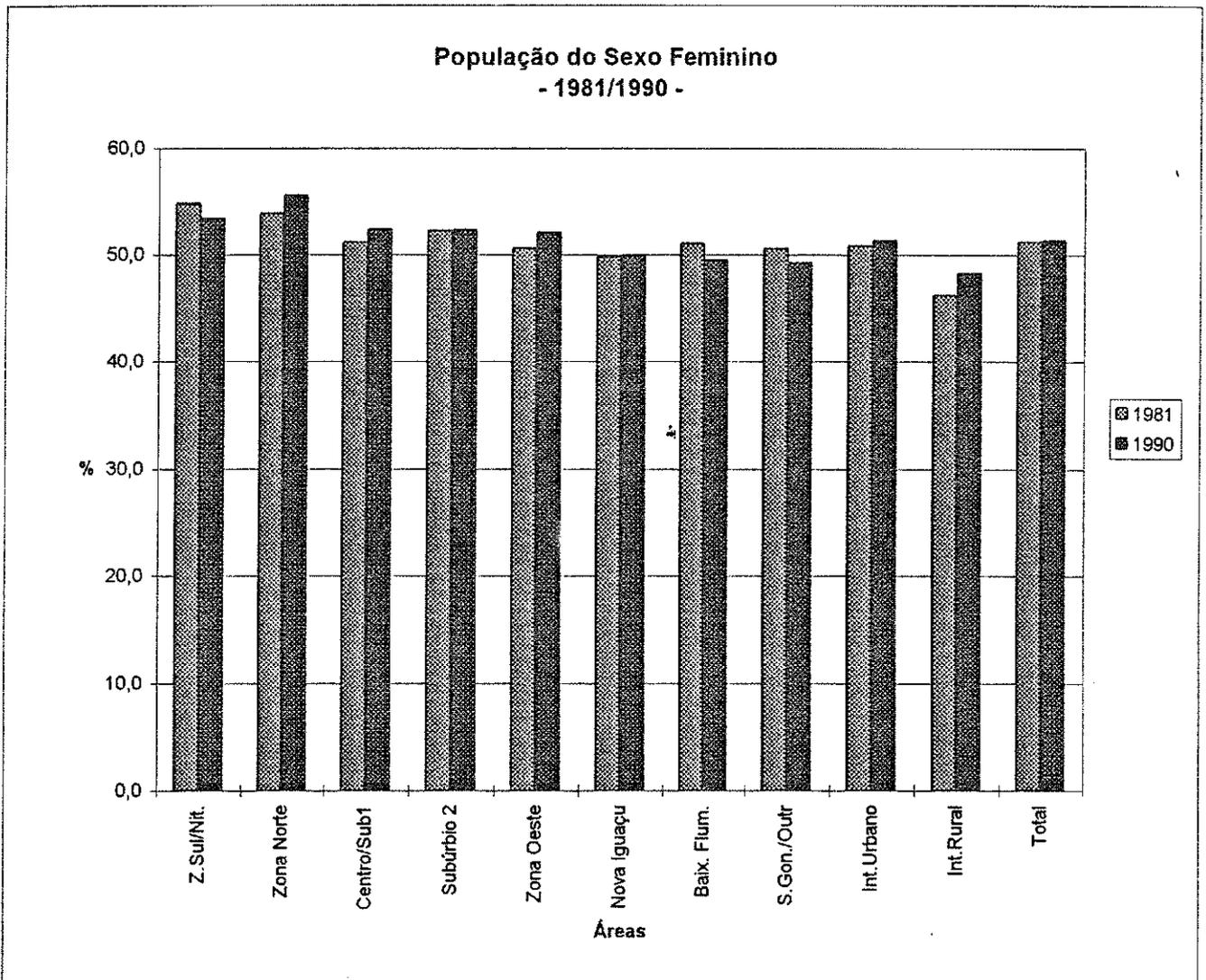


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.4

População do Sexo Feminino			
Áreas	1981	1990	Var. (%)
Z. Sul/Nit.	54,8	53,4	-2,6
Zona Norte	53,9	55,6	3,1
Centro/Sub1	51,1	52,4	2,4
Subúrbio 2	52,3	52,3	0,0
Zona Oeste	50,6	52,1	3,0
Nova Iguaçu	49,8	49,9	0,3
Baix. Flum.	51,0	49,5	-3,0
S. Gon./Outr	50,5	49,2	-2,6
Int. Urbano	50,8	51,3	1,0
Int. Rural	46,2	48,3	4,5
Total	51,2	51,3	0,2

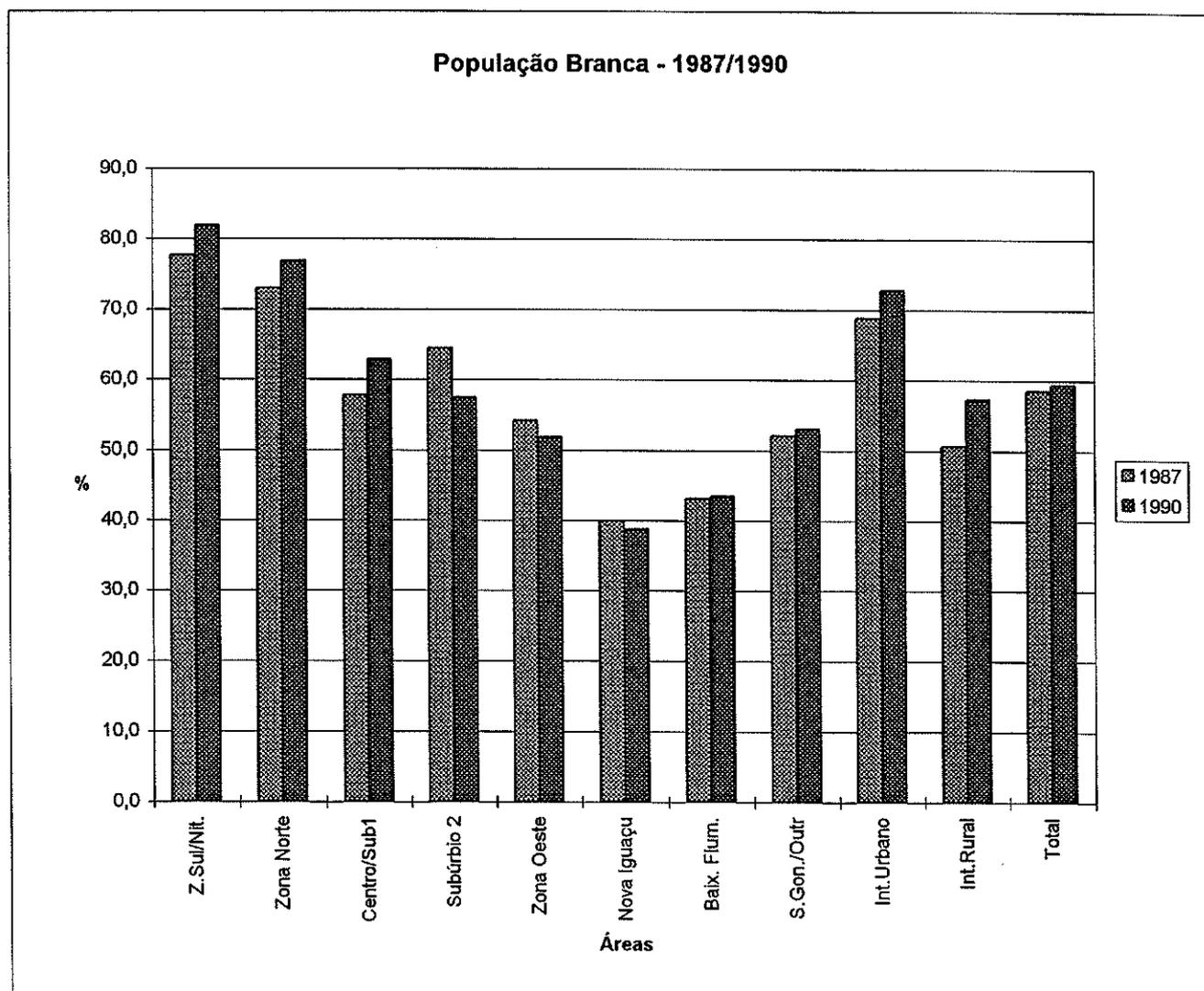


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.5

População de Cor Branca			
Áreas	1987	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	77,7	81,9	5,4
Zona Norte	72,9	76,8	5,3
Centro/Sub1	57,7	62,8	8,9
Subúrbio 2	64,4	57,4	-10,9
Zona Oeste	54,1	51,8	-4,4
Nova Iguaçu	39,9	38,8	-2,9
Baix. Flum.	43,1	43,4	0,8
S.Gon./Outr	52,0	53,0	1,8
Int.Urbano	68,8	72,8	5,8
Int.Rural	50,6	57,2	13,0
Total	58,4	59,3	1,5

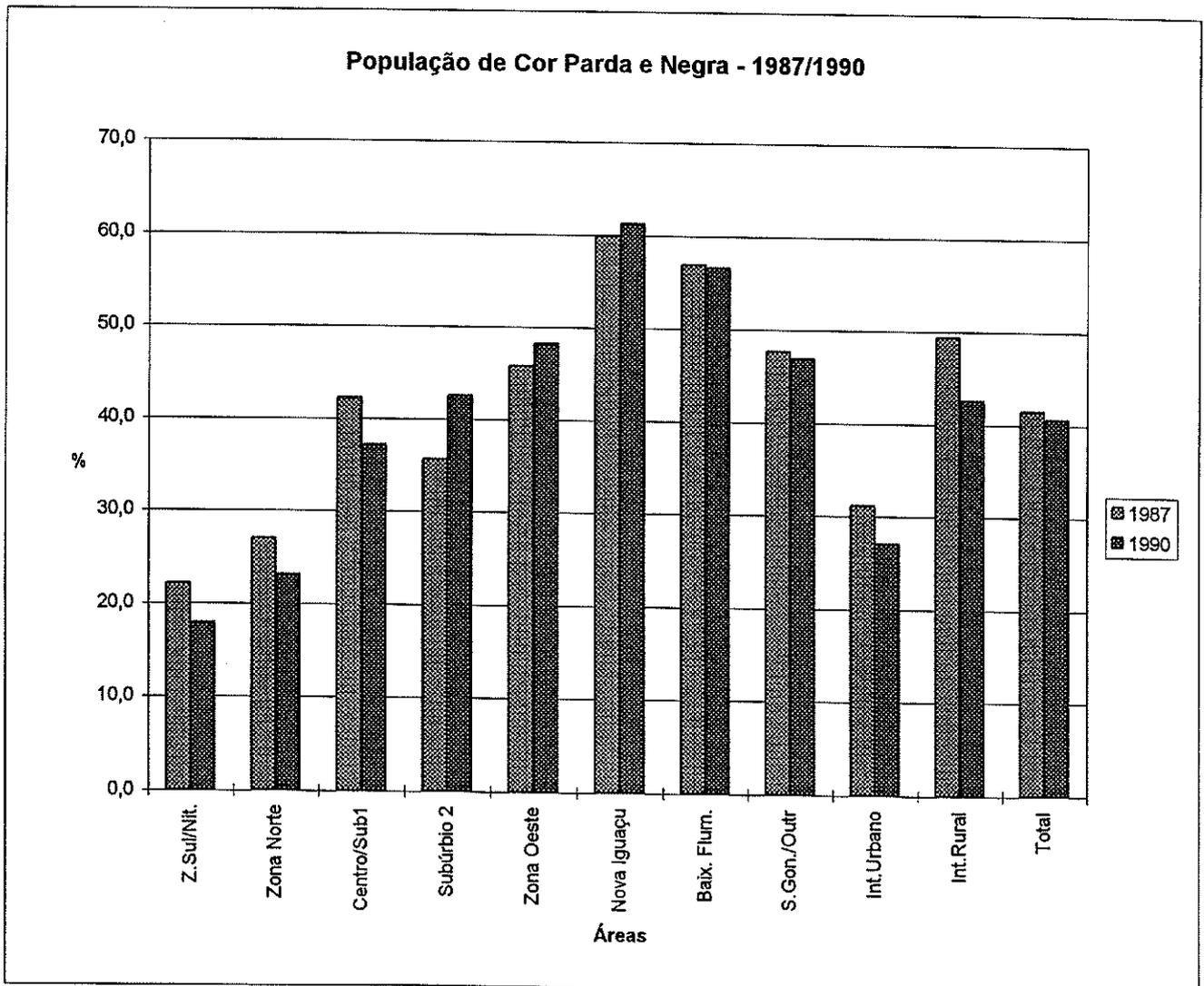


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.6

População de Cor Parda e Negra			
Áreas	1987	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	22,1	17,9	-19,1
Zona Norte	27,0	23,1	-14,2
Centro/Sub1	42,2	37,2	-12,0
Subúrbio 2	35,6	42,6	19,6
Zona Oeste	45,8	48,2	5,3
Nova Iguaçu	59,9	61,2	2,2
Baix. Flum.	56,9	56,6	-0,6
S.Gon./Outr	47,7	47,0	-1,5
Int.Urbano	31,2	27,1	-13,0
Int.Rural	49,4	42,6	-13,8
Total	41,5	40,6	-2,1

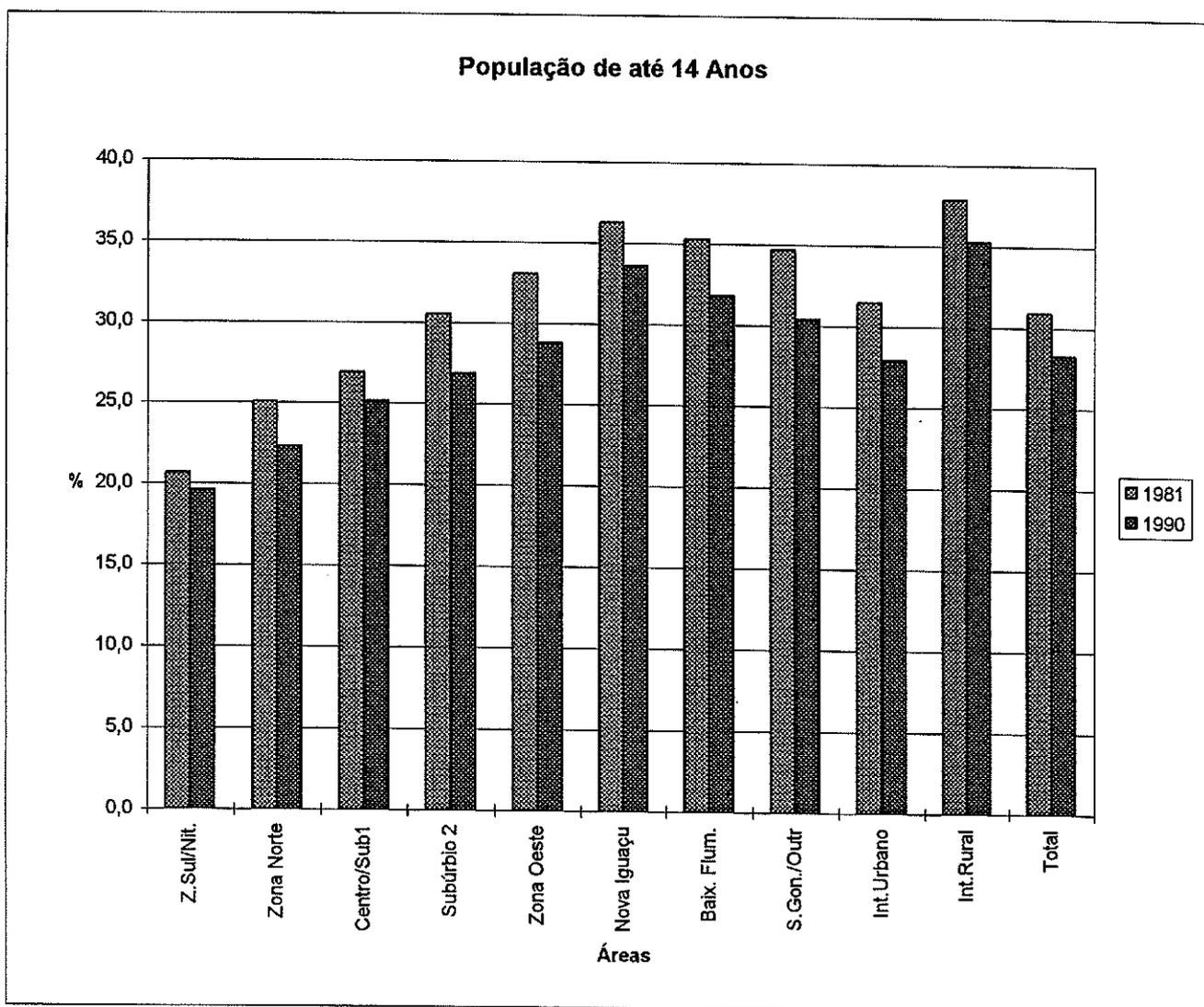


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.7

População de até 14 Anos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	20,7	19,6	-5,1
Zona Norte	25,0	22,3	-10,9
Centro/Sub1	26,9	25,1	-6,6
Subúrbio 2	30,5	26,9	-12,0
Zona Oeste	33,0	28,8	-12,8
Nova Iguaçu	36,2	33,6	-7,4
Baix. Flum.	35,3	31,8	-9,9
S.Gon./Outr	34,7	30,4	-12,4
Int.Urbano	31,4	27,9	-11,3
Int.Rural	37,9	35,2	-6,9
Total	30,9	28,2	-8,6

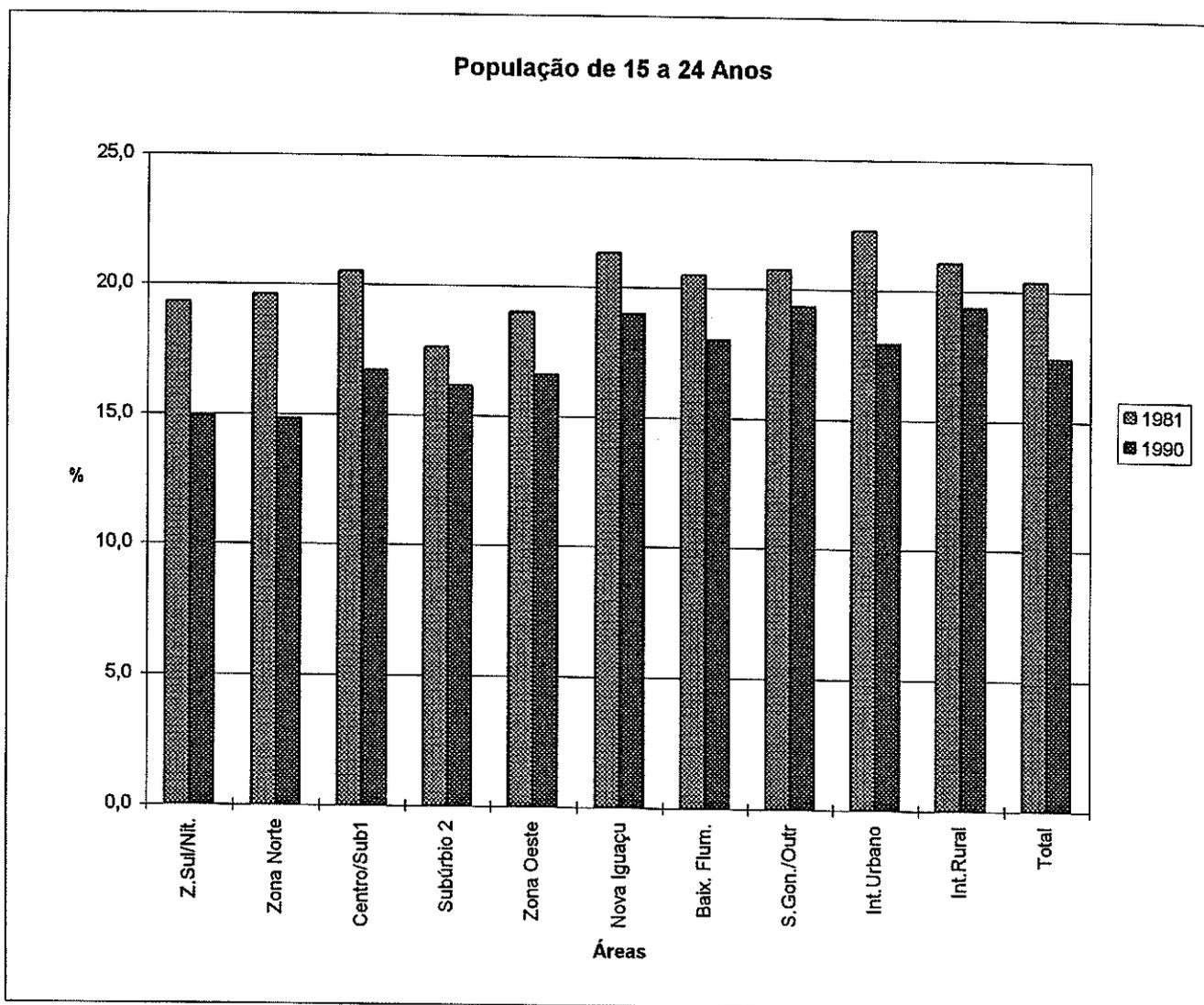


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.8

População de 15 a 24 Anos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	19,3	14,9	-22,7
Zona Norte	19,6	14,8	-24,5
Centro/Sub1	20,5	16,7	-18,5
Subúrbio 2	17,6	16,2	-8,2
Zona Oeste	19,0	16,6	-12,7
Nova Iguaçu	21,3	19,0	-10,9
Baix. Flum.	20,5	18,0	-12,2
S.Gon./Outr	20,7	19,3	-6,9
Int.Urbano	22,3	17,9	-19,5
Int.Rural	21,1	19,4	-8,1
Total	20,4	17,4	-14,6

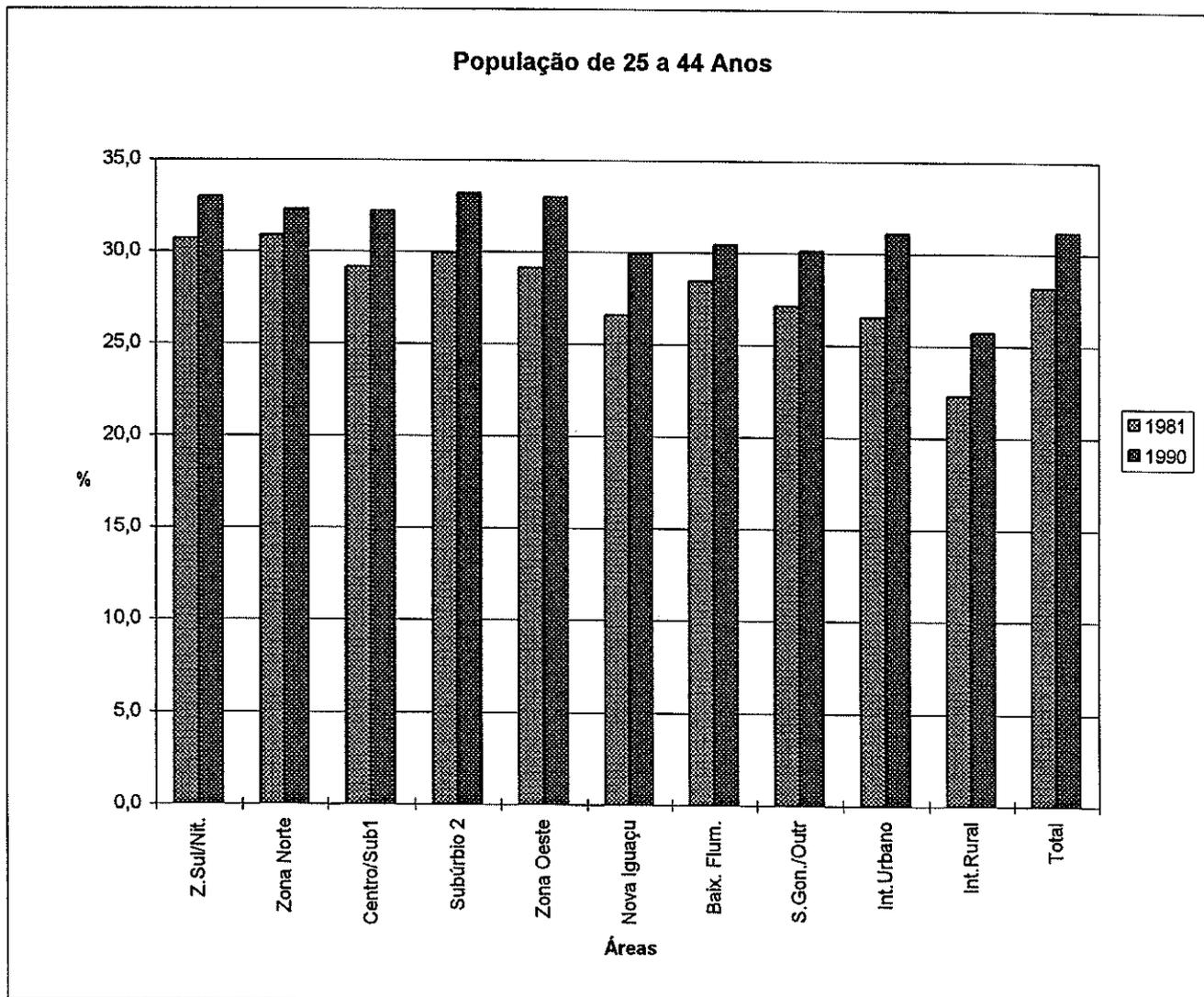


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.9

População de 25 a 44 Anos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	30,7	32,9	7,4
Zona Norte	30,9	32,3	4,5
Centro/Sub1	29,1	32,2	10,4
Subúrbio 2	29,9	33,2	10,9
Zona Oeste	29,1	32,9	13,1
Nova Iguaçu	26,6	29,9	12,7
Baix. Flum.	28,5	30,4	6,9
S.Gon./Outr	27,1	30,1	11,1
Int.Urbano	26,5	31,1	17,2
Int.Rural	22,3	25,7	15,3
Total	28,1	31,2	10,7

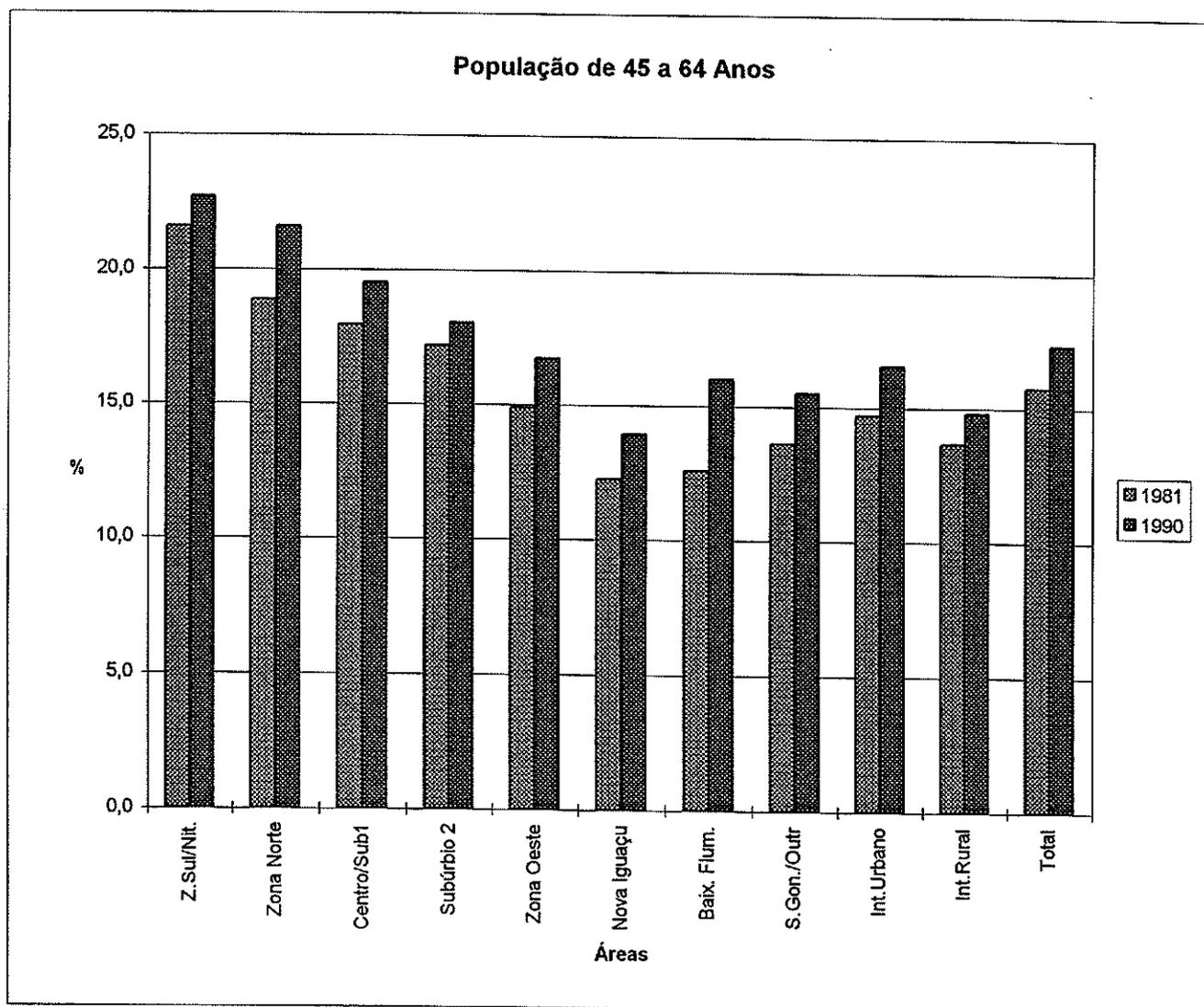


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.10

População de 45 a 64 Anos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	21,6	22,7	5,2
Zona Norte	18,8	21,6	14,5
Centro/Sub1	17,9	19,5	8,9
Subúrbio 2	17,2	18,0	5,0
Zona Oeste	14,9	16,7	12,3
Nova Iguaçu	12,3	13,9	13,6
Baix. Flum.	12,6	16,0	27,0
S.Gon./Outr	13,6	15,5	13,8
Int.Urbano	14,7	16,5	12,4
Int.Rural	13,7	14,8	8,4
Total	15,7	17,3	10,3

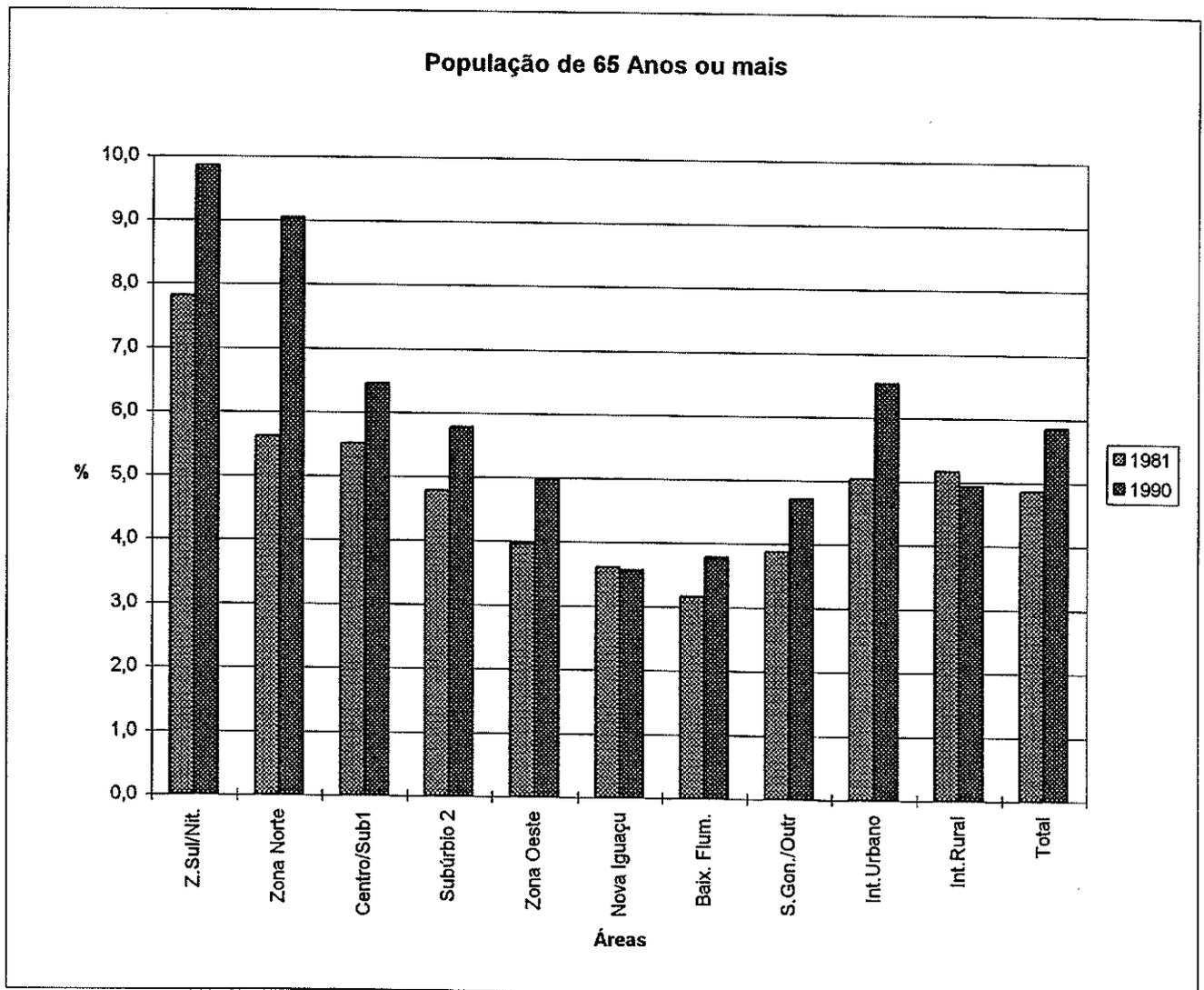


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 1.11

População de 65 Anos ou Mais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	7,8	9,9	26,2
Zona Norte	5,6	9,0	61,0
Centro/Sub1	5,5	6,5	17,1
Subúrbio 2	4,8	5,8	21,0
Zona Oeste	4,0	5,0	25,1
Nova Iguaçu	3,6	3,6	-1,3
Baix. Flum.	3,2	3,8	19,9
S.Gon./Outr	3,9	4,7	21,5
Int.Urbano	5,0	6,5	30,1
Int.Rural	5,2	4,9	-4,4
Total	4,9	5,9	20,4

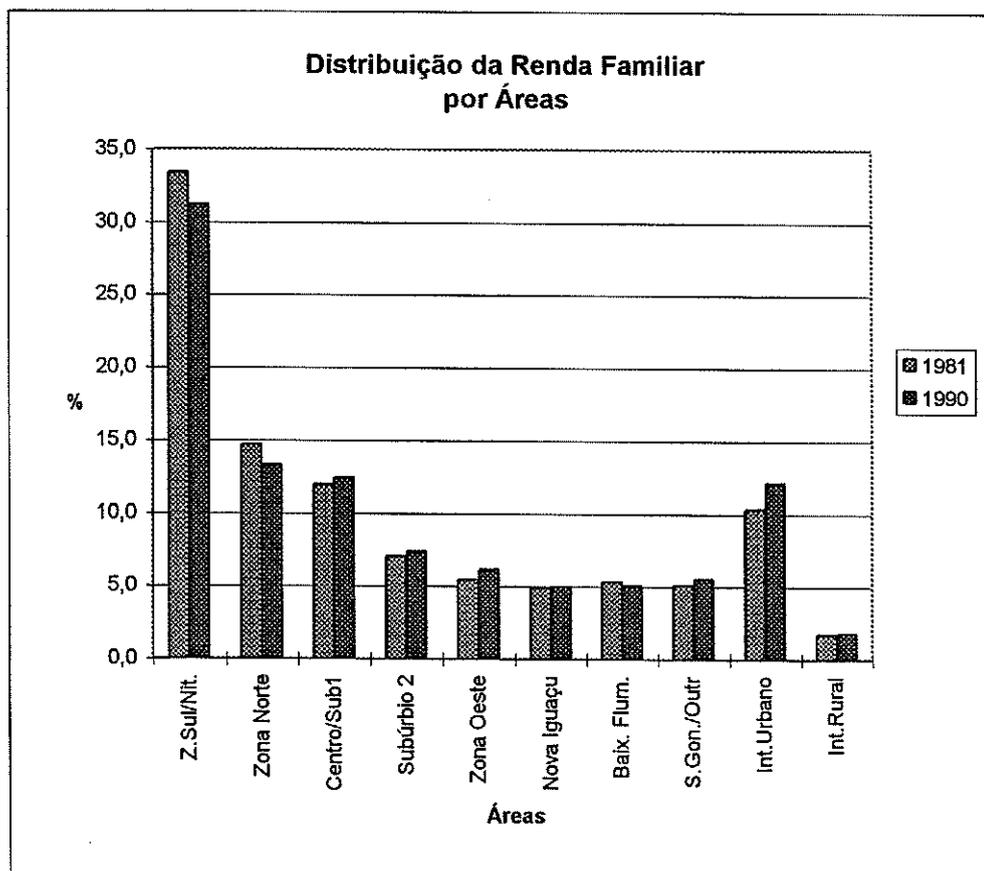


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.1

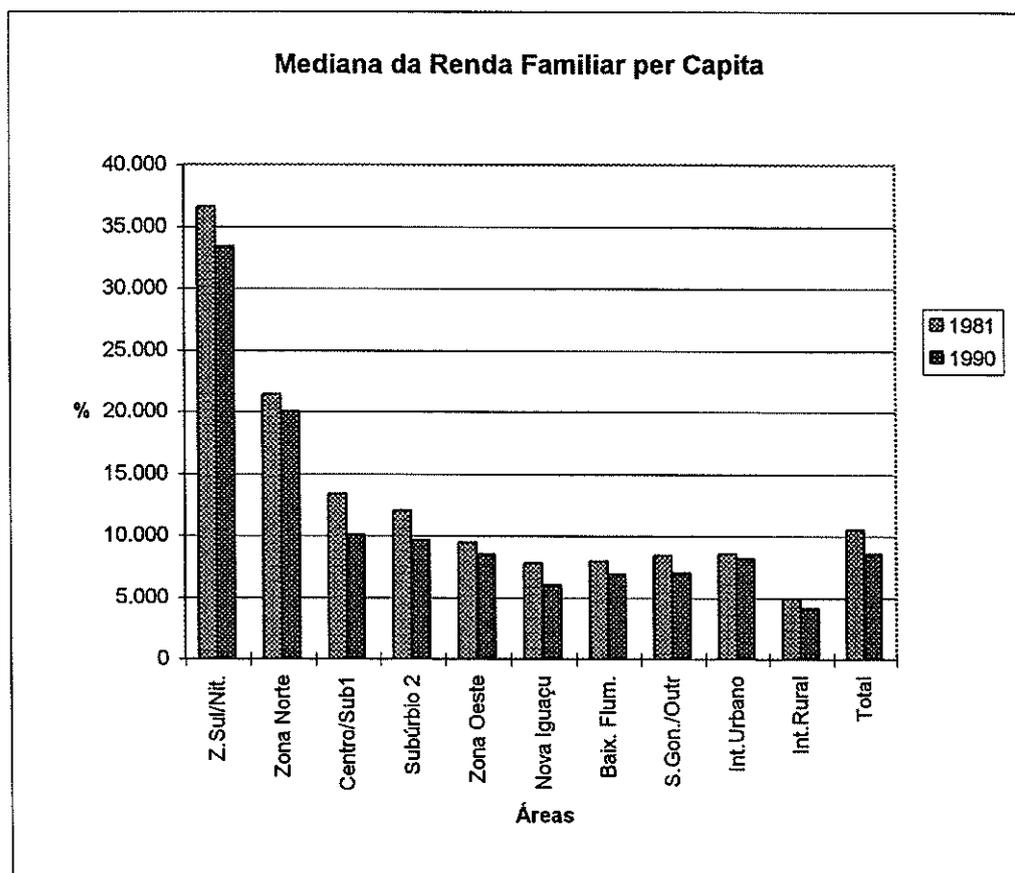
Distribuição da Renda Familiar por Áreas			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	33,4	31,2	-6,6
Zona Norte	14,7	13,3	-9,4
Centro/Sub1	12,0	12,4	4,0
Subúrbio 2	7,0	7,4	5,2
Zona Oeste	5,5	6,1	12,6
Nova Iguaçu	4,9	5,0	0,9
Baix. Flum.	5,3	5,1	-5,0
S.Gon./Outr	5,1	5,5	8,1
Int.Urbano	10,3	12,1	17,4
Int.Rural	1,8	1,8	2,8
Total	100,0	100,0	



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.2

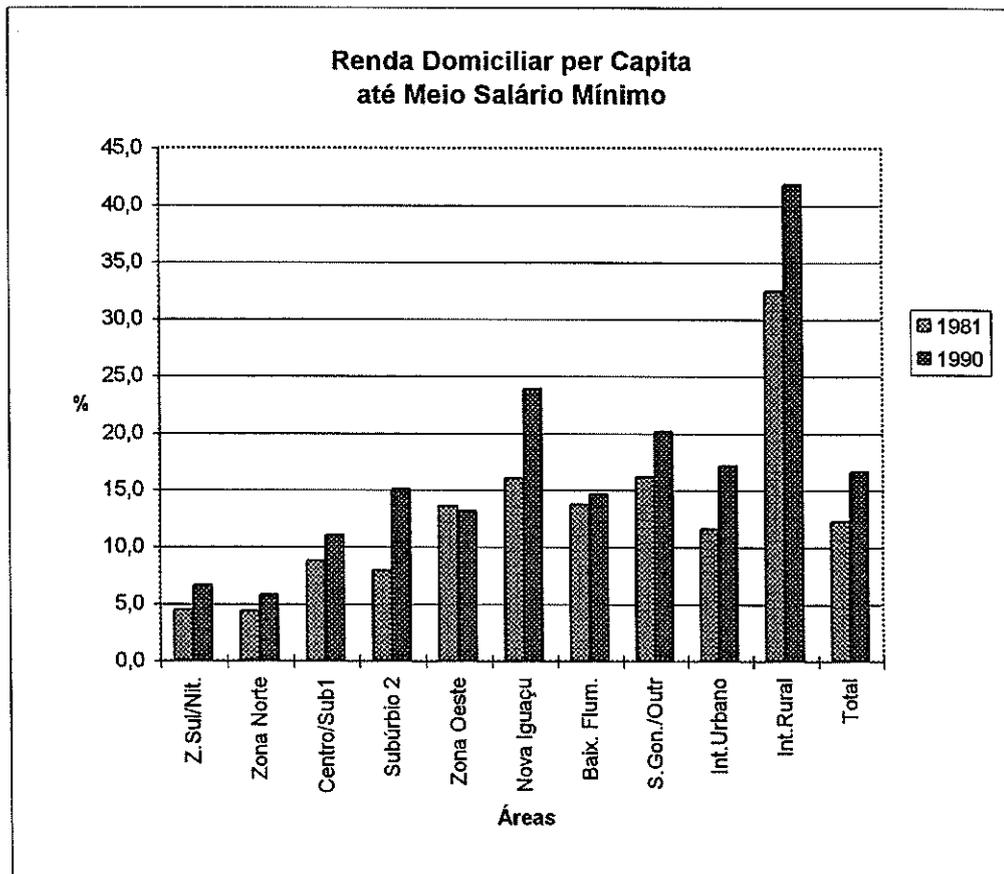
Mediana da Renda Familiar per Capita			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	36.575	33.349	-8,8
Zona Norte	21.382	19.991	-6,5
Centro/Sub1	13.371	10.033	-25,0
Subúrbio 2	11.995	9.620	-19,8
Zona Oeste	9.432	8.500	-9,9
Nova Iguaçu	7.757	6.000	-22,6
Baix. Flum.	7.907	6.900	-12,7
S.Gon./Outr	8.420	6.993	-16,9
Int.Urbano	8.565	8.197	-4,3
Int.Rural	4.940	4.068	-17,7
Total	10.529	8.542	-18,9



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.3

Renda Domiciliar per Capita até Meio Salário Mínimo			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	4,5	6,6	47,4
Zona Norte	4,4	5,8	30,9
Centro/Sub1	8,7	11,0	25,9
Subúrbio 2	7,9	15,0	89,4
Zona Oeste	13,6	13,1	-3,2
Nova Iguaçu	16,0	23,9	49,7
Baix. Flum.	13,7	14,6	6,5
S.Gon./Outr	16,1	20,1	25,0
Int.Urbano	11,5	17,1	48,4
Int.Rural	32,5	41,9	28,8
Total	12,2	16,6	35,6

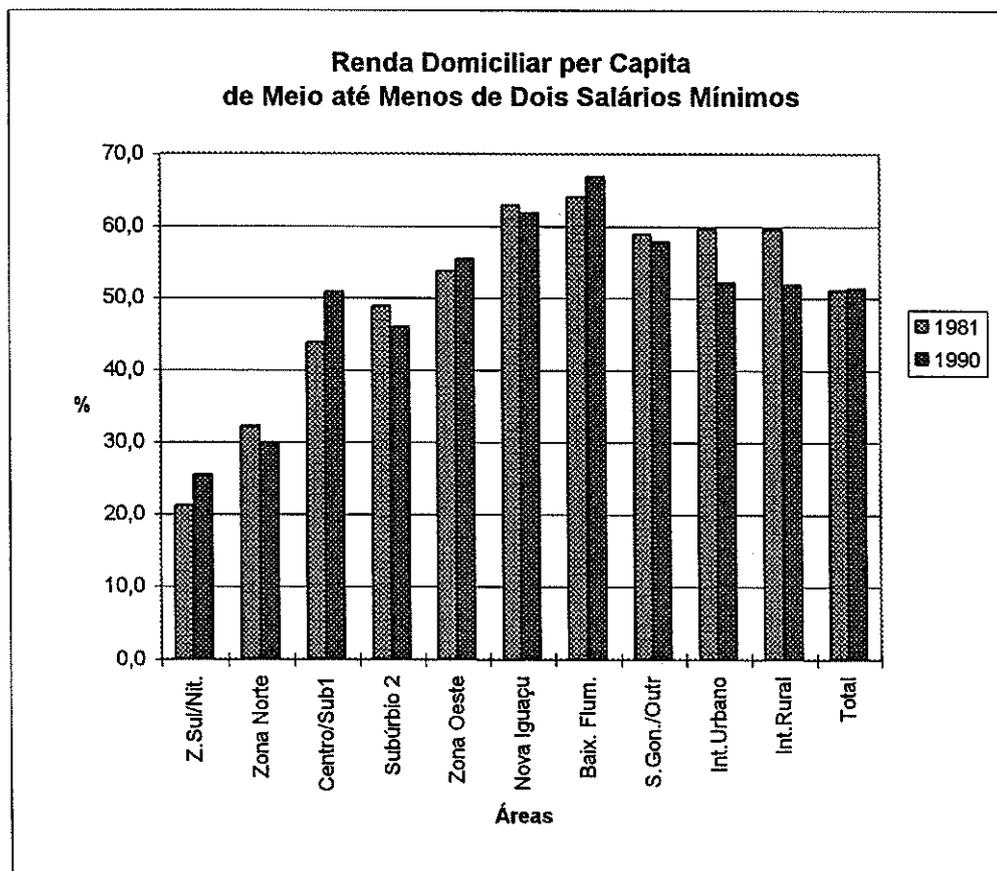


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.4

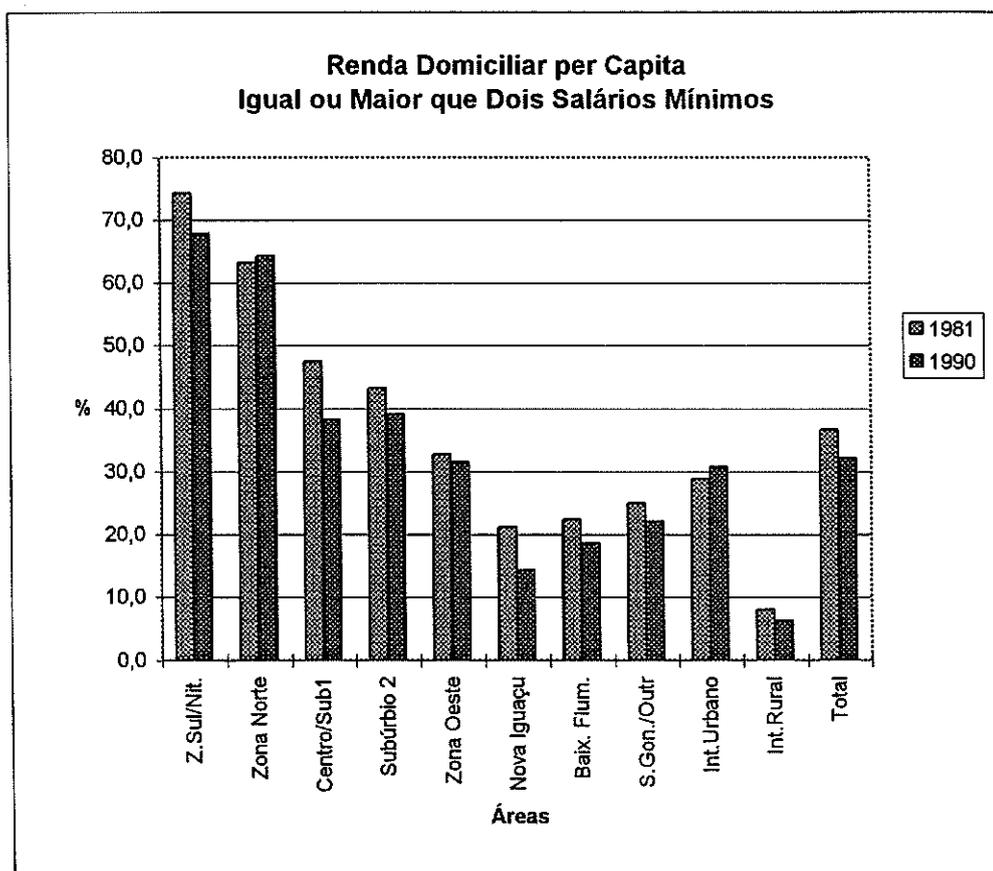
Renda Domiciliar per Capita de Meio até Menos de Dois Salários Mínimos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	21,2	25,5	20,4
Zona Norte	32,3	29,9	-7,3
Centro/Sub1	43,8	50,8	16,0
Subúrbio 2	48,8	45,9	-6,0
Zona Oeste	53,7	55,4	3,1
Nova Iguaçu	62,9	61,8	-1,7
Baix. Flum.	64,0	66,9	4,4
S.Gon./Outr	58,9	57,8	-1,9
Int.Urbano	59,6	52,1	-12,6
Int.Rural	59,6	51,9	-12,9
Total	51,1	51,3	0,4



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.5

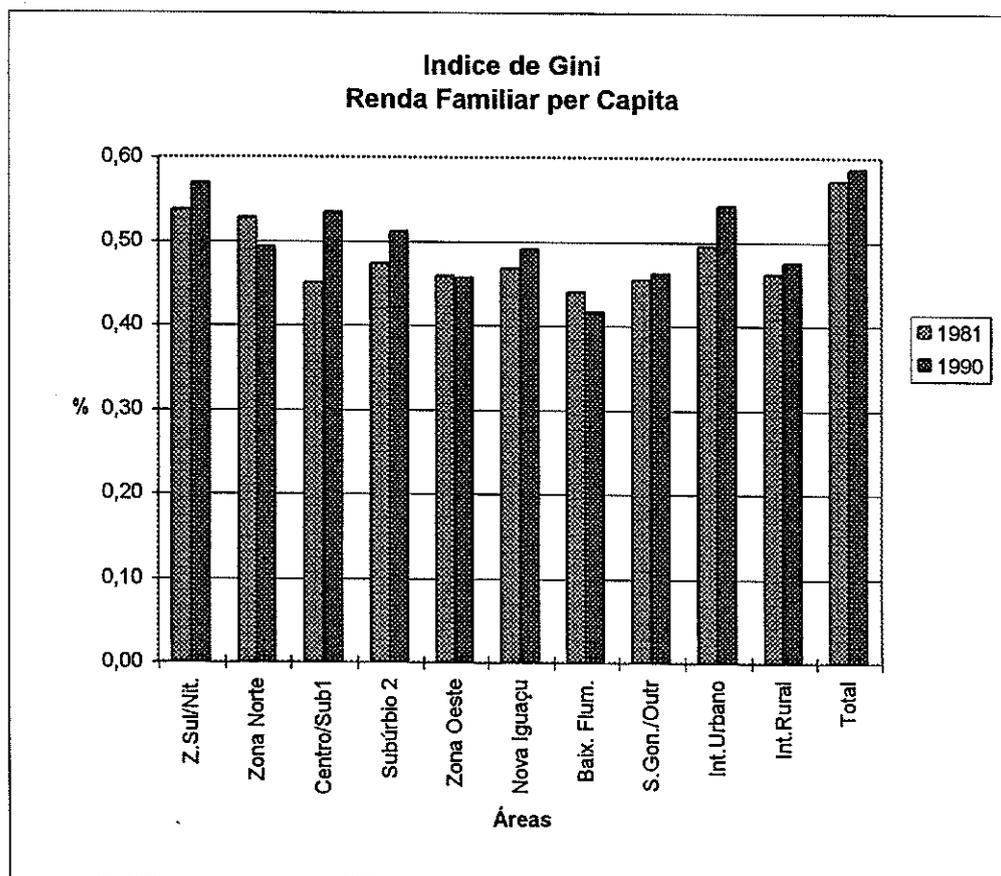
Renda Domiciliar per Capita Igual ou Maior que Dois Salários Mínimos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	74,3	67,9	-8,7
Zona Norte	63,3	64,3	1,6
Centro/Sub1	47,4	38,2	-19,5
Subúrbio 2	43,2	39,1	-9,6
Zona Oeste	32,7	31,5	-3,8
Nova Iguaçu	21,1	14,3	-32,4
Baix. Flum.	22,3	18,6	-16,8
S.Gon./Outr	25,0	22,0	-11,8
Int.Urbano	28,8	30,8	6,7
Int.Rural	7,9	6,2	-21,1
Total	36,7	32,1	-12,5



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 2.6

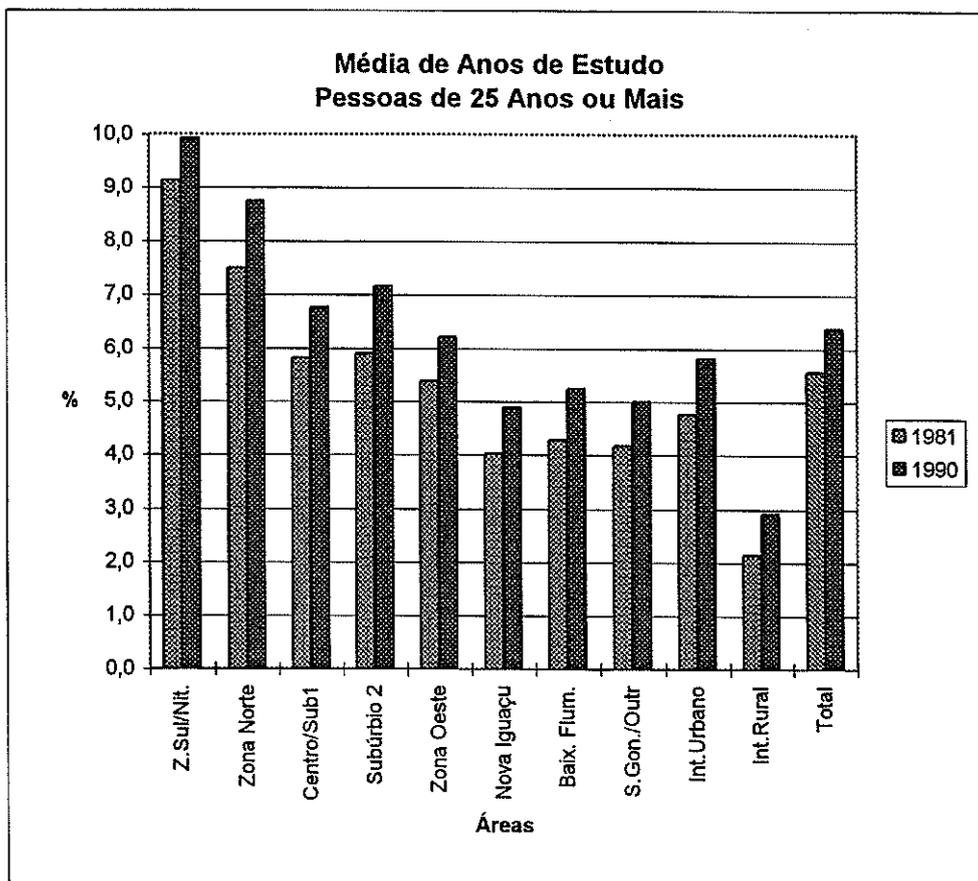
Índice de Gini Renda Familiar per Capita			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	0,54	0,57	5,9
Zona Norte	0,53	0,49	-6,8
Centro/Sub1	0,45	0,53	18,8
Subúrbio 2	0,47	0,51	8,2
Zona Oeste	0,46	0,46	-0,5
Nova Iguaçu	0,47	0,49	4,8
Baix. Flum.	0,44	0,42	-5,4
S.Gon./Outr	0,45	0,46	1,6
Int.Urbano	0,49	0,54	9,8
Int.Rural	0,46	0,47	2,8
Total	0,57	0,59	2,4



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 3.1

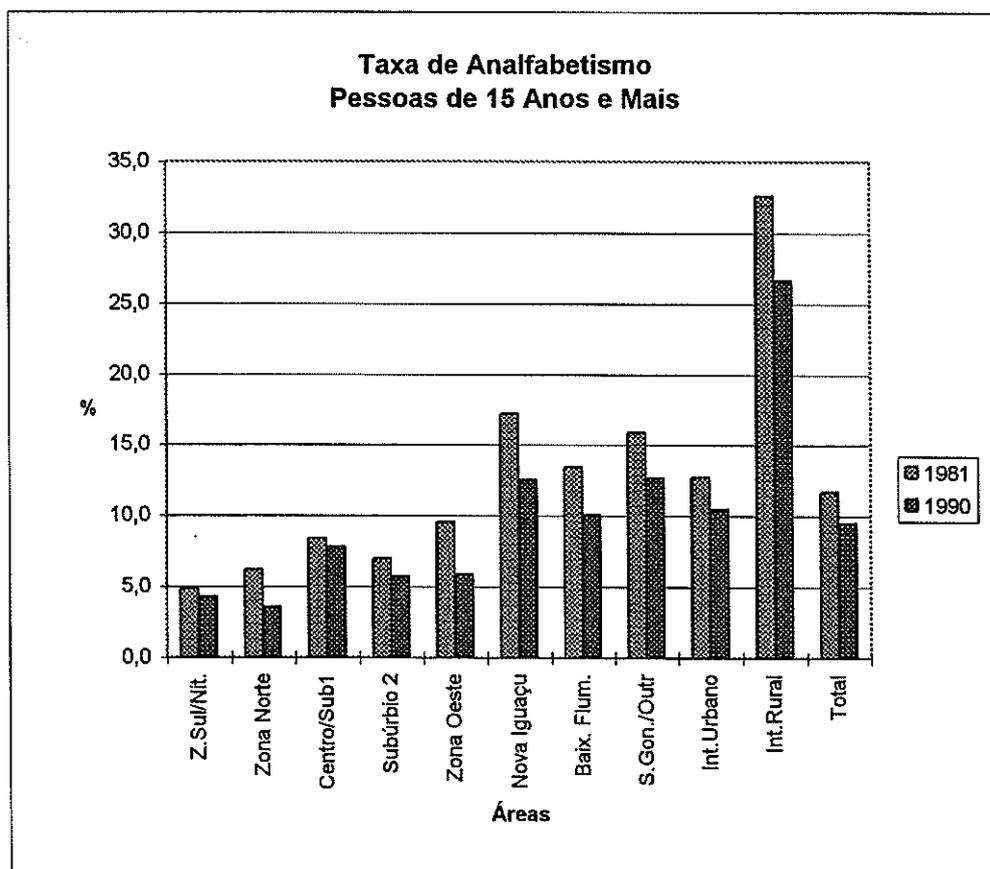
Média de Anos de Estudo Pessoas de 25 Anos ou Mais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	9,1	9,9	8,7
Zona Norte	7,5	8,8	16,8
Centro/Sub1	5,8	6,8	16,3
Subúrbio 2	5,9	7,2	21,4
Zona Oeste	5,4	6,2	15,5
Nova Iguaçu	4,0	4,9	21,3
Baix. Flum.	4,3	5,2	22,3
S.Gon./Outr	4,2	5,0	20,0
Int.Urbano	4,8	5,8	22,1
Int.Rural	2,2	2,9	35,5
Total	5,6	6,4	14,7



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 3.2

Taxa de Analfabetismo Pessoas de 15 Anos e Mais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	4,9	4,3	-12,2
Zona Norte	6,2	3,6	-42,0
Centro/Sub1	8,4	7,8	-6,8
Subúrbio 2	7,0	5,7	-18,0
Zona Oeste	9,5	5,9	-38,4
Nova Iguaçu	17,2	12,5	-27,1
Baix. Flum.	13,4	10,0	-25,2
S.Gon./Outr	15,9	12,7	-20,1
Int.Urbano	12,7	10,5	-17,7
Int.Rural	32,6	26,7	-18,3
Total	11,7	9,5	-19,0

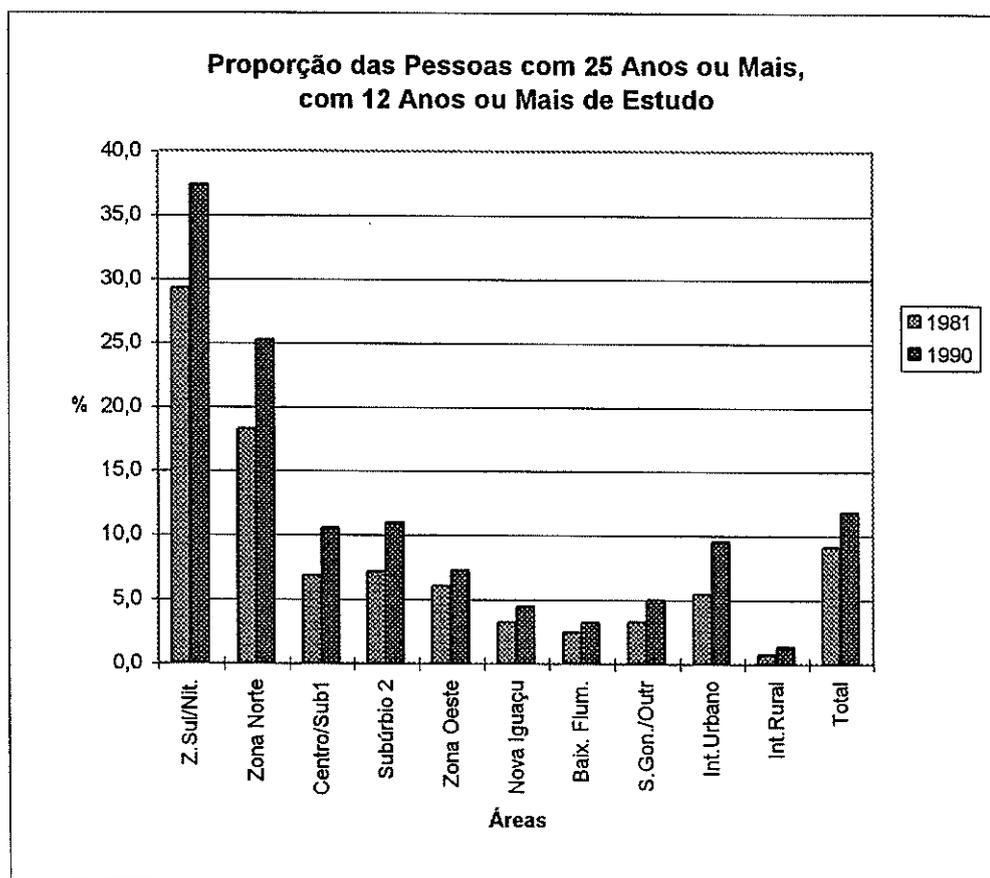


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 3.3

Proporção das Pessoas com 25 Anos ou Mais, com 12 Anos ou Mais de Estudo			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	29,3	37,4	27,8
Zona Norte	18,3	25,3	38,3
Centro/Sub1	6,9	10,6	53,6
Subúrbio 2	7,2	11,0	53,0
Zona Oeste	6,0	7,3	20,1
Nova Iguaçu	3,3	4,5	38,0
Baix. Flum.	2,5	3,2	32,2
S.Gon./Outr	3,3	5,0	51,5
Int.Urbano	5,5	9,6	74,4
Int.Rural	0,8	1,4	75,4
Total	9,1	11,8	29,8

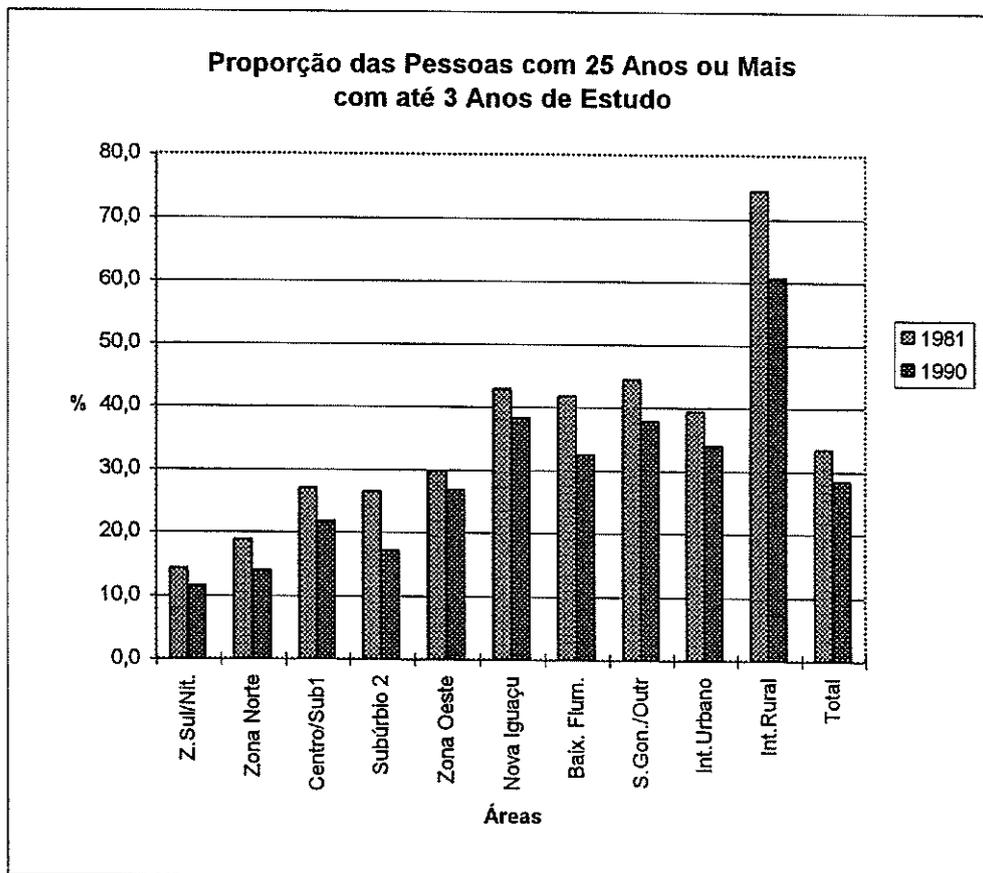


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 3.4

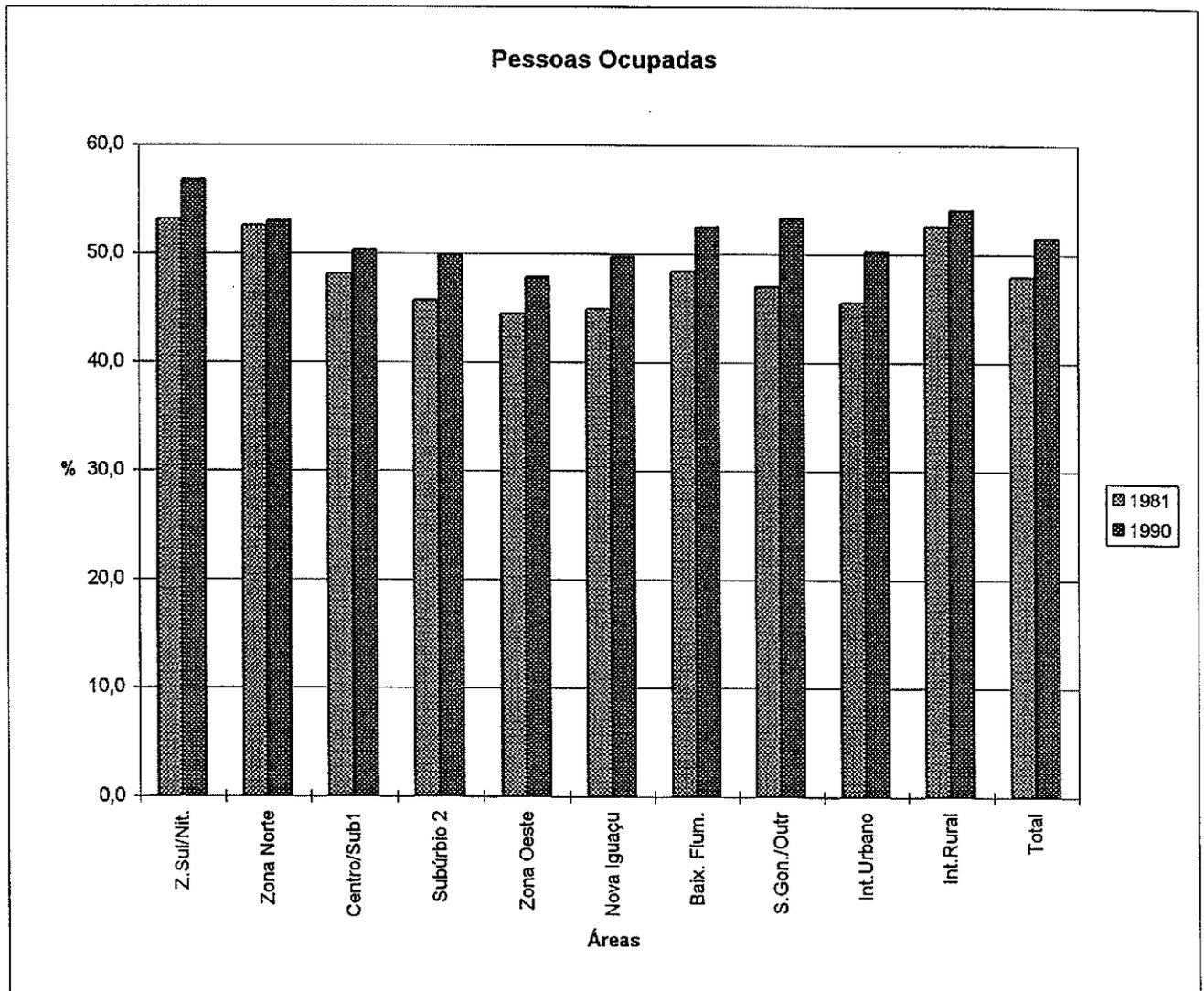
Proporção das Pessoas com 25 Anos ou Mais, com até 3 Anos de Estudo			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	14,2	11,5	-18,9
Zona Norte	18,7	13,9	-25,7
Centro/Sub1	27,0	21,7	-19,5
Subúrbio 2	26,4	17,0	-35,4
Zona Oeste	29,8	26,7	-10,3
Nova Iguaçu	42,9	38,3	-10,7
Baix. Flum.	41,7	32,3	-22,4
S.Gon./Outr	44,3	37,8	-14,8
Int.Urbano	39,3	33,9	-13,8
Int.Rural	74,4	60,6	-18,6
Total	33,4	28,3	-15,2



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE
 Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.1

Pessoas Ocupadas			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	53,1	56,7	6,7
Zona Norte	52,5	53,0	0,8
Centro/Sub1	48,1	50,3	4,5
Subúrbio 2	45,7	49,8	9,0
Zona Oeste	44,4	47,9	7,7
Nova Iguaçu	44,9	49,7	10,8
Baix. Flum.	48,4	52,5	8,4
S.Gon./Outr	47,0	53,3	13,3
Int.Urbano	45,5	50,2	10,3
Int.Rural	52,6	54,1	2,7
Total	47,9	51,5	7,5

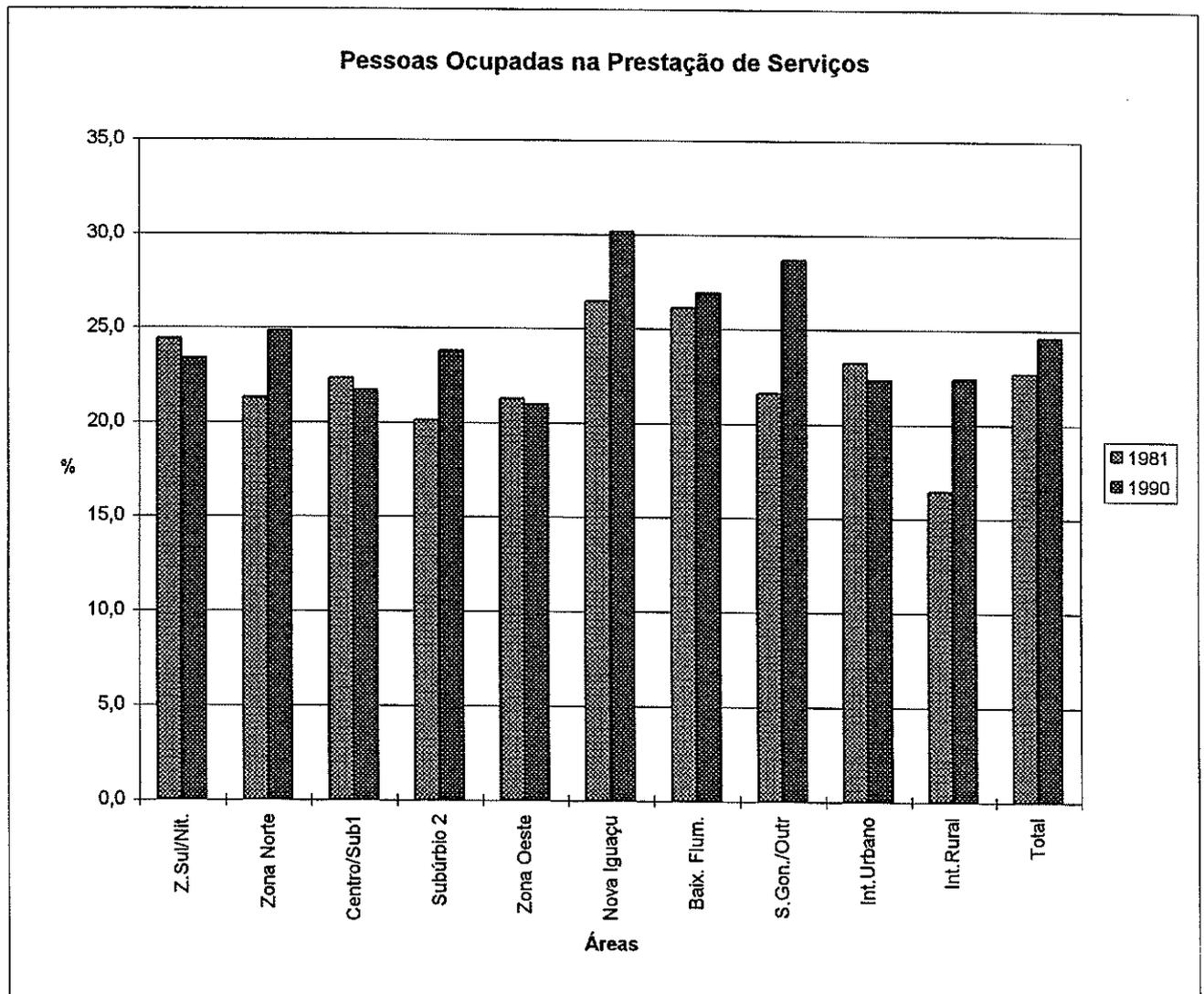


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.2

Pessoas Ocupadas na Prestação de Serviços			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	24,4	23,4	-4,2
Zona Norte	21,3	24,8	16,4
Centro/Sub1	22,3	21,7	-2,8
Subúrbio 2	20,1	23,8	18,2
Zona Oeste	21,3	21,0	-1,2
Nova Iguaçu	26,4	30,1	14,1
Baix. Flum.	26,1	26,9	3,1
S.Gon./Outr	21,6	28,7	32,5
Int.Urbano	23,3	22,4	-3,9
Int.Rural	16,4	22,4	36,5
Total	22,7	24,6	8,4

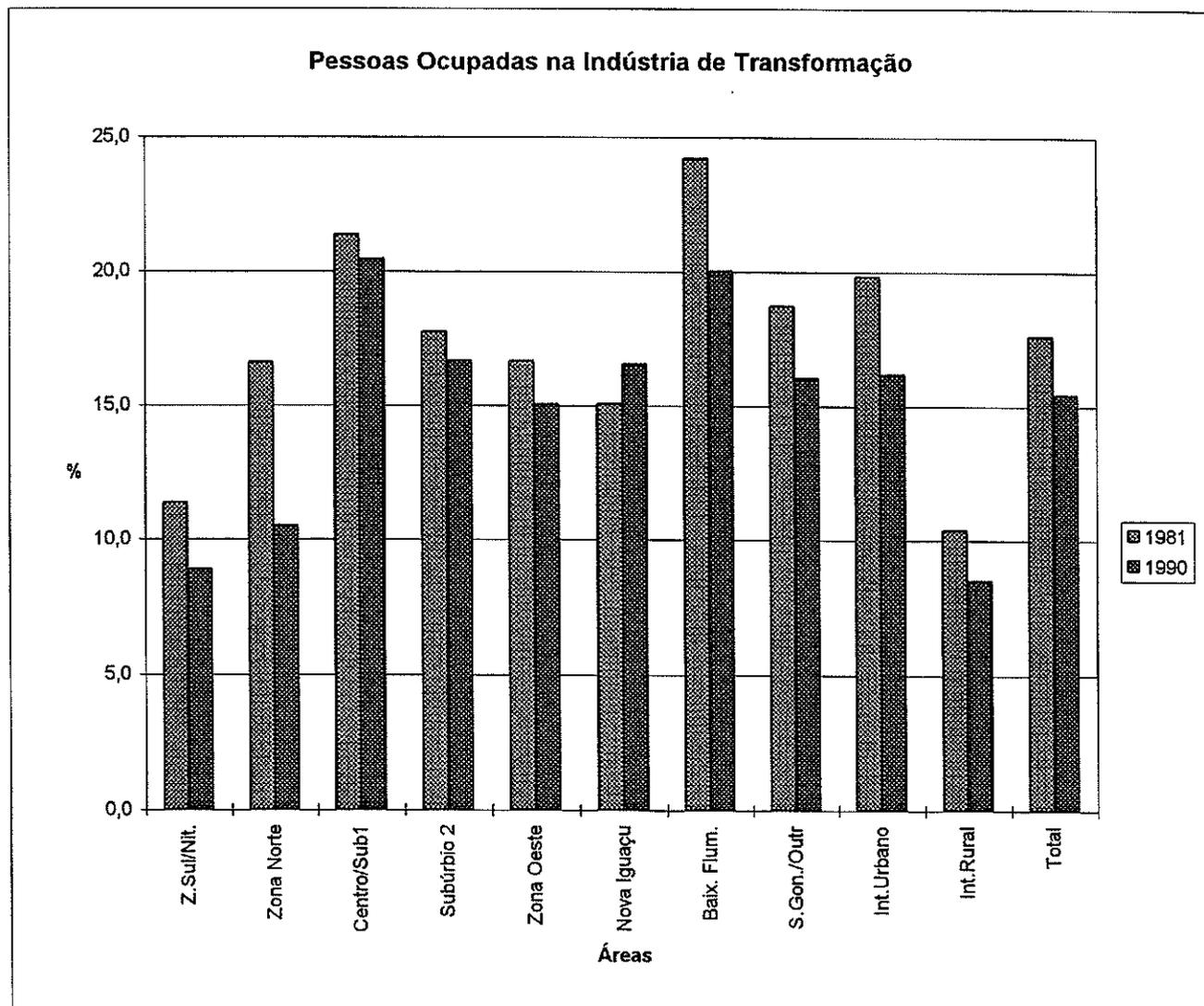


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.3

Pessoas Ocupadas na Indústria de Transformação			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	11,4	8,9	-21,9
Zona Norte	16,6	10,5	-36,6
Centro/Sub1	21,4	20,5	-4,2
Subúrbio 2	17,7	16,6	-6,1
Zona Oeste	16,6	15,0	-9,6
Nova Iguaçu	15,1	16,5	9,9
Baix. Flum.	24,2	20,0	-17,3
S.Gon./Outr	18,7	16,0	-14,5
Int.Urbano	19,8	16,1	-18,5
Int.Rural	10,4	8,5	-17,9
Total	17,6	15,4	-12,5

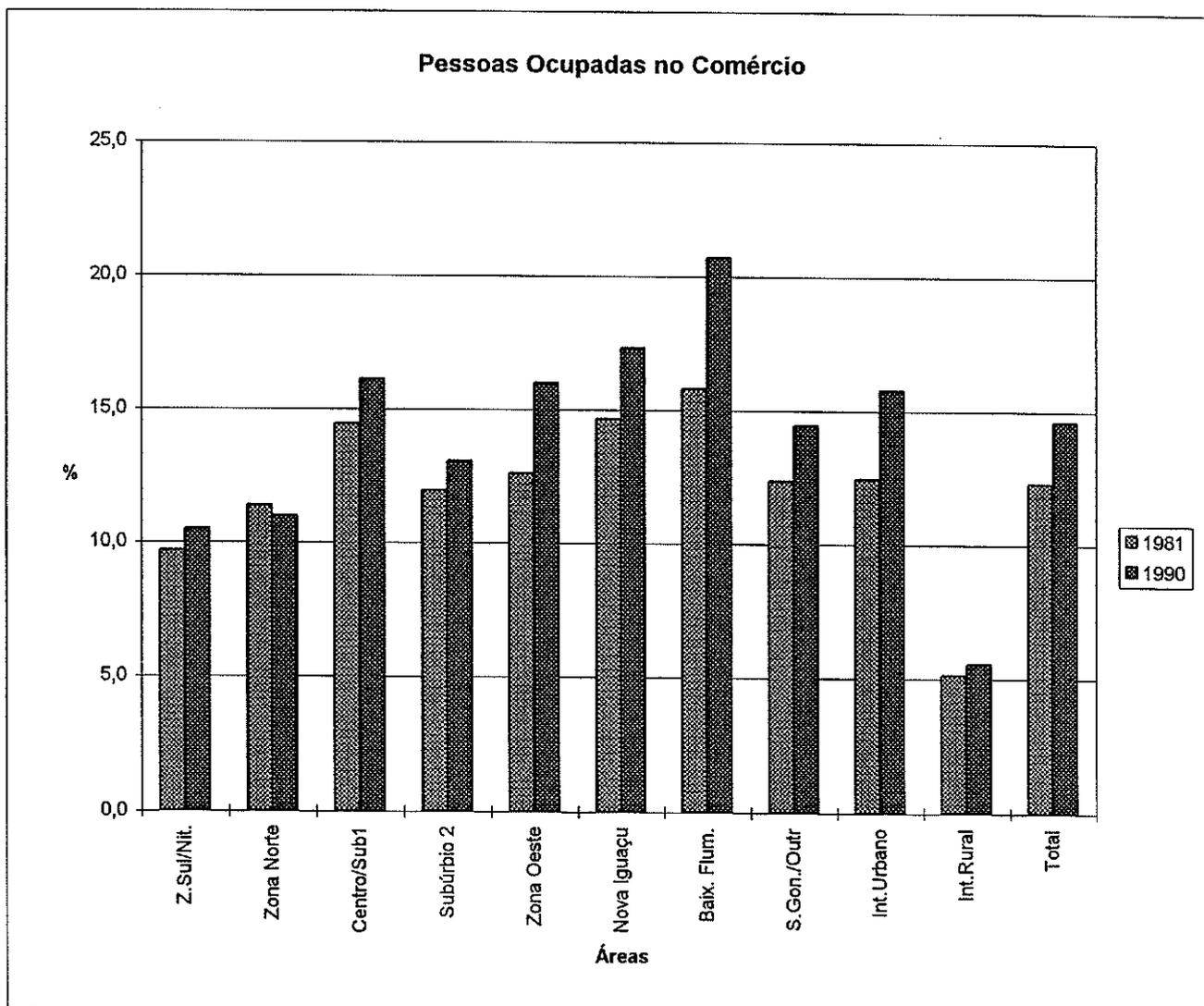


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.4

Pessoas Ocupadas no Comércio			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	9,7	10,5	8,3
Zona Norte	11,4	11,0	-3,5
Centro/Sub1	14,4	16,1	11,7
Subúrbio 2	12,0	13,1	9,2
Zona Oeste	12,6	16,0	26,8
Nova Iguaçu	14,7	17,3	18,2
Baix. Flum.	15,8	20,7	31,3
S.Gon./Outr	12,3	14,4	16,9
Int.Urbano	12,4	15,8	26,7
Int.Rural	5,1	5,6	8,3
Total	12,3	14,6	18,7

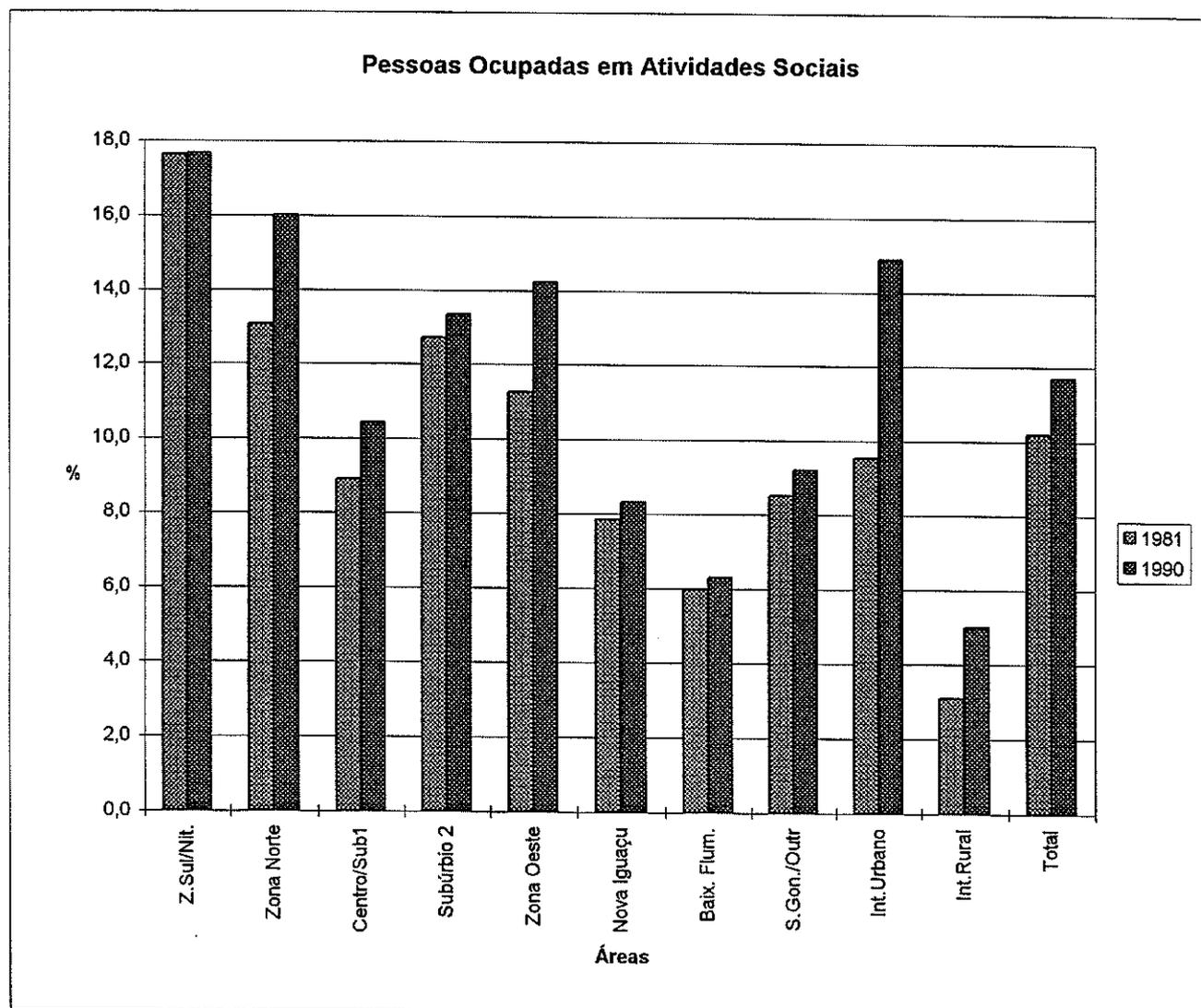


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.5

Pessoas Ocupadas em Atividades Sociais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	17,6	17,7	0,2
Zona Norte	13,1	16,0	22,6
Centro/Sub1	8,9	10,4	17,2
Subúrbio 2	12,7	13,3	5,0
Zona Oeste	11,3	14,2	26,3
Nova Iguaçu	7,8	8,3	6,1
Baix. Flum.	6,0	6,3	5,2
S.Gon./Outr	8,5	9,2	8,1
Int.Urbano	9,5	14,9	56,2
Int.Rural	3,1	5,0	62,4
Total	10,2	11,7	14,7

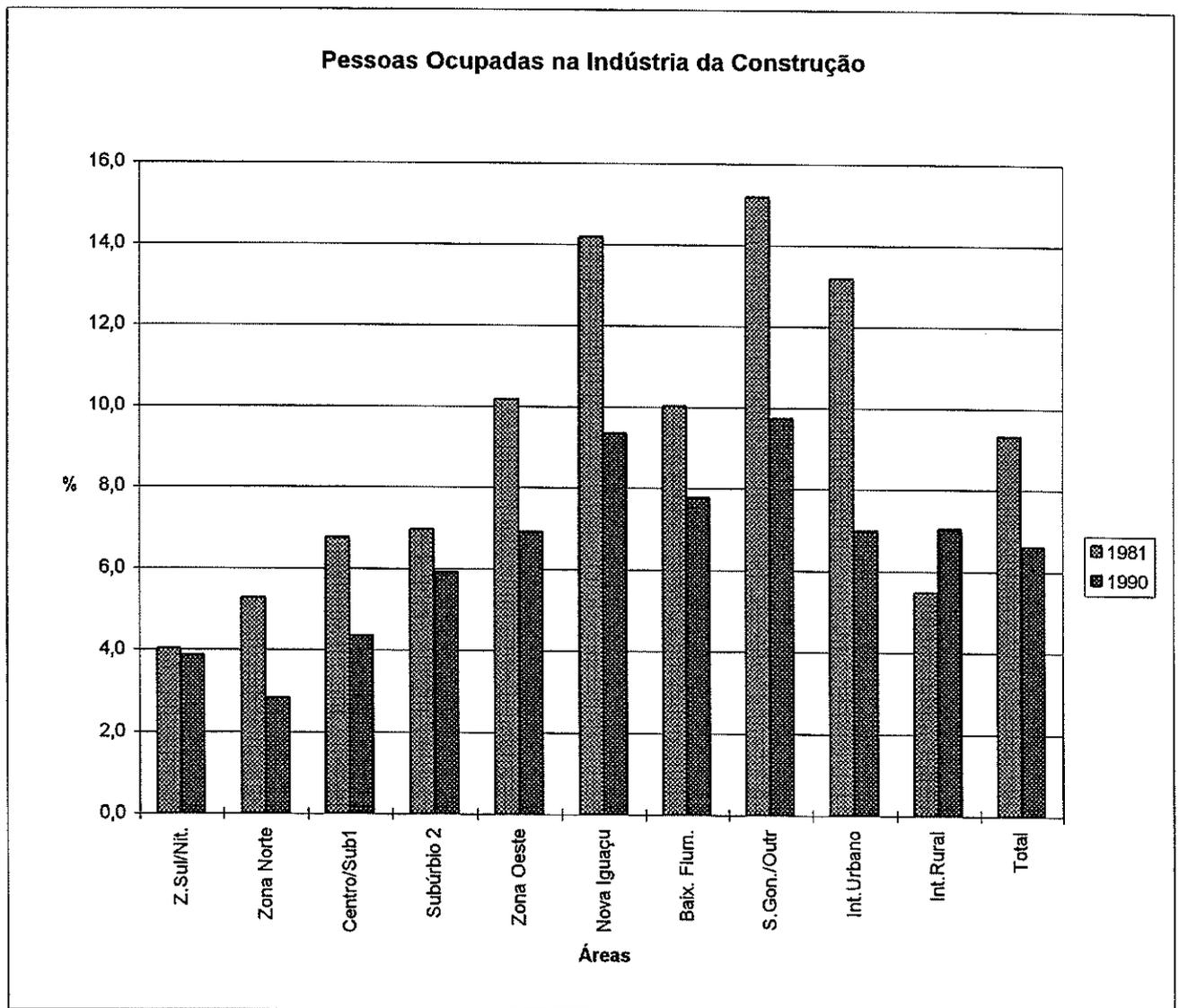


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.6

Pessoas Ocupadas na Indústria da Construção			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	4,0	3,9	-3,8
Zona Norte	5,3	2,8	-46,4
Centro/Sub1	6,8	4,3	-35,8
Subúrbio 2	7,0	5,9	-15,0
Zona Oeste	10,2	6,9	-32,0
Nova Iguaçu	14,2	9,3	-34,1
Baix. Flum.	10,0	7,8	-22,3
S.Gon./Outr	15,2	9,7	-35,9
Int.Urbano	13,2	7,0	-46,9
Int.Rural	5,5	7,0	28,6
Total	9,3	6,6	-29,0



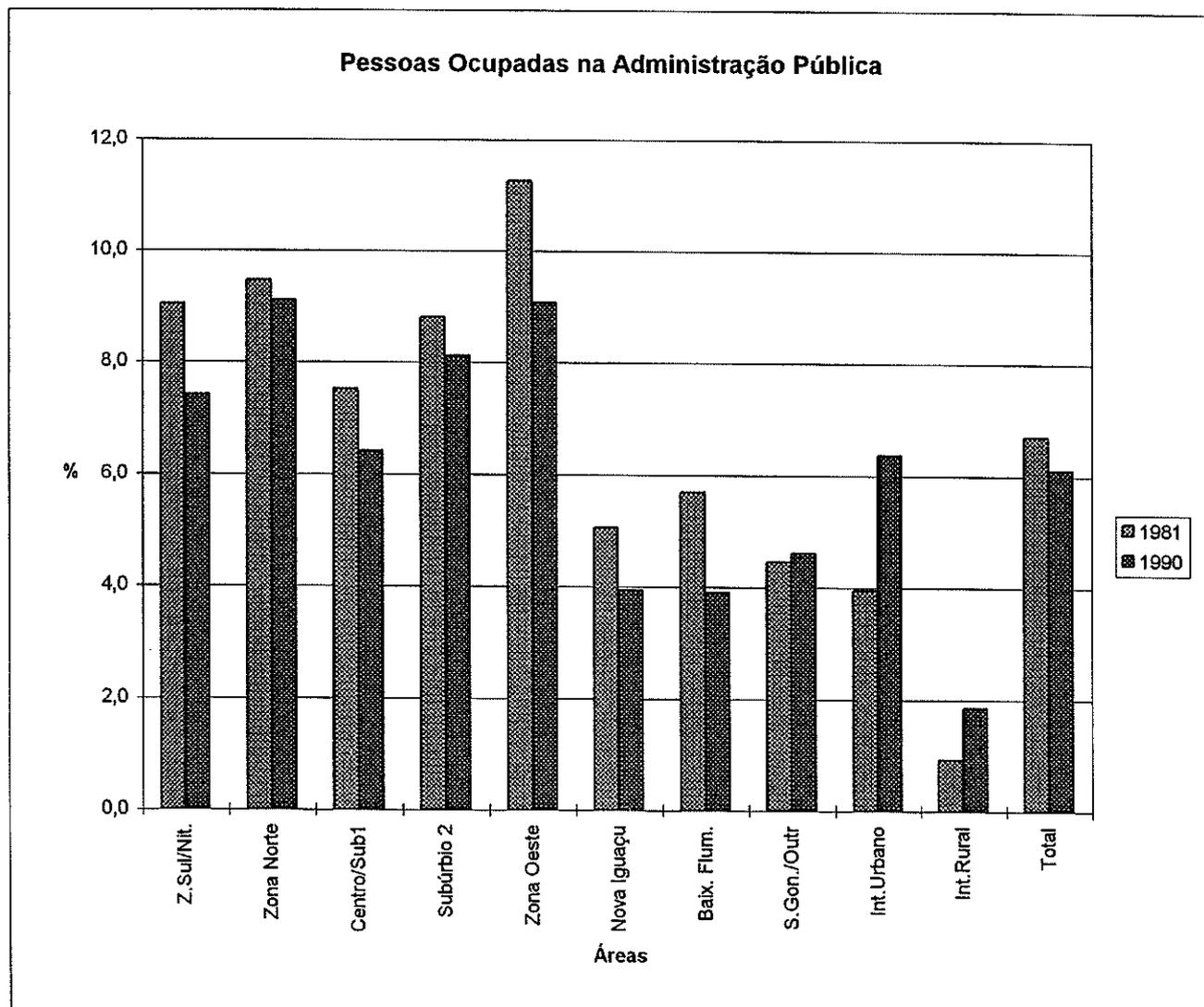
Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.7

Quadro 4.7

Pessoas Ocupadas na Administração Pública			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	9,0	7,4	-18,1
Zona Norte	9,5	9,1	-3,9
Centro/Sub1	7,5	6,4	-14,7
Subúrbio 2	8,8	8,1	-7,9
Zona Oeste	11,3	9,1	-19,4
Nova Iguaçu	5,0	3,9	-21,9
Baix. Flum.	5,7	3,9	-31,7
S.Gon./Outr	4,4	4,6	3,5
Int.Urbano	3,9	6,4	61,3
Int.Rural	0,9	1,9	103,0
Total	6,7	6,1	-9,0

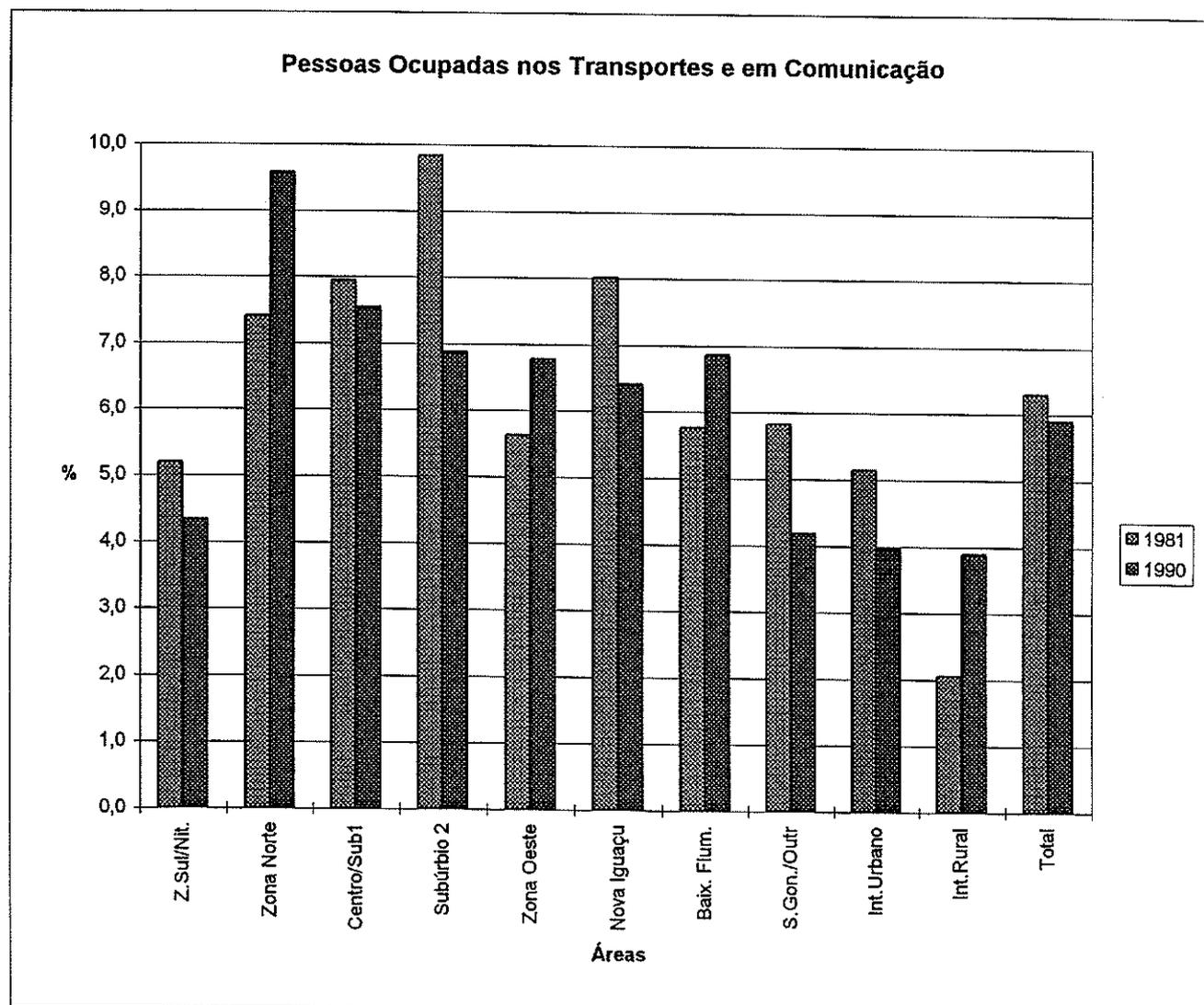


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.8

Pessoas Ocupadas nos Transportes e em Comunicação			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	5,2	4,3	-16,6
Zona Norte	7,4	9,6	29,2
Centro/Sub1	7,9	7,5	-5,0
Subúrbio 2	9,8	6,9	-30,1
Zona Oeste	5,6	6,8	20,3
Nova Iguaçu	8,0	6,4	-19,9
Baix. Flum.	5,8	6,9	19,1
S.Gon./Outr	5,8	4,2	-28,2
Int.Urbano	5,1	4,0	-23,0
Int.Rural	2,1	3,9	89,5
Total	6,3	5,9	-6,3

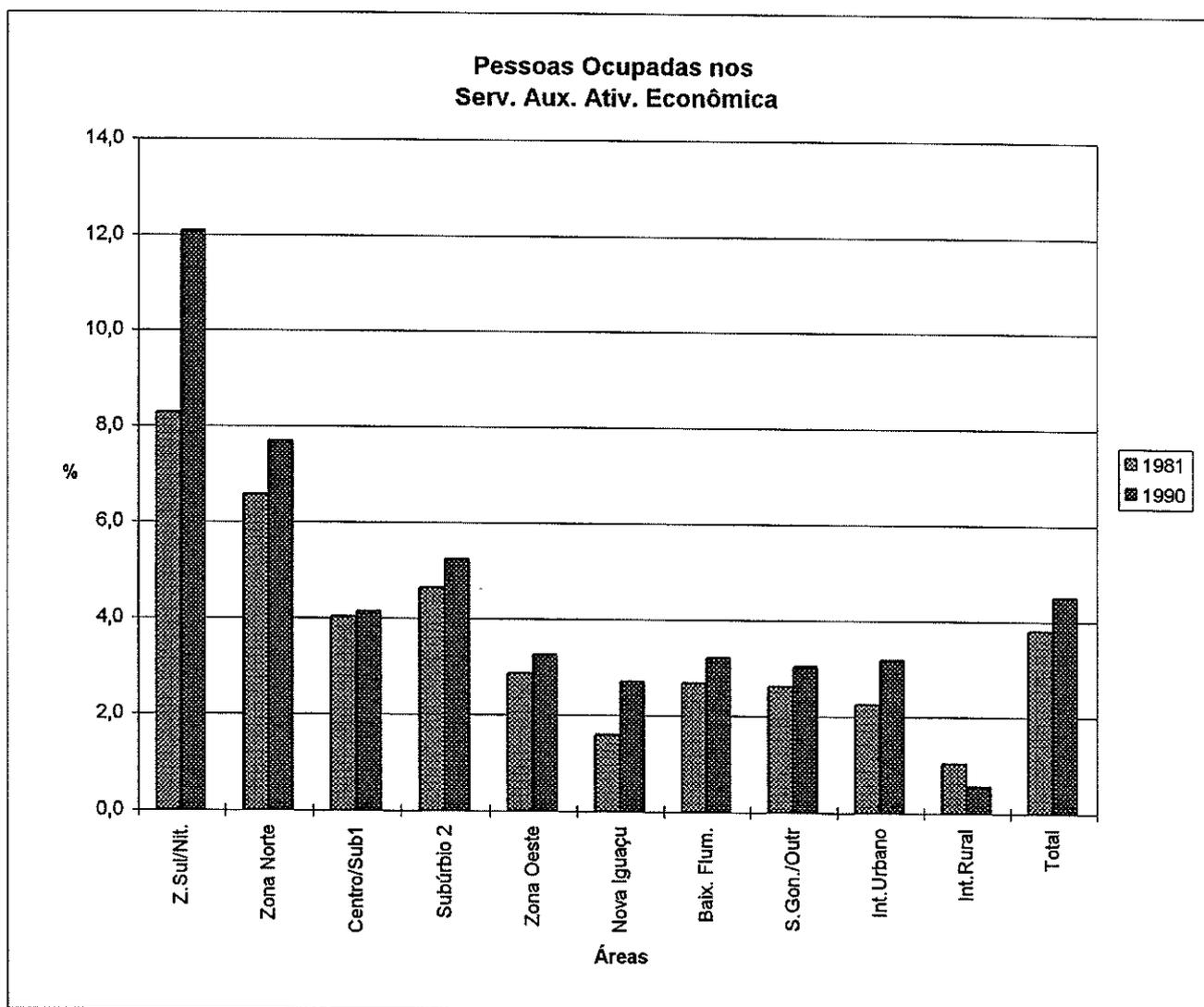


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.9

Pessoas Ocupadas nos Serv. Aux. Ativ. Econômica			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	8,3	12,1	45,8
Zona Norte	6,6	7,7	17,1
Centro/Sub1	4,0	4,1	2,7
Subúrbio 2	4,6	5,2	12,7
Zona Oeste	2,9	3,3	13,8
Nova Iguaçu	1,6	2,7	68,6
Baix. Flum.	2,7	3,2	20,2
S.Gon./Outr	2,6	3,0	16,3
Int.Urbano	2,2	3,2	41,6
Int.Rural	1,0	0,6	-45,9
Total	3,8	4,5	18,4

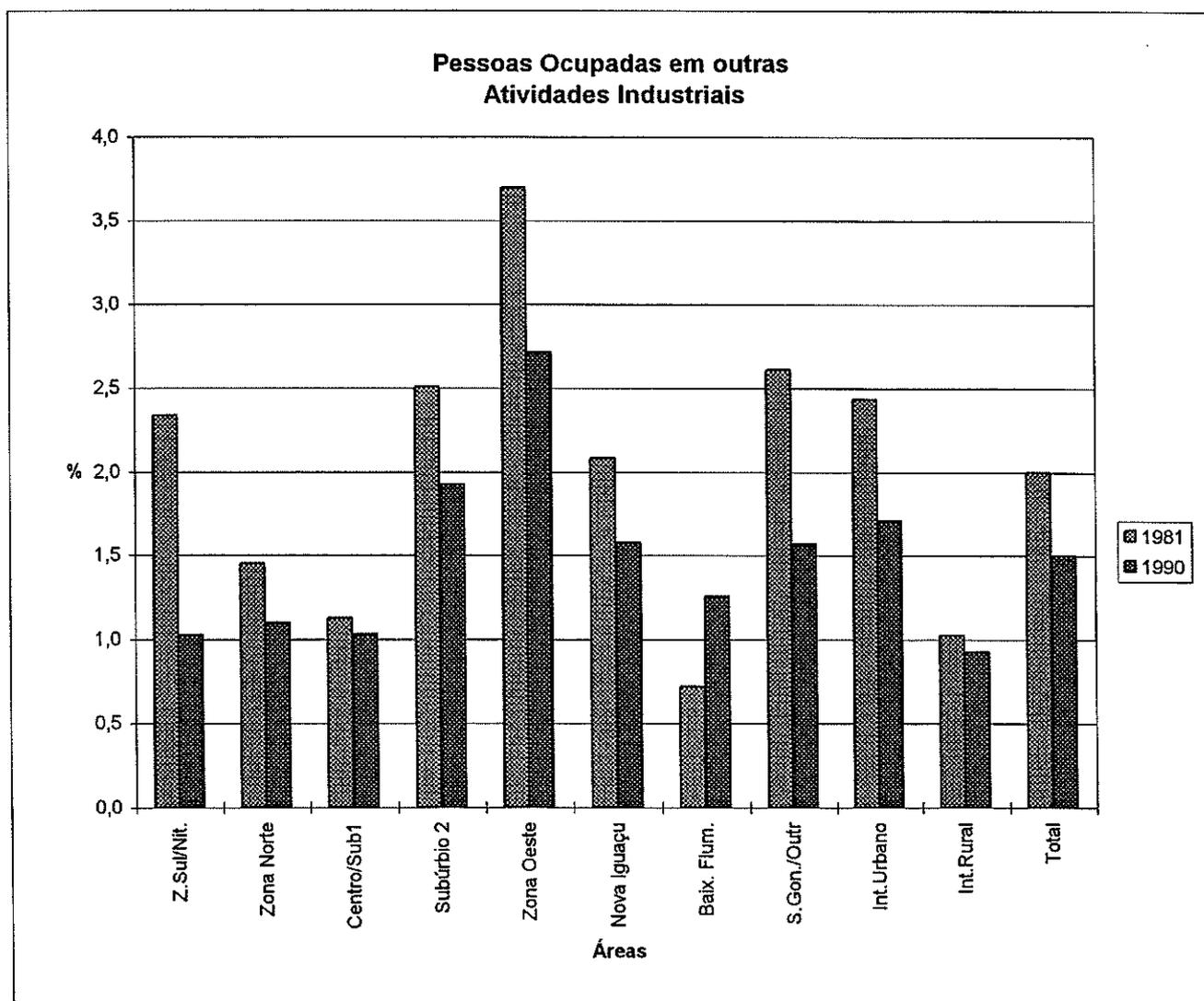


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.10

Pessoas Ocupadas em outras Ativ. Industriais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	2,3	1,0	-56,1
Zona Norte	1,5	1,1	-24,3
Centro/Sub1	1,1	1,0	-8,3
Subúrbio 2	2,5	1,9	-23,1
Zona Oeste	3,7	2,7	-26,7
Nova Iguaçu	2,1	1,6	-24,4
Baix. Flum.	0,7	1,3	74,7
S.Gon./Outr	2,6	1,6	-39,8
Int.Urbano	2,4	1,7	-29,8
Int.Rural	1,0	0,9	-9,8
Total	2	1,5	-25,0

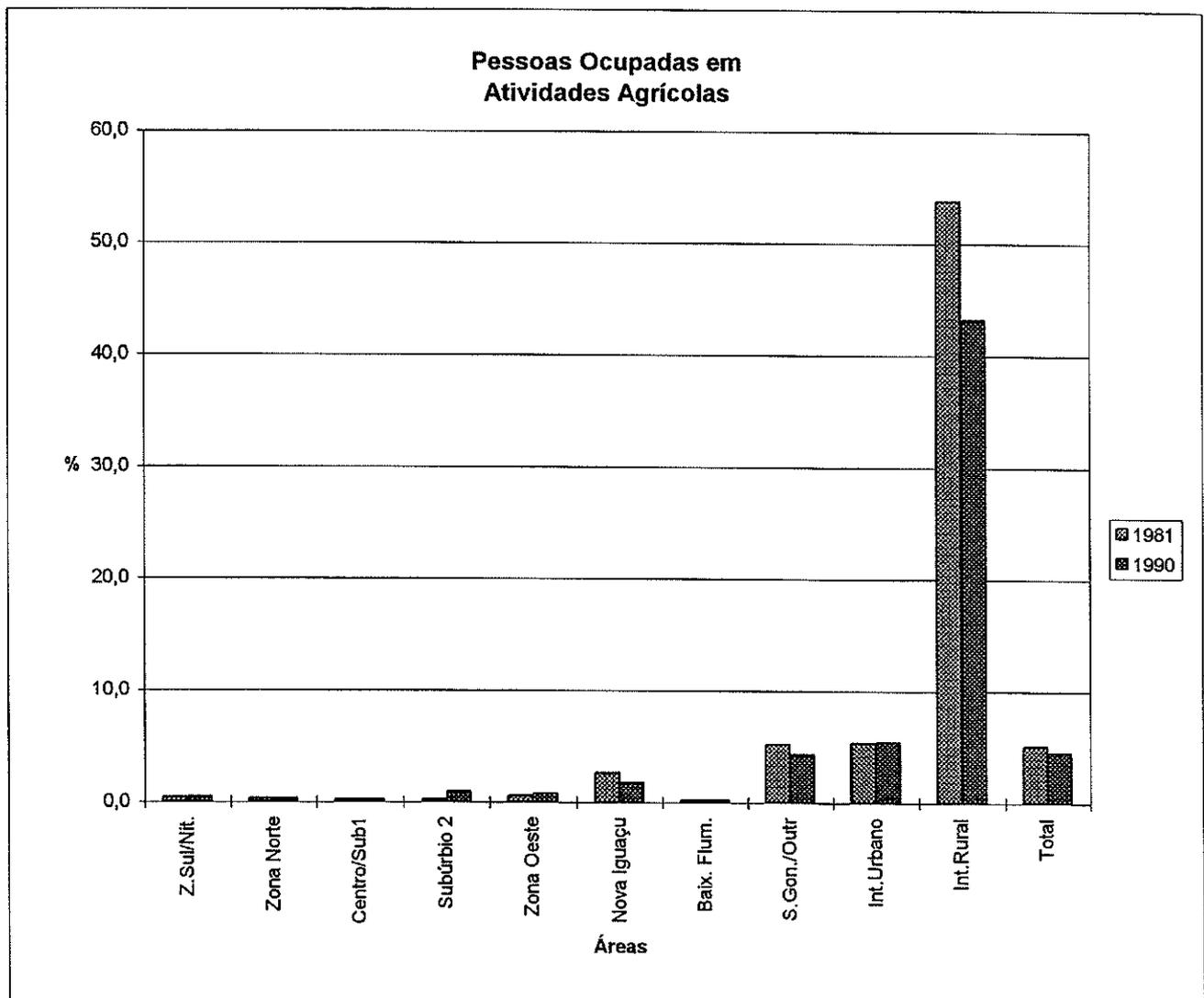


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.11

Pessoas Ocupadas em Atividades Agrícolas			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	0,4	0,5	11,6
Zona Norte	0,3	0,3	2,7
Centro/Sub1	0,3	0,2	-23,0
Subúrbio 2	0,3	1,0	246,0
Zona Oeste	0,6	0,8	38,2
Nova Iguaçu	2,6	1,8	-31,9
Baix. Flum.	0,2	0,2	5,9
S.Gon./Outr	5,2	4,3	-17,8
Int.Urbano	5,4	5,4	1,2
Int.Rural	53,8	43,1	-19,8
Total	5,1	4,5	-11,8

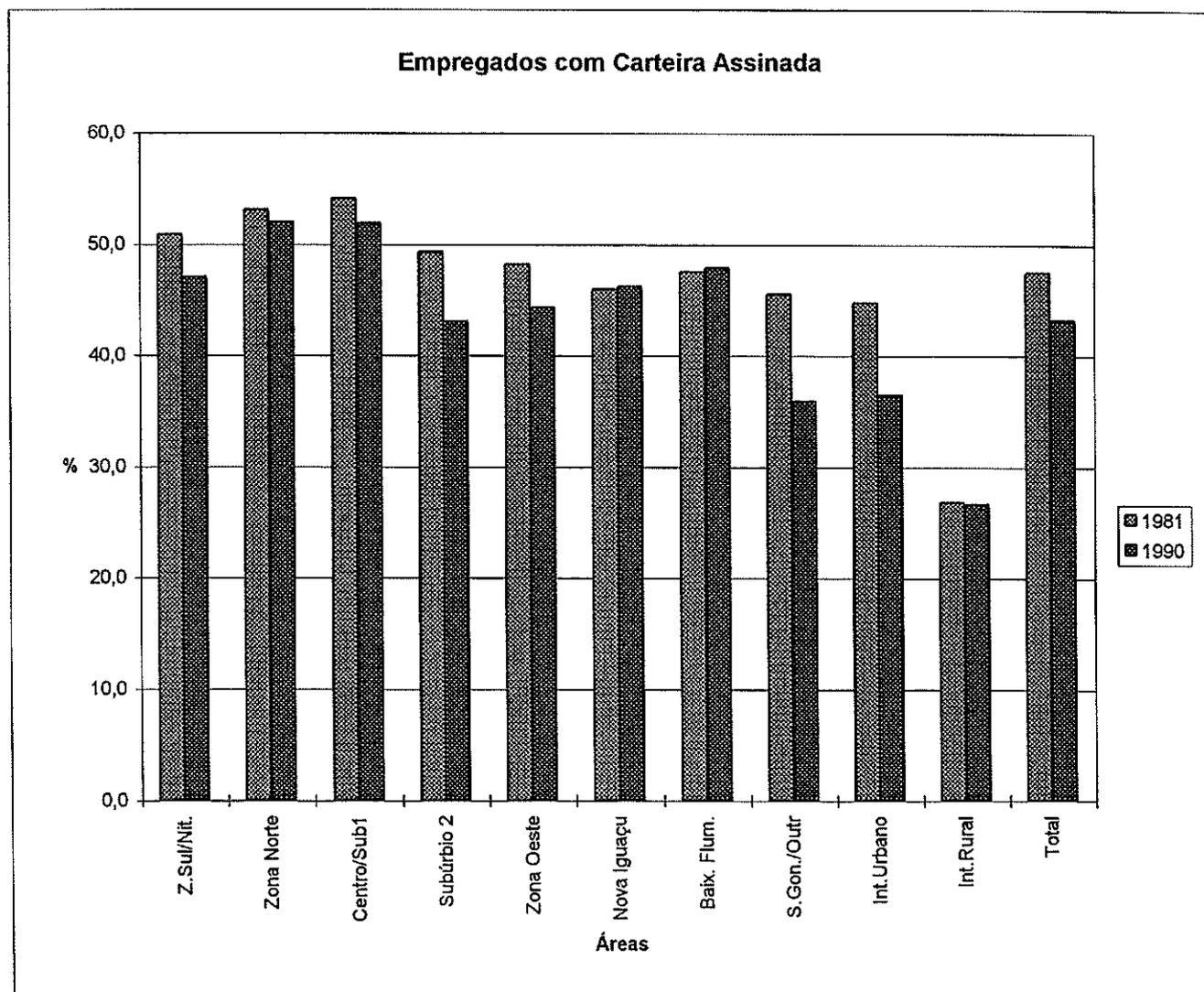


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.12

Empregados com Carteira Assinada			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	50,8	47,1	-7,4
Zona Norte	53,1	52,0	-2,1
Centro/Sub1	54,1	51,9	-4,1
Subúrbio 2	49,4	43,1	-12,8
Zona Oeste	48,2	44,3	-8,1
Nova Iguaçu	46,0	46,2	0,6
Baix. Flum.	47,6	47,9	0,8
S.Gon./Outr	45,6	35,9	-21,2
Int.Urbano	44,7	36,5	-18,4
Int.Rural	26,8	26,7	-0,5
Total	47,5	43,2	-9,1

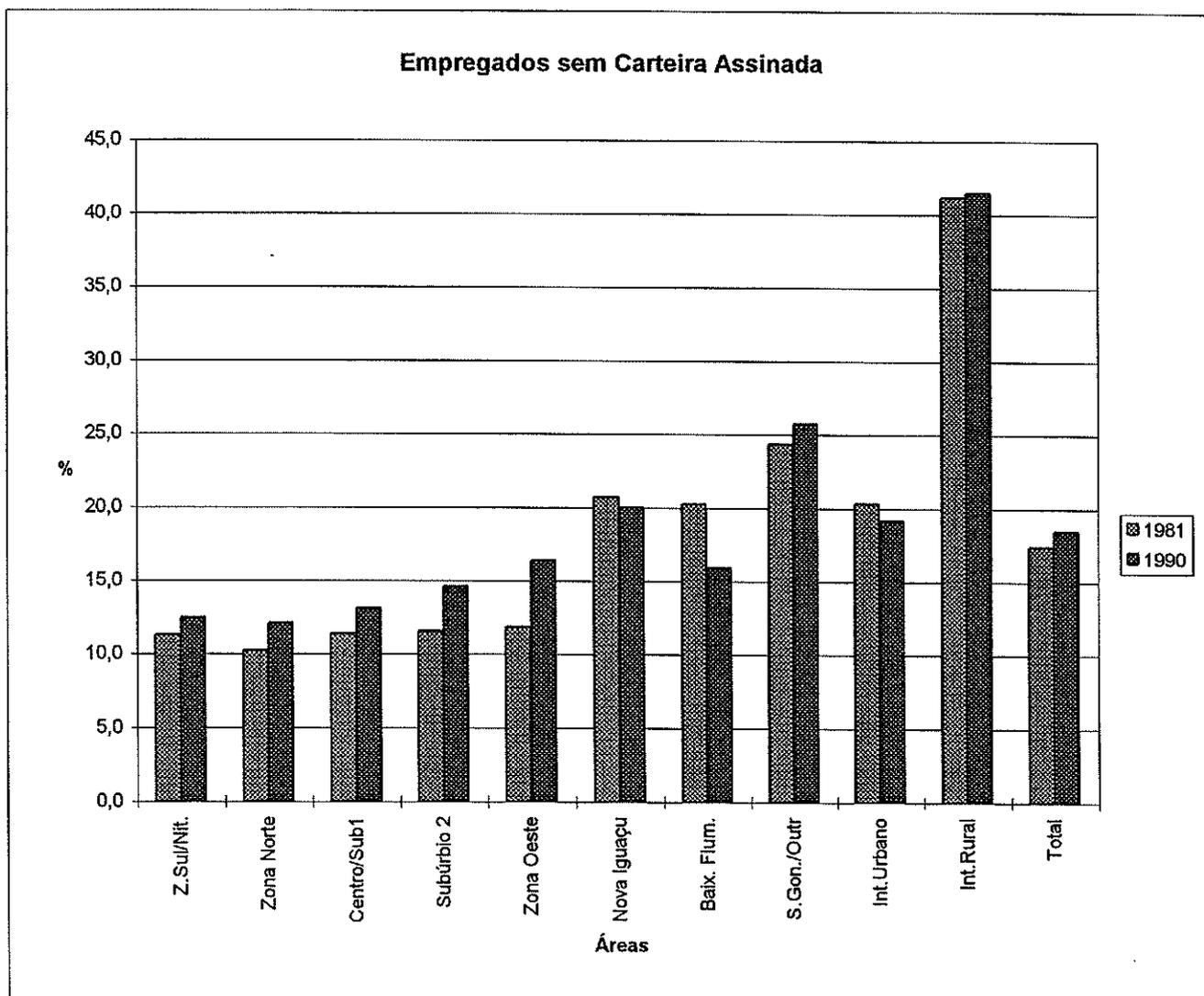


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.13

Empregados sem Carteira Assinada			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	11,3	12,4	10,3
Zona Norte	10,2	12,1	18,1
Centro/Sub1	11,4	13,1	15,4
Subúrbio 2	11,5	14,6	26,8
Zona Oeste	11,8	16,4	38,4
Nova Iguaçu	20,7	20,0	-3,4
Baix. Flum.	20,2	15,9	-21,4
S.Gon./Outr	24,3	25,7	5,9
Int.Urbano	20,3	19,2	-5,7
Int.Rural	41,2	41,5	0,8
Total	17,4	18,5	6,3

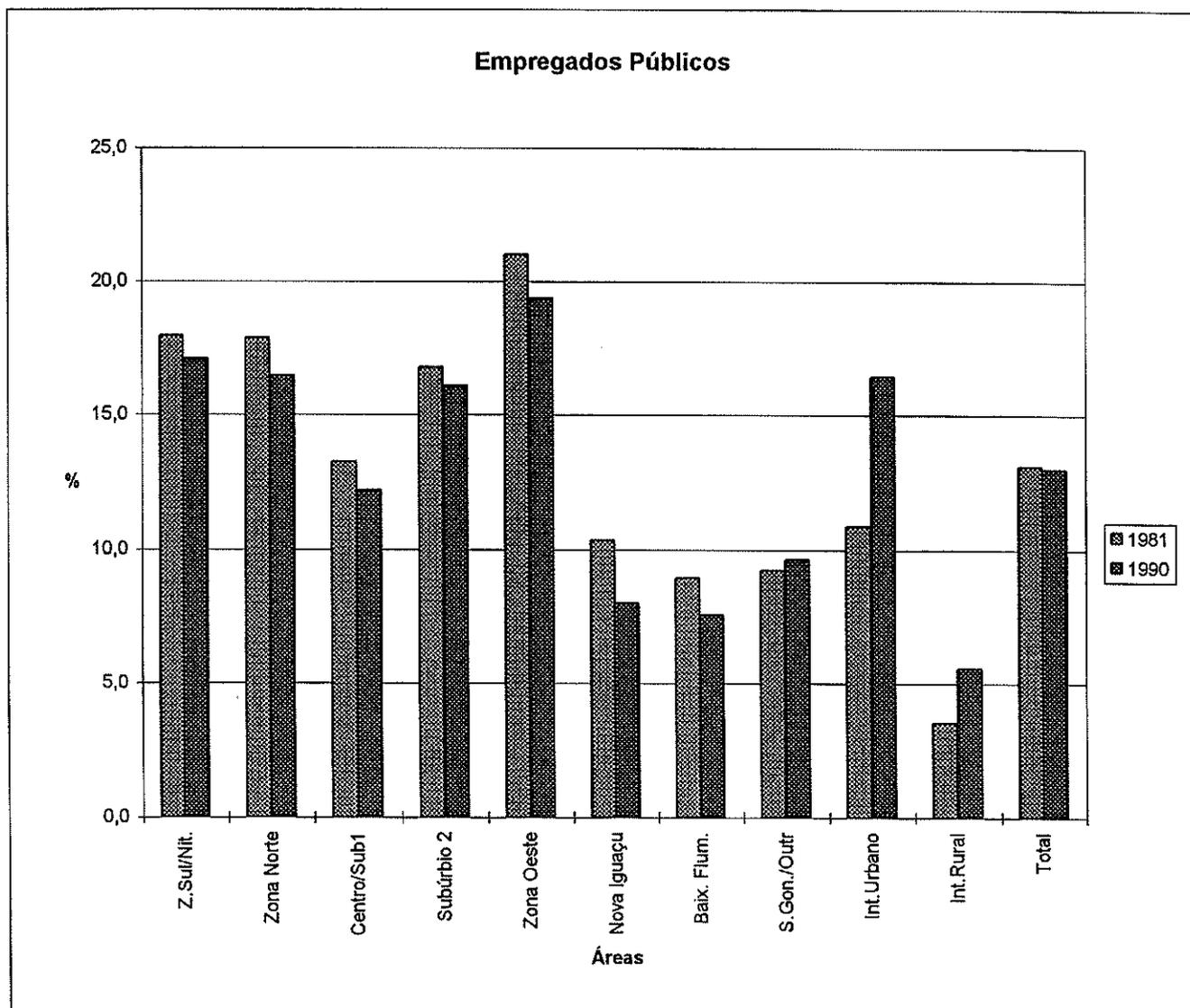


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.14

Empregados Públicos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	18,0	17,1	-4,9
Zona Norte	17,9	16,5	-7,8
Centro/Sub1	13,3	12,2	-8,0
Subúrbio 2	16,8	16,1	-4,2
Zona Oeste	21,0	19,4	-7,8
Nova Iguaçu	10,3	8,0	-22,7
Baix. Flum.	8,9	7,6	-15,5
S.Gon./Outr	9,2	9,6	4,6
Int.Urbano	10,9	16,5	51,3
Int.Rural	3,5	5,6	57,2
Total	13,1	13	-0,8

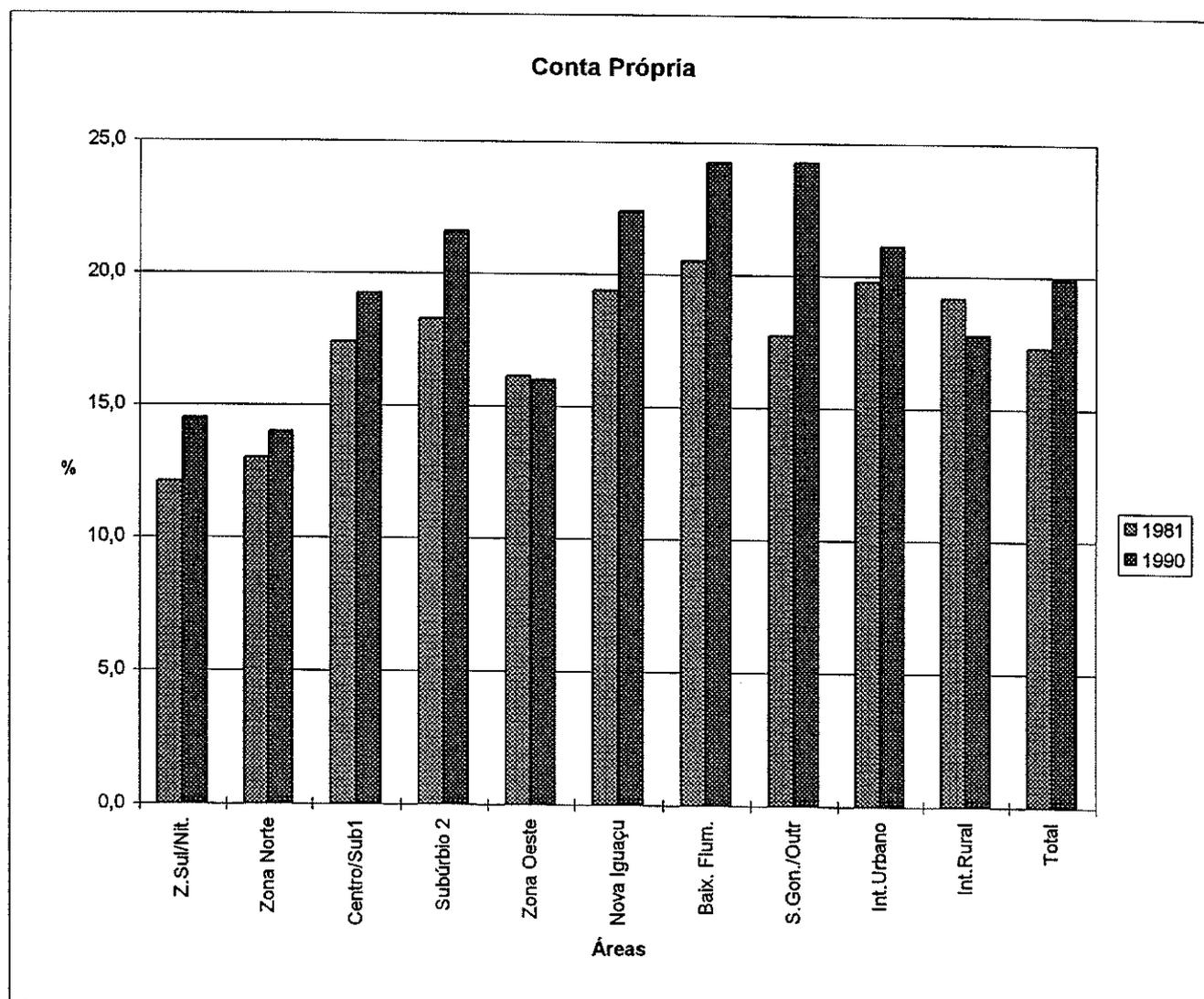


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.15

Conta Própria			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	12,1	14,5	19,8
Zona Norte	13,0	14,0	7,6
Centro/Sub1	17,4	19,2	10,5
Subúrbio 2	18,3	21,6	18,2
Zona Oeste	16,1	16,0	-0,9
Nova Iguaçu	19,4	22,4	15,5
Baix. Flum.	20,5	24,3	18,1
S.Gon./Outr	17,7	24,3	37,0
Int.Urbano	19,8	21,1	6,8
Int.Rural	19,2	17,8	-7,2
Total	17,3	19,9	15,0

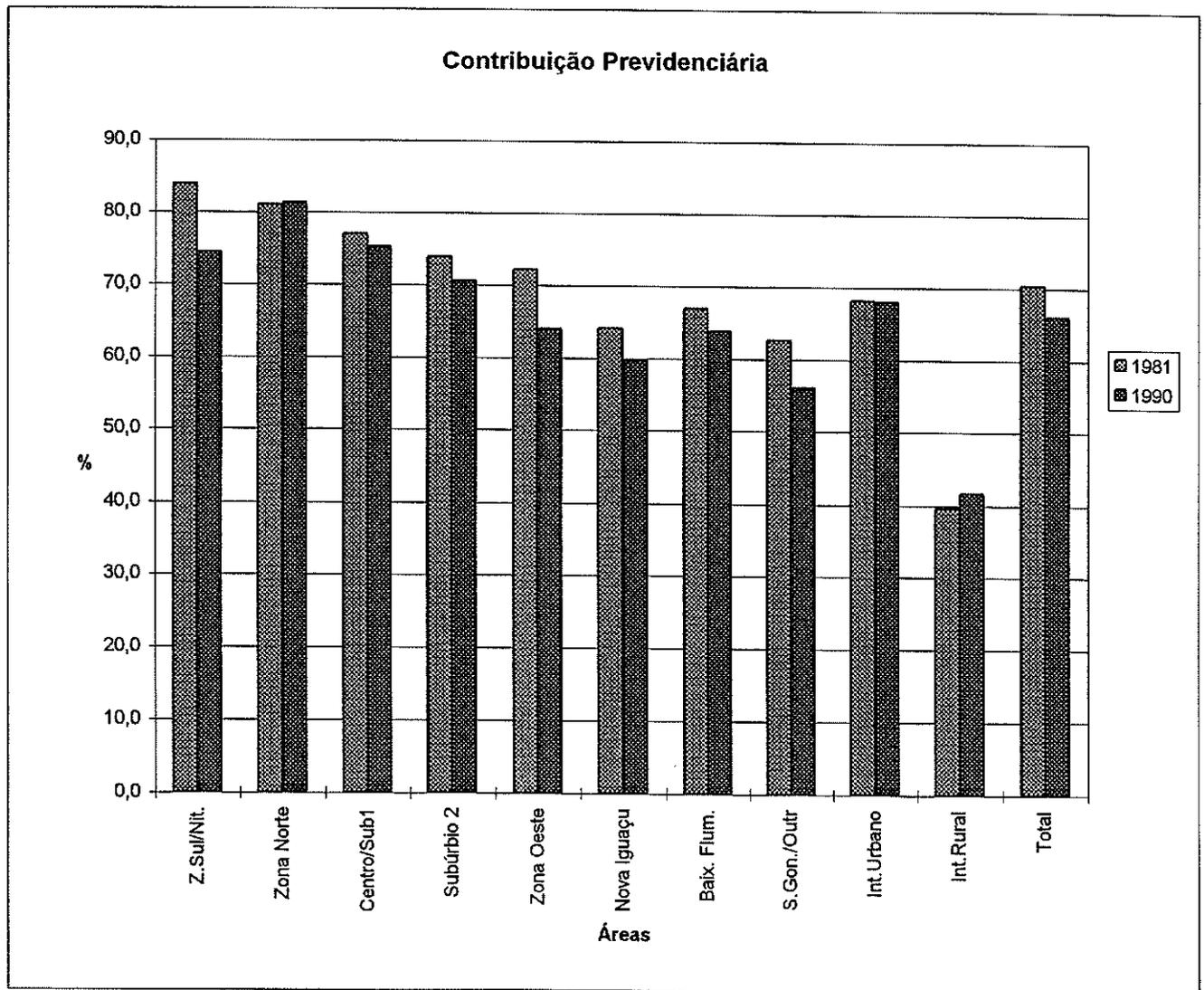


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.16

Contribuição Previdenciária			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	83,9	74,5	-11,2
Zona Norte	81,0	81,3	0,4
Centro/Sub1	77,0	75,2	-2,3
Subúrbio 2	73,8	70,6	-4,4
Zona Oeste	72,2	64,1	-11,2
Nova Iguaçu	64,1	59,8	-6,7
Baix. Flum.	66,9	63,8	-4,6
S.Gon./Outr	62,7	56,1	-10,5
Int.Urbano	68,2	68,0	-0,3
Int.Rural	39,6	41,7	5,3
Total	70,4	66,1	-6,1

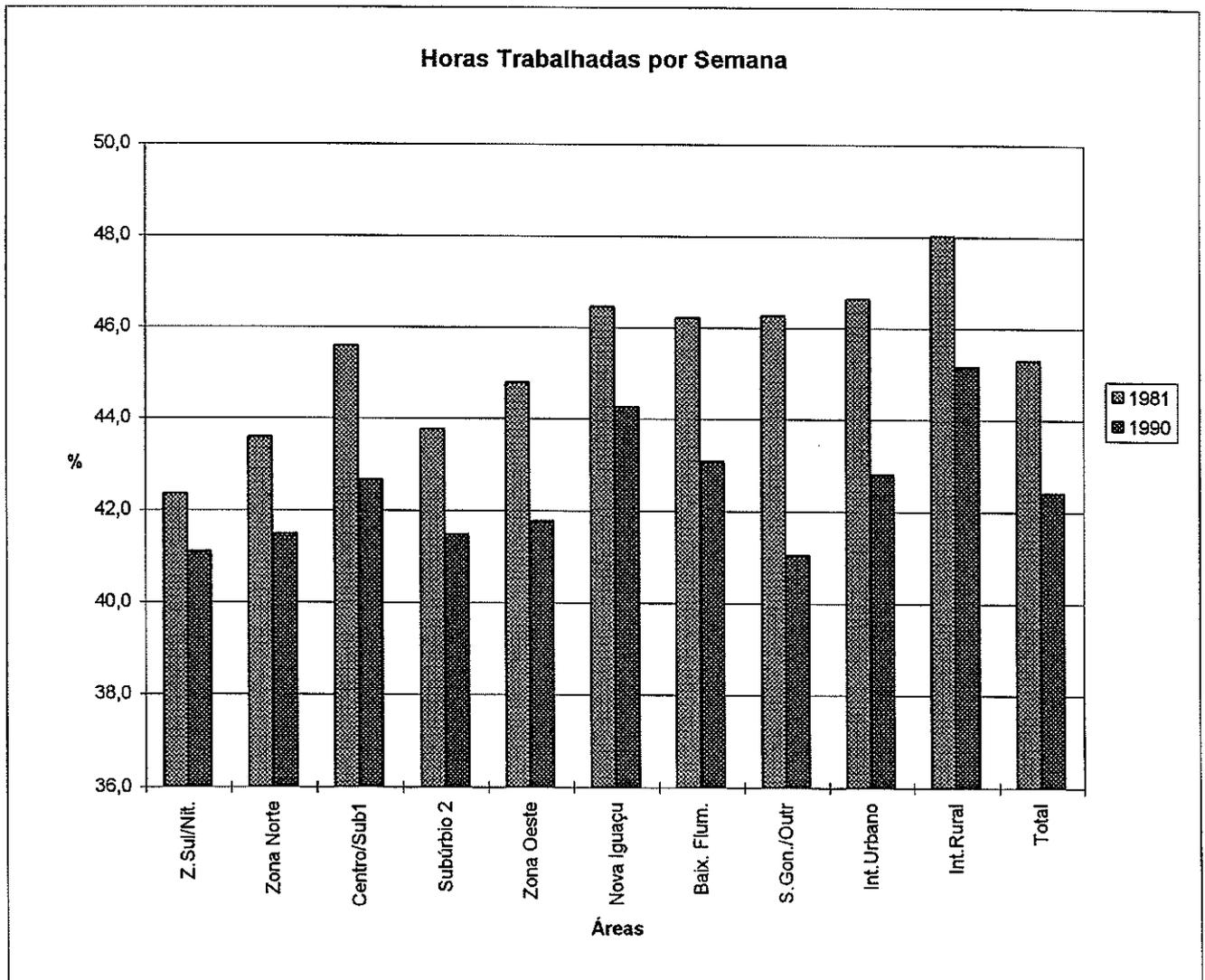


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.17

Horas Trabalhadas por Semana			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	42,3	41,1	-2,9
Zona Norte	43,6	41,5	-4,9
Centro/Sub1	45,6	42,7	-6,4
Subúrbio 2	43,8	41,5	-5,2
Zona Oeste	44,8	41,8	-6,7
Nova Iguaçu	46,5	44,3	-4,7
Baix. Flum.	46,2	43,1	-6,8
S.Gon./Outr	46,3	41,0	-11,3
Int.Urbano	46,6	42,8	-8,2
Int.Rural	48,0	45,2	-6,0
Total	45,3	42,4	-6,4

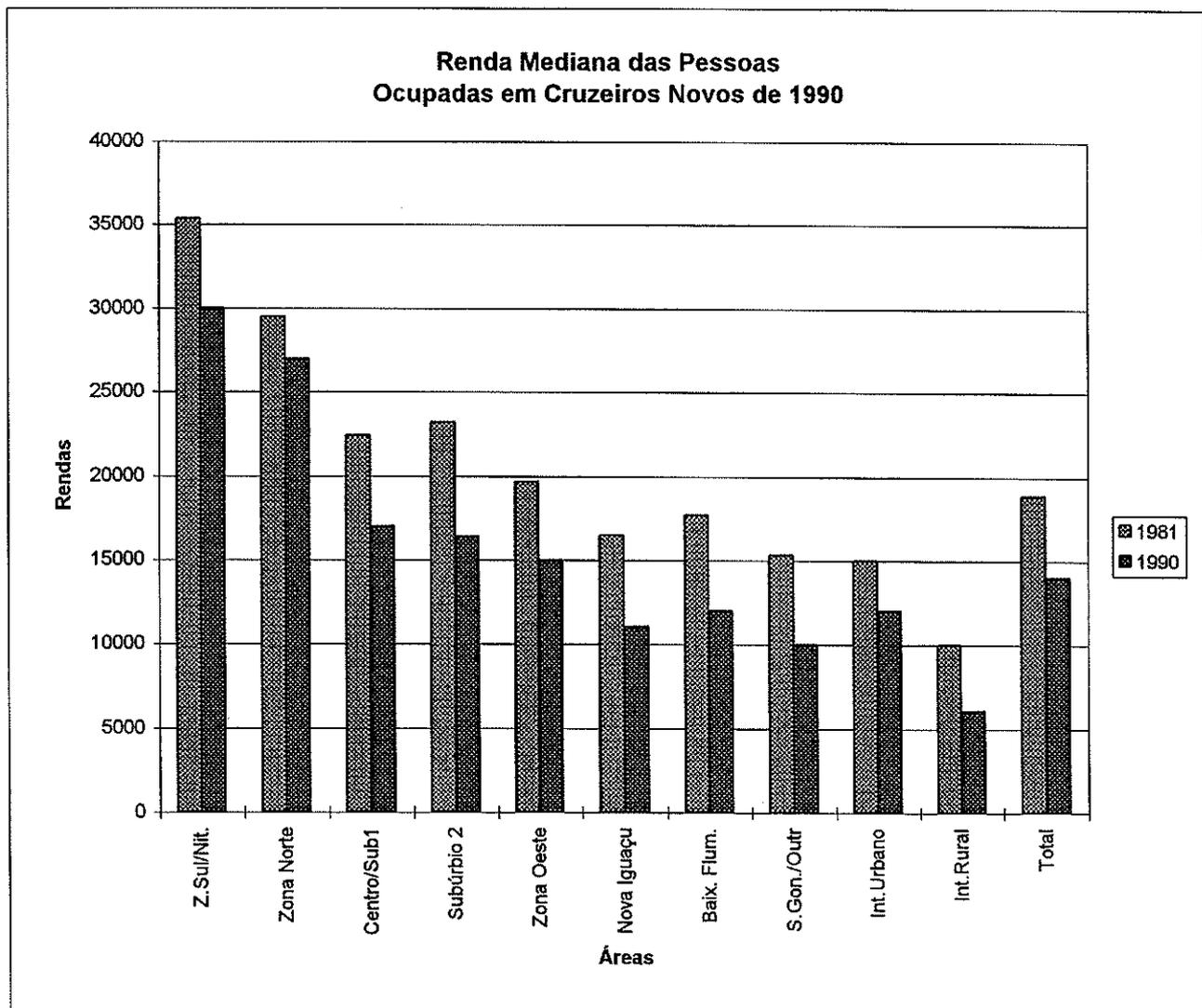


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.18

Renda Mediana das Pessoas Ocupadas em Cruzeiros Novos de 1990			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	35371,0	30000,0	-15,2
Zona Norte	29475,9	26964,0	-8,5
Centro/Sub1	22401,7	17000,0	-24,1
Subúrbio 2	23171,6	16400,0	-29,2
Zona Oeste	19666,3	15000,0	-23,7
Nova Iguaçu	16506,5	11026,0	-33,2
Baix. Flum.	17685,5	12000,0	-32,1
S.Gon./Outr	15327,4	10000,0	-34,8
Int.Urbano	15005,6	12000,0	-20,0
Int.Rural	9998,2	6056,0	-39,4
Total	18864,6	14000	-25,8

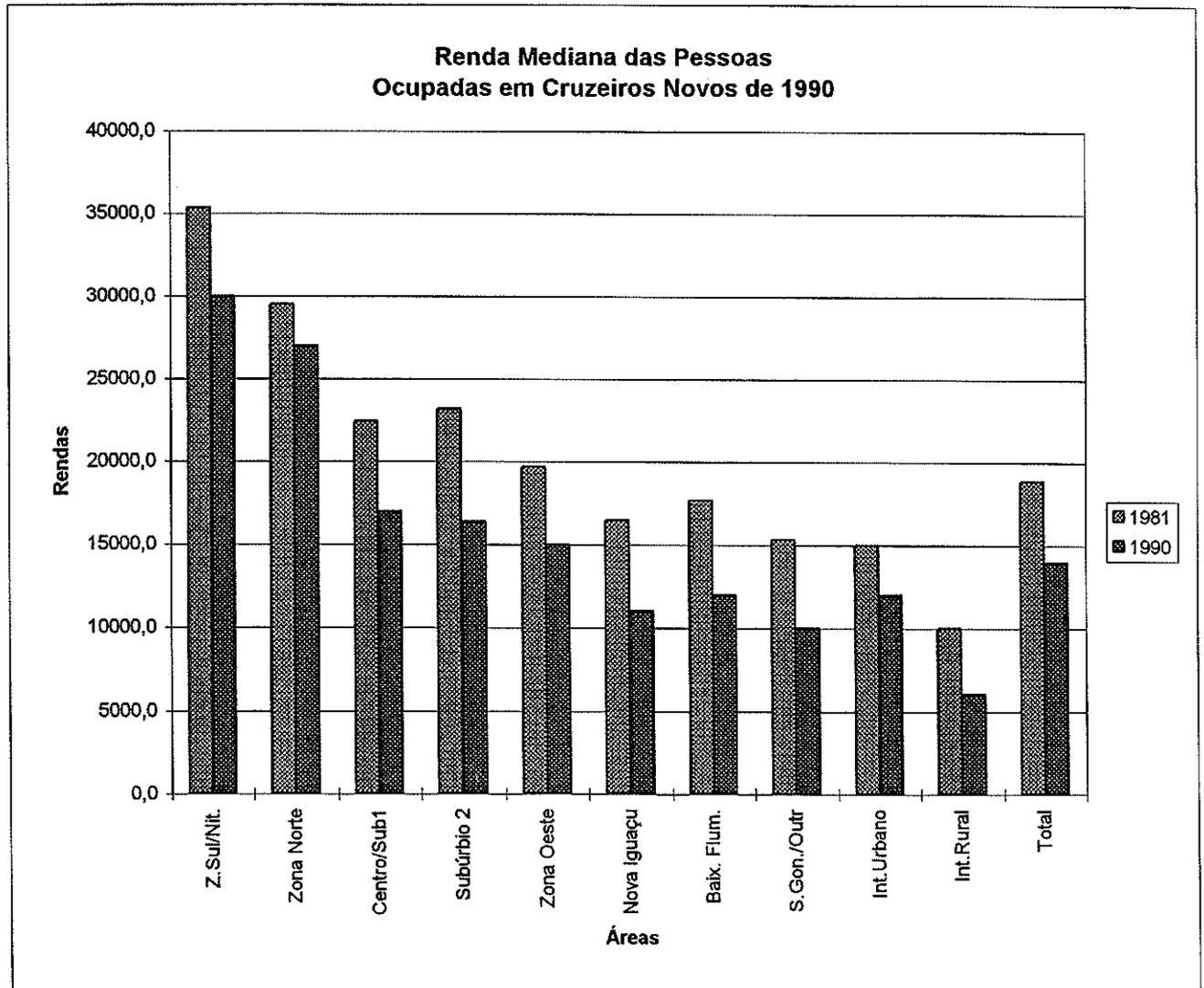


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 4.22

Renda Mediana das Pessoas Ocupadas em Cruzeiros Novos de 1990			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	35371,0	30000,0	-15,2
Zona Norte	29475,9	26964,0	-8,5
Centro/Sub1	22401,7	17000,0	-24,1
Subúrbio 2	23171,6	16400,0	-29,2
Zona Oeste	19666,3	15000,0	-23,7
Nova Iguaçu	16506,5	11026,0	-33,2
Baix. Flum.	17685,5	12000,0	-32,1
S.Gon./Outr	15327,4	10000,0	-34,8
Int.Urbano	15005,6	12000,0	-20,0
Int.Rural	9998,2	6056,0	-39,4
Total	18864,6	14000	-25,8

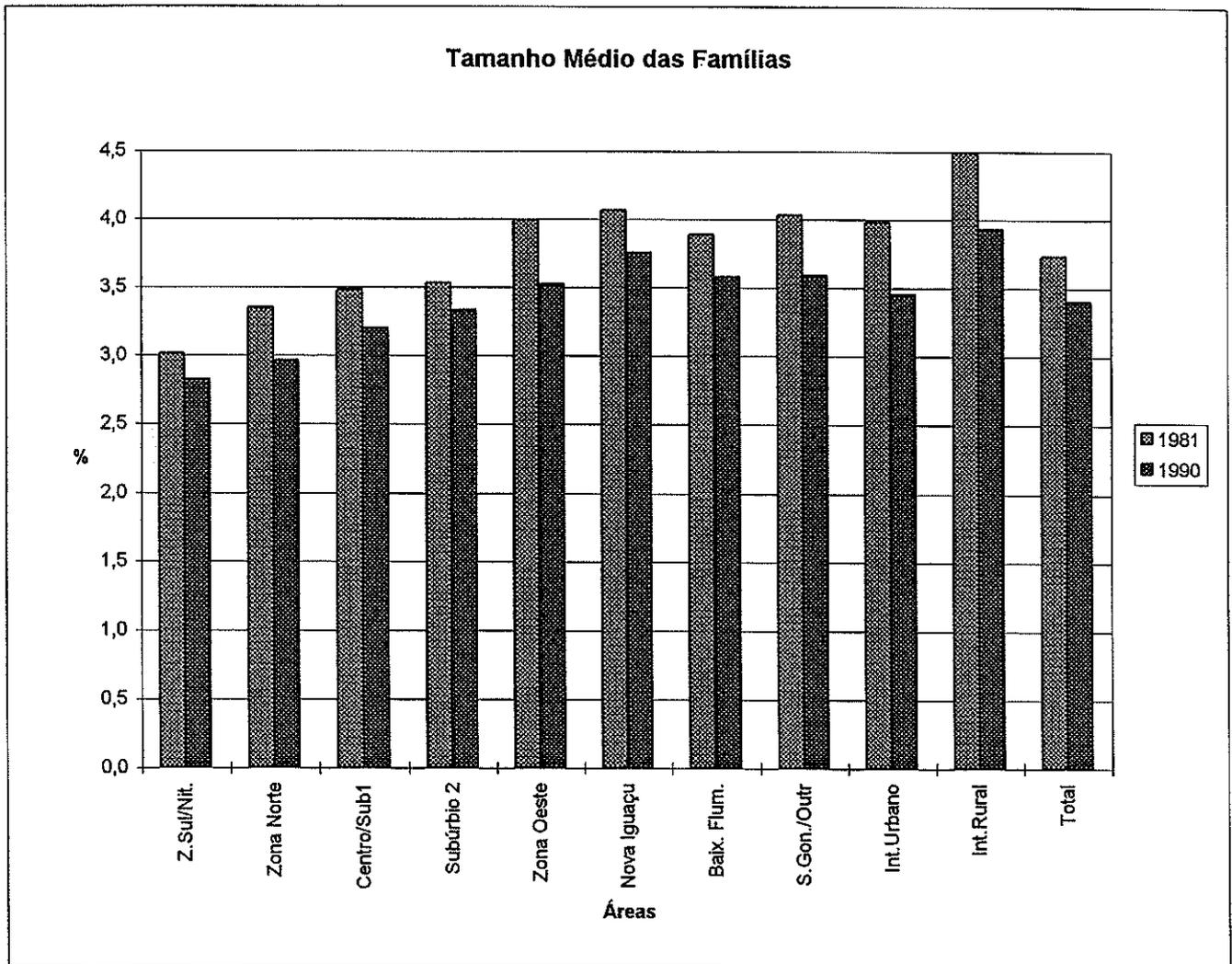


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.1

Tamanho Médio das Famílias			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	3,0	2,8	-6,4
Zona Norte	3,3	3,0	-11,5
Centro/Sub1	3,5	3,2	-8,1
Subúrbio 2	3,5	3,3	-5,6
Zona Oeste	4,0	3,5	-11,8
Nova Iguaçu	4,1	3,8	-7,6
Baix. Flum.	3,9	3,6	-7,9
S.Gon./Outr	4,0	3,6	-10,9
Int.Urbano	4,0	3,5	-13,2
Int.Rural	4,5	3,9	-12,5
Total	3,7	3,4	-8,9

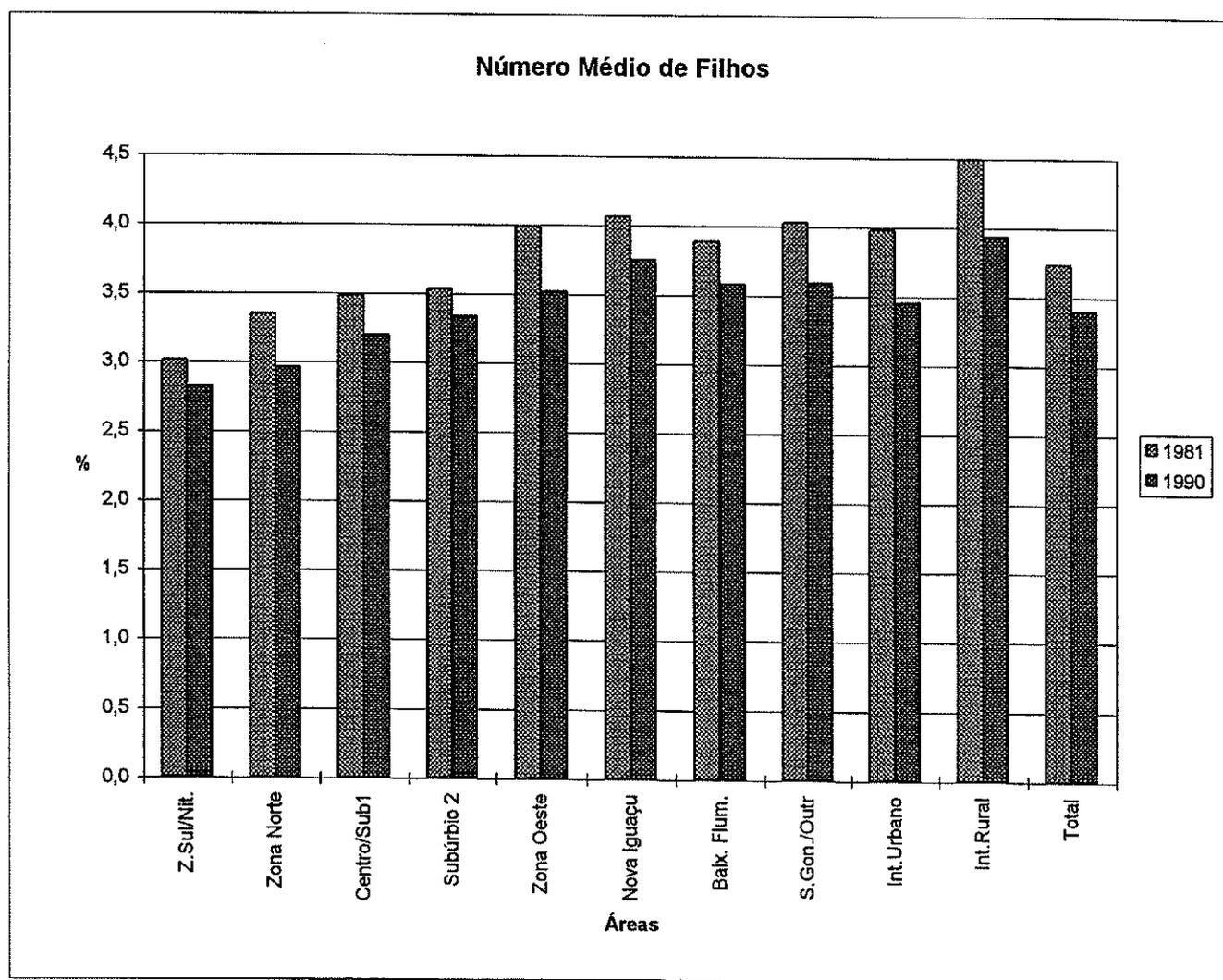


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.2

Número Médio de Filhos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	1,2	1,0	-16,7
Zona Norte	1,4	1,1	-21,4
Centro/Sub1	1,6	1,3	-18,8
Subúrbio 2	1,6	1,4	-12,5
Zona Oeste	2,0	1,6	-20,0
Nova Iguaçu	2,1	1,9	-9,5
Baix. Flum.	2,0	1,7	-15,0
S.Gon./Outr	2,1	1,7	-19,0
Int.Urbano	2,0	1,5	-25,0
Int.Rural	2,5	2,0	-20,0
Total	1,8	1,5	-16,7

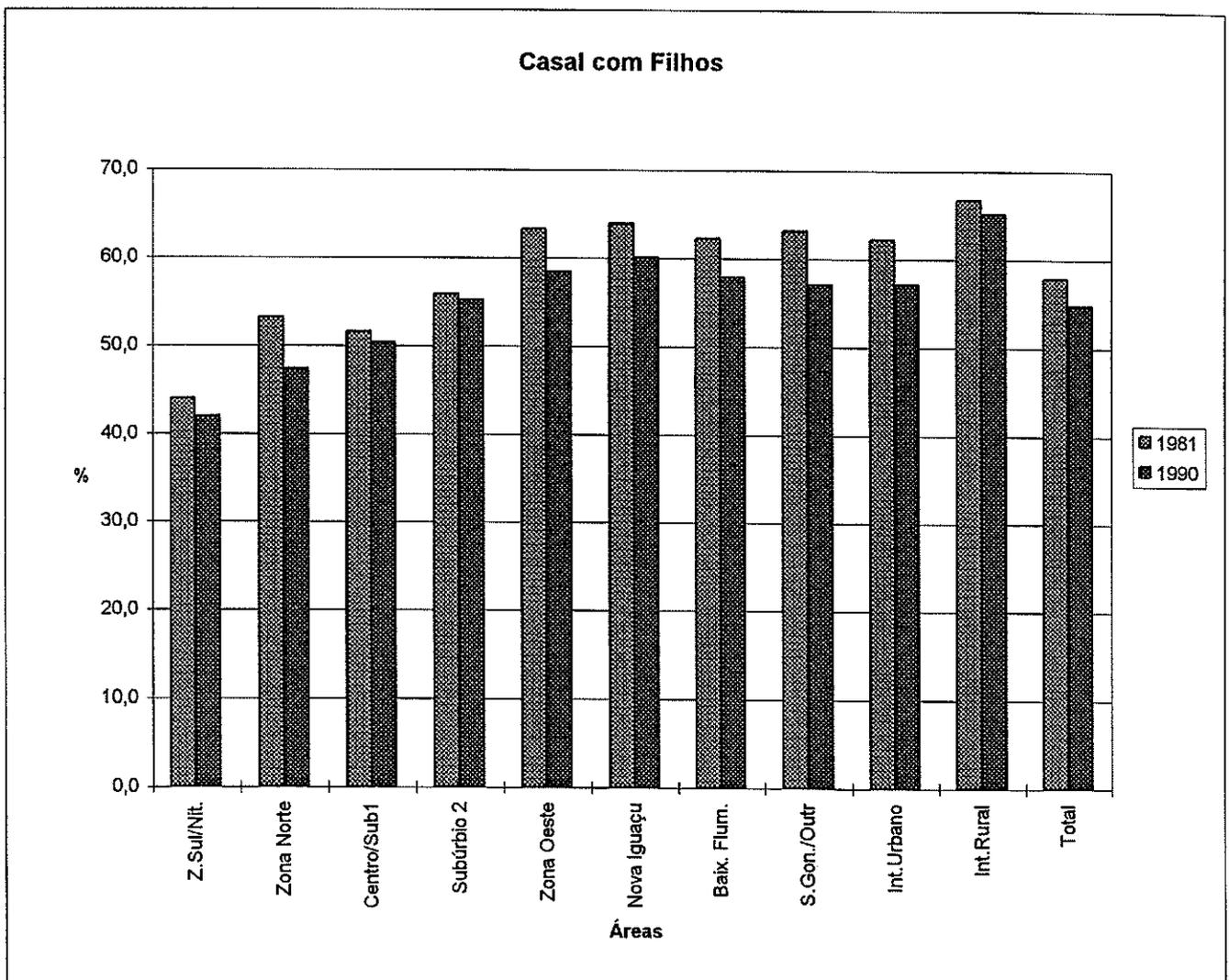


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.3

Casal com Filhos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	44,0	42,0	-4,6
Zona Norte	53,2	47,4	-10,9
Centro/Sub1	51,6	50,3	-2,5
Subúrbio 2	55,9	55,2	-1,2
Zona Oeste	63,3	58,5	-7,6
Nova Iguaçu	63,9	60,1	-5,9
Baix. Flum.	62,3	57,8	-7,1
S.Gon./Outr	63,1	57,0	-9,6
Int.Urbano	62,2	57,1	-8,2
Int.Rural	66,7	65,2	-2,4
Total	57,8	54,8	-5,2

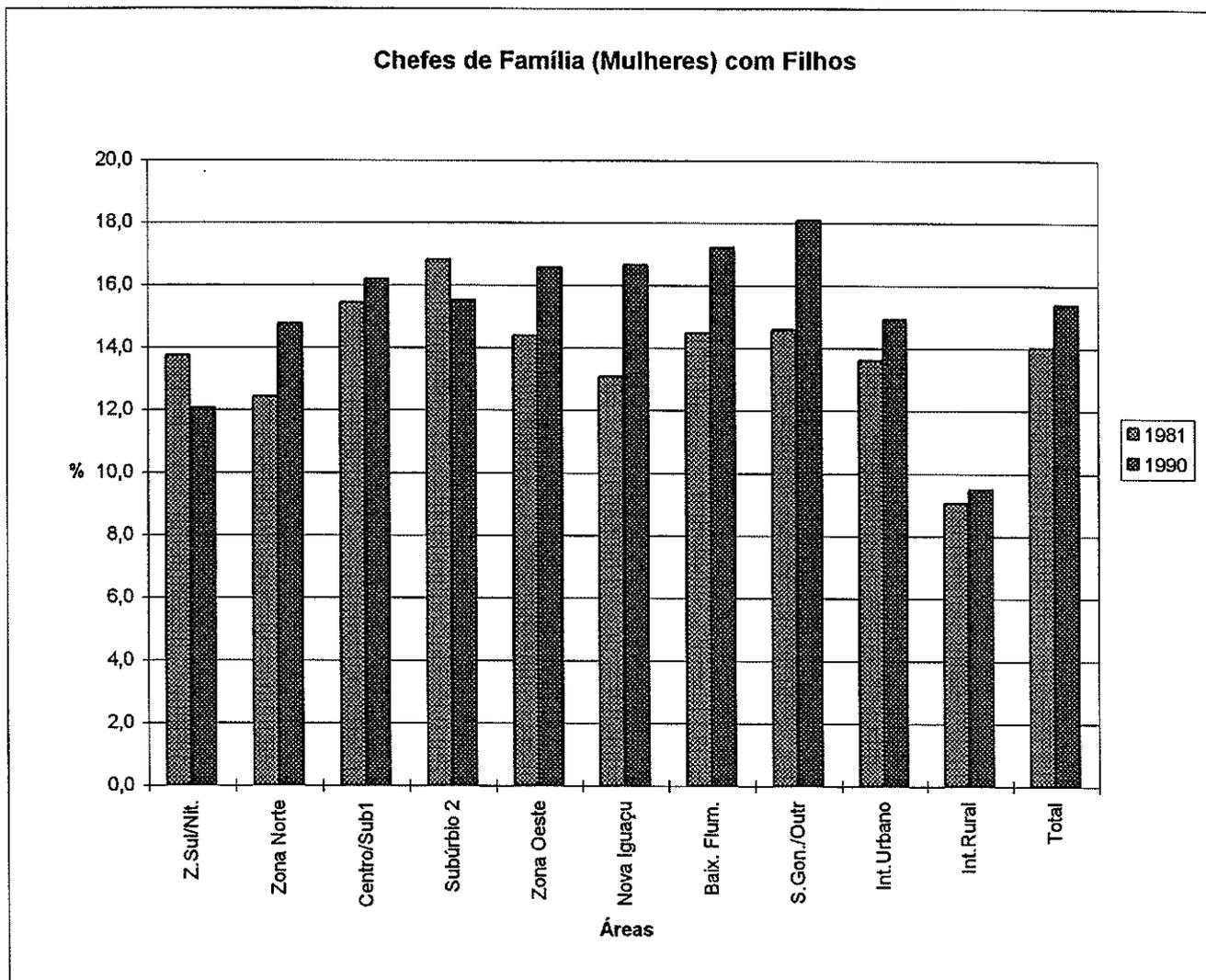


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.4

Chefes de Família (Mulheres) com Filhos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	13,7	12,0	-12,3
Zona Norte	12,4	14,8	18,8
Centro/Sub1	15,4	16,2	4,8
Subúrbio 2	16,8	15,5	-7,7
Zona Oeste	14,4	16,6	15,3
Nova Iguaçu	13,1	16,6	27,2
Baix. Flum.	14,5	17,2	18,9
S.Gon./Outr	14,6	18,1	23,9
Int.Urbano	13,6	14,9	9,7
Int.Rural	9,0	9,5	4,9
Total	14,0	15,4	10,0

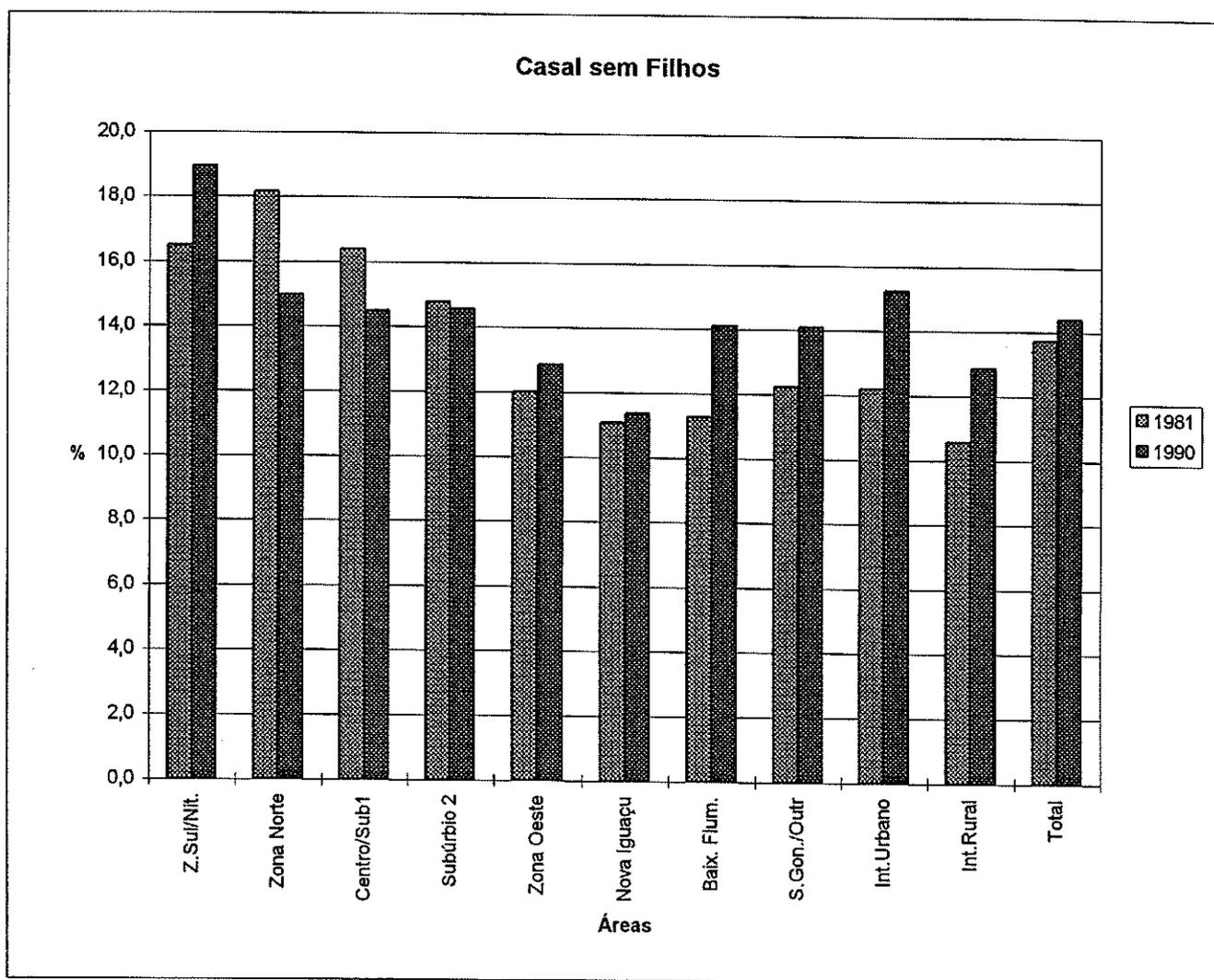


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.5

Casal sem Filhos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	16,5	18,9	14,8
Zona Norte	18,1	15,0	-17,5
Centro/Sub1	16,4	14,5	-11,6
Subúrbio 2	14,8	14,6	-1,4
Zona Oeste	12,0	12,8	7,0
Nova Iguaçu	11,1	11,4	2,6
Baix. Flum.	11,3	14,1	25,1
S.Gon./Outr	12,2	14,1	15,2
Int.Urbano	12,2	15,3	25,0
Int.Rural	10,6	12,9	21,6
Total	13,7	14,4	4,8

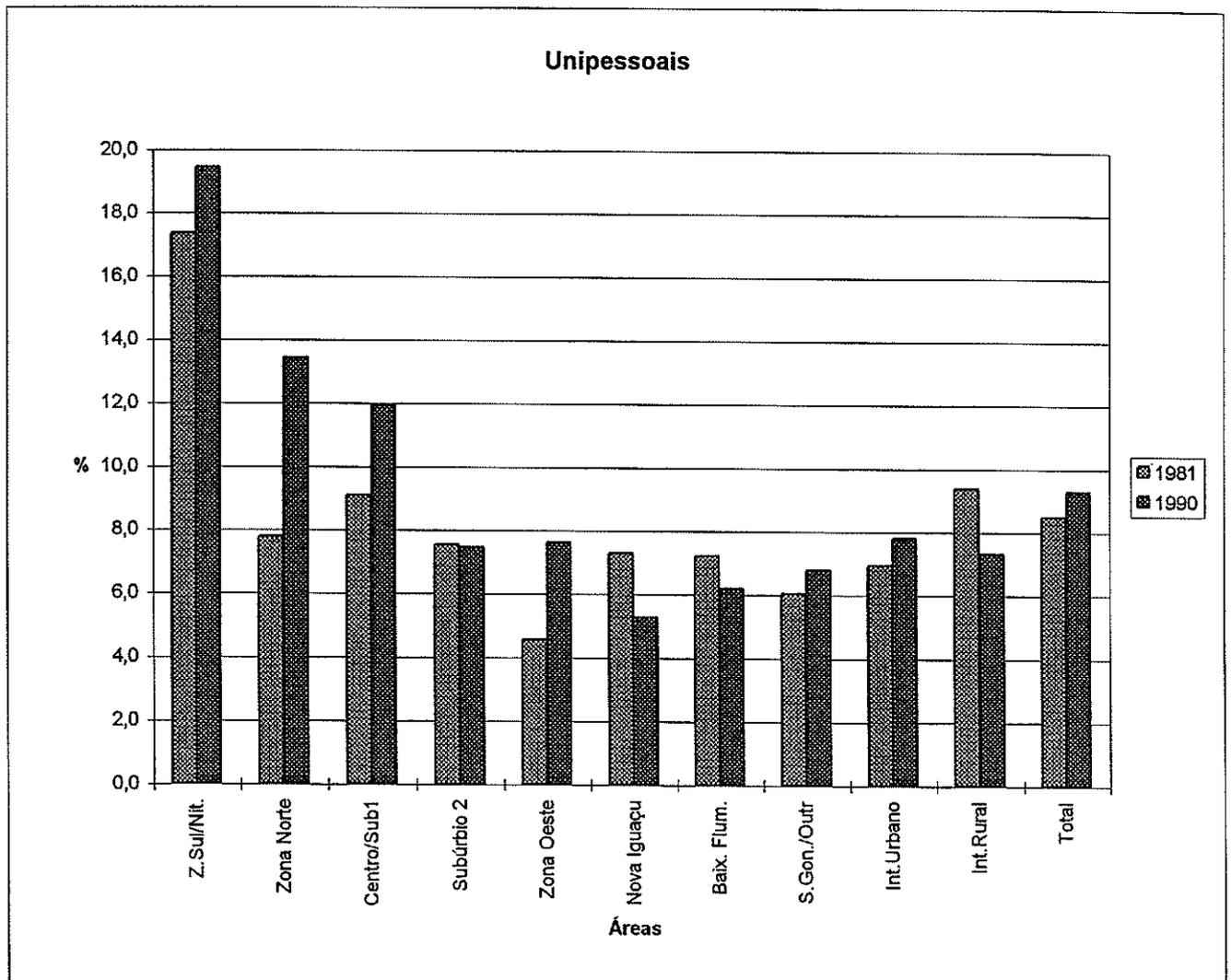


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.6

Unipessoais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	17,4	19,5	12,0
Zona Norte	7,8	13,4	72,7
Centro/Sub1	9,1	11,9	31,0
Subúrbio 2	7,5	7,5	-0,9
Zona Oeste	4,6	7,6	66,9
Nova Iguaçu	7,3	5,3	-27,7
Baix. Flum.	7,2	6,2	-14,1
S.Gon./Outr	6,0	6,8	12,6
Int.Urbano	6,9	7,8	12,3
Int.Rural	9,4	7,3	-22,0
Total	8,5	9,3	9,5

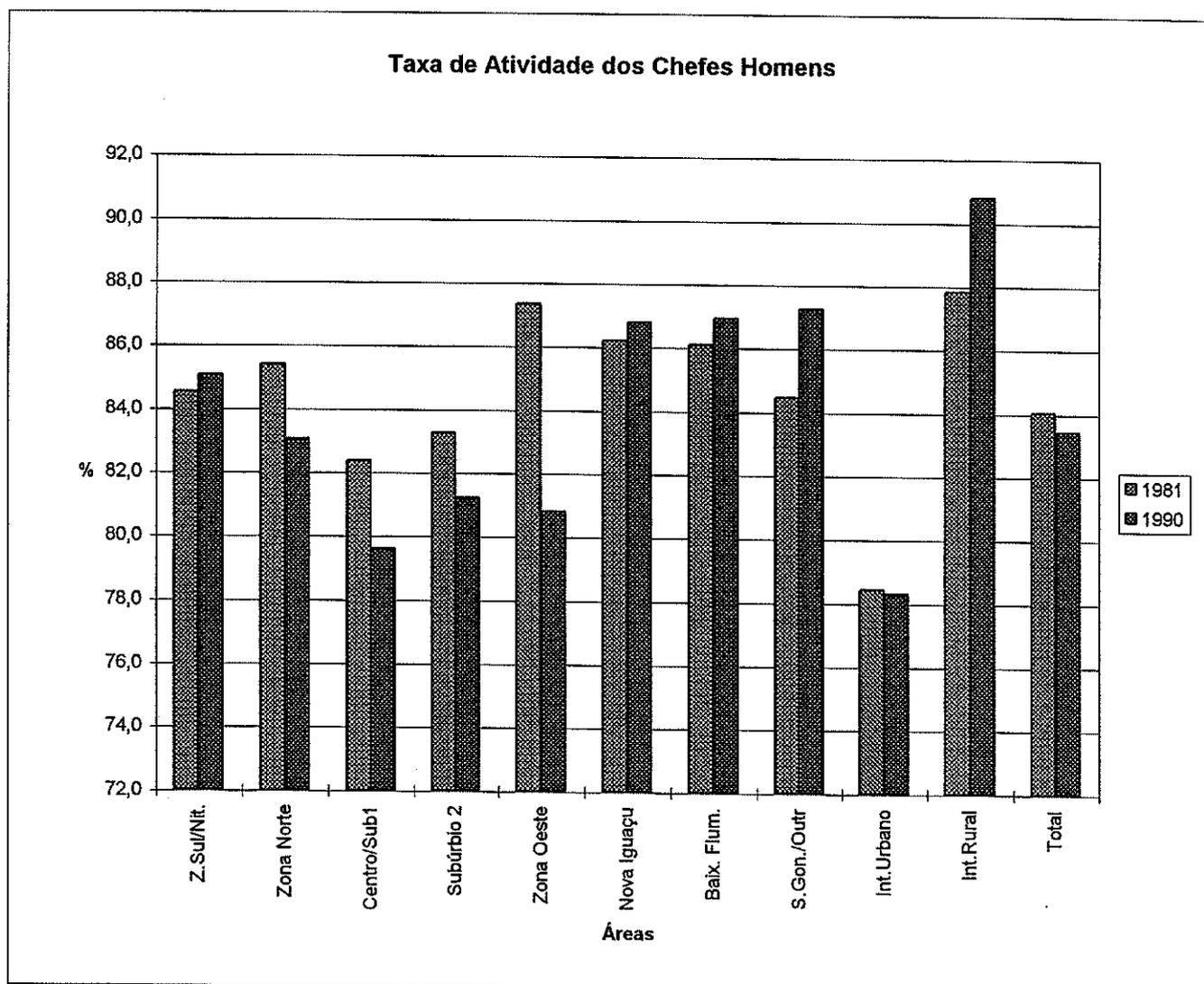


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.7

Taxa de Atividade dos Chefes Homens			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	84,6	85,1	0,6
Zona Norte	85,4	83,1	-2,7
Centro/Sub1	82,4	79,6	-3,4
Subúrbio 2	83,3	81,3	-2,4
Zona Oeste	87,4	80,8	-7,5
Nova Iguaçu	86,2	86,8	0,7
Baix. Flum.	86,1	86,9	1,0
S.Gon./Outr	84,5	87,3	3,3
Int.Urbano	78,4	78,3	-0,1
Int.Rural	87,8	90,8	3,4
Total	84,0	83,5	-0,7

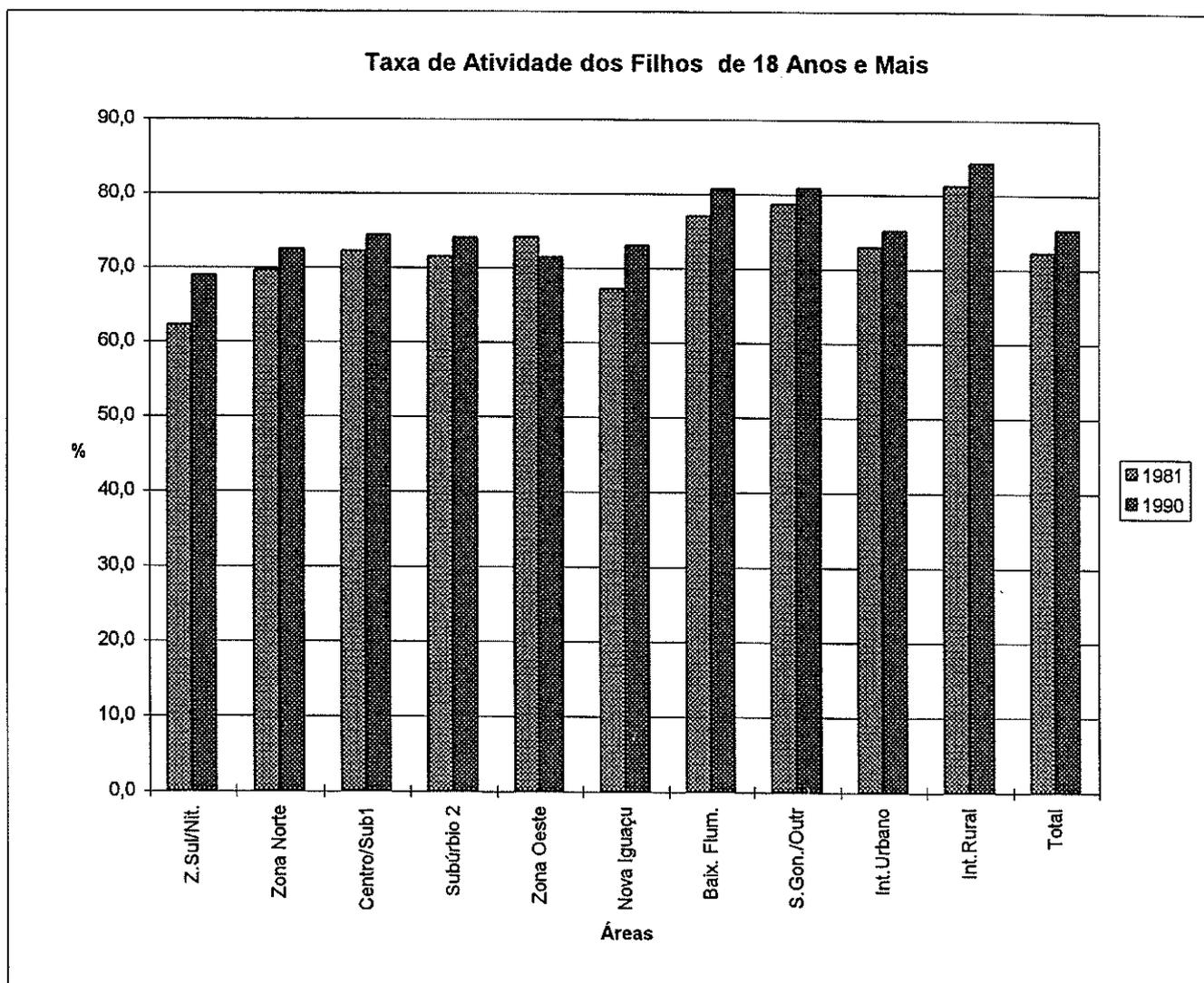


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.8

Taxa de Atividade dos Filhos de 18 Anos e Mais			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	62,2	69,0	10,8
Zona Norte	69,6	72,5	4,1
Centro/Sub1	72,2	74,4	2,9
Subúrbio 2	71,5	74,0	3,5
Zona Oeste	74,2	71,4	-3,7
Nova Iguaçu	67,2	73,0	8,7
Baix. Flum.	77,0	80,7	4,7
S.Gon./Outr	78,7	80,9	2,9
Int.Urbano	72,9	75,2	3,2
Int.Rural	81,2	84,3	3,8
Total	72,3	75,3	4,2

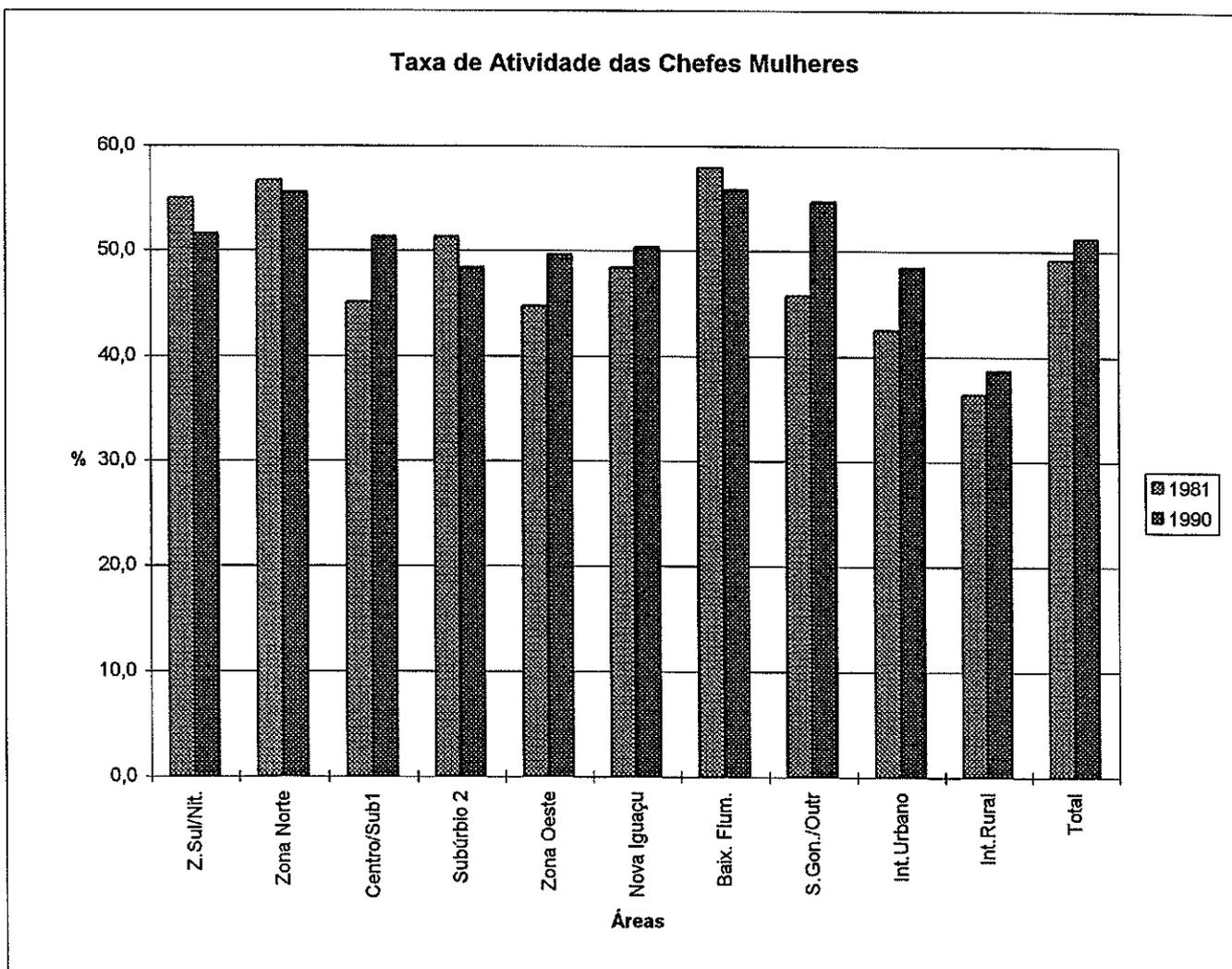


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.9

Taxa de Atividade das Chefes Mulheres			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	55,0	51,6	-6,2
Zona Norte	56,7	55,6	-2,0
Centro/Sub1	45,1	51,3	13,9
Subúrbio 2	51,3	48,4	-5,8
Zona Oeste	44,7	49,6	10,9
Nova Iguaçu	48,4	50,4	4,0
Baix. Flum.	57,9	55,8	-3,6
S.Gon./Outr	45,7	54,7	19,6
Int.Urbano	42,5	48,4	14,1
Int.Rural	36,4	38,6	6,2
Total	49,2	51,2	4,2

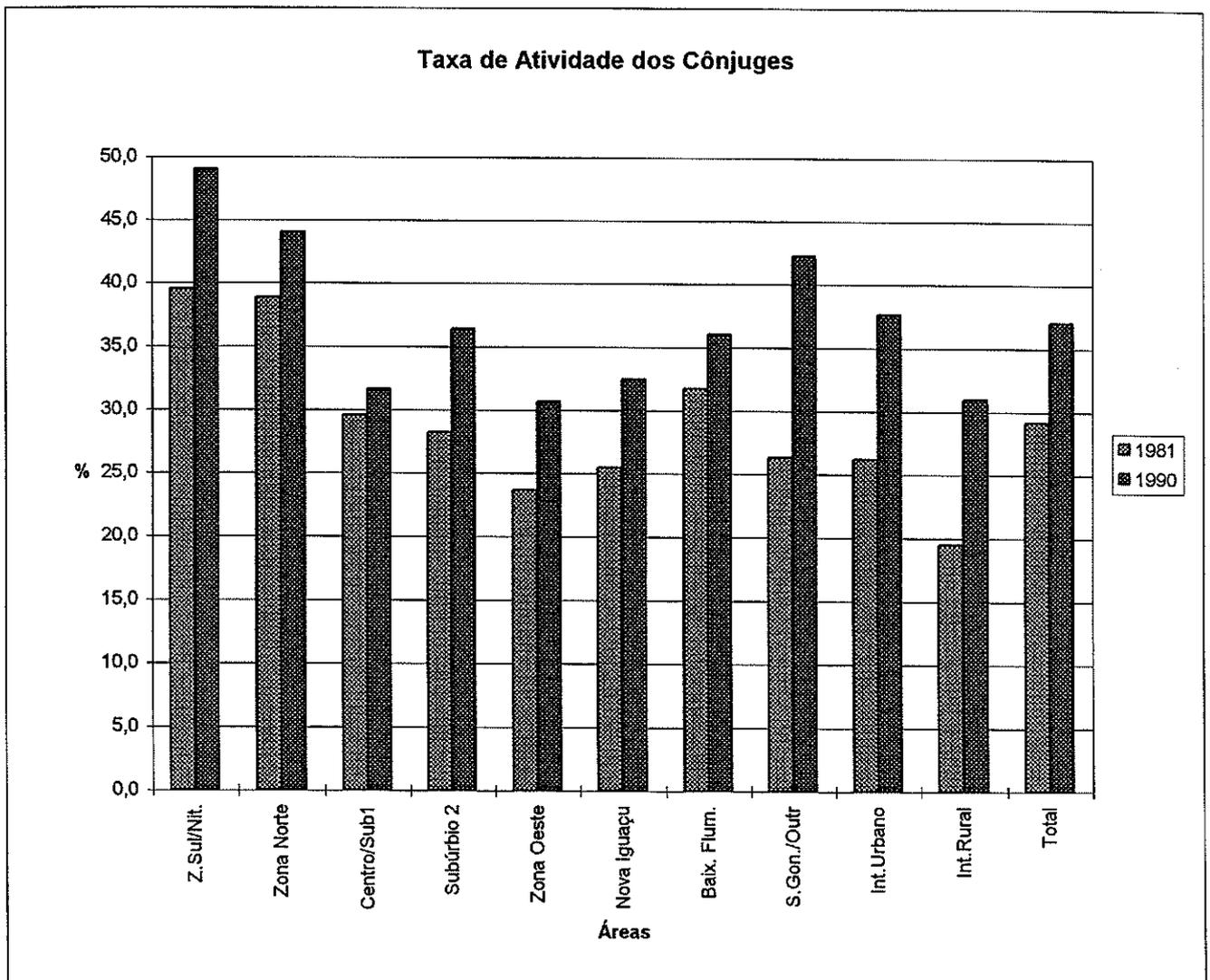


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.10

Taxa de Atividade dos Cônjuges			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	39,5	49,0	24,2
Zona Norte	38,9	44,1	13,3
Centro/Sub1	29,6	31,7	7,1
Subúrbio 2	28,2	36,4	29,0
Zona Oeste	23,7	30,7	29,7
Nova Iguaçu	25,4	32,5	27,7
Baix. Flum.	31,7	36,1	13,6
S.Gon./Outr	26,3	42,2	60,3
Int.Urbano	26,2	37,7	43,8
Int.Rural	19,5	31,0	59,1
Total	29,2	37,0	27,0

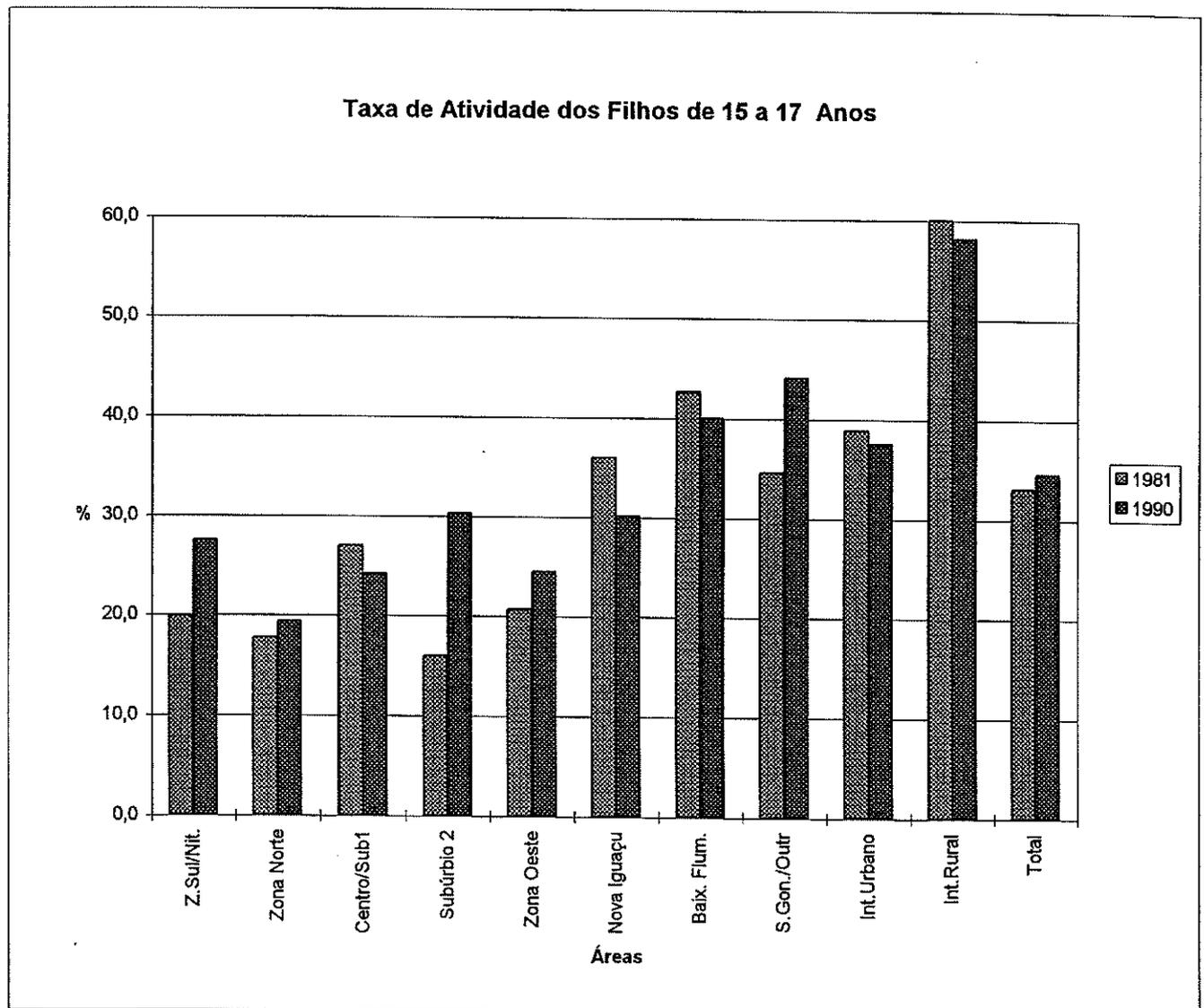


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.11

Taxa de Atividade dos Filhos de 15 a 17 Anos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	19,9	27,5	38,5
Zona Norte	17,7	19,4	9,4
Centro/Sub1	27,0	24,2	-10,4
Subúrbio 2	16,0	30,3	89,4
Zona Oeste	20,7	24,4	18,1
Nova Iguaçu	36,0	30,2	-16,2
Baix. Flum.	42,6	40,0	-6,1
S.Gon./Outr	34,6	44,1	27,4
Int.Urbano	38,9	37,6	-3,4
Int.Rural	60,0	58,1	-3,1
Total	33,1	34,6	4,6

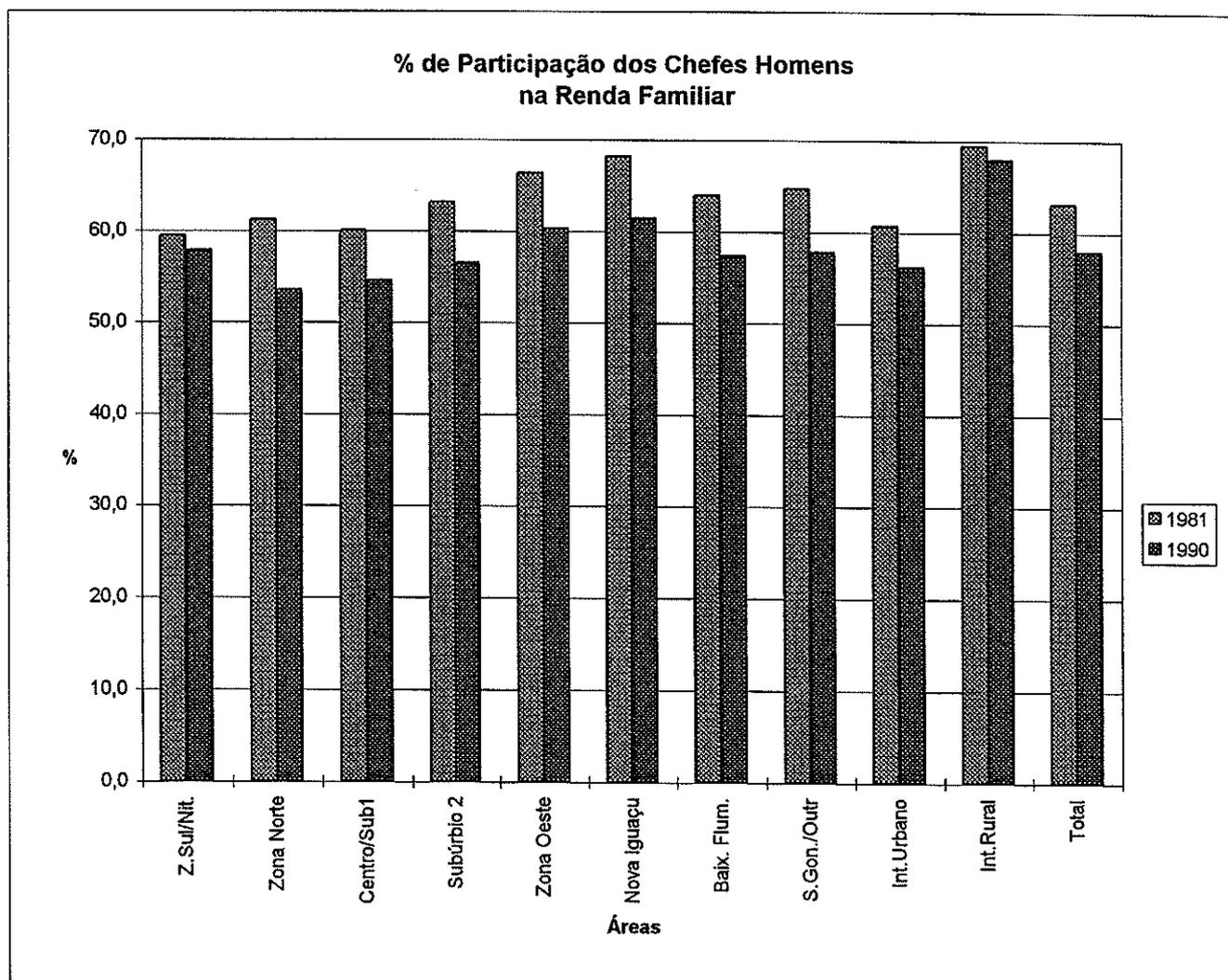


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.12

% de Participação dos Chefes Homens na Renda Familiar			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	59,5	57,9	-2,7
Zona Norte	61,2	53,5	-12,7
Centro/Sub1	60,1	54,6	-9,2
Subúrbio 2	63,2	56,5	-10,6
Zona Oeste	66,3	60,3	-9,1
Nova Iguaçu	68,3	61,5	-9,9
Baix. Flum.	64,0	57,4	-10,4
S.Gon./Outr	64,8	57,8	-10,7
Int.Urbano	60,7	56,1	-7,5
Int.Rural	69,5	68,0	-2,1
Total	63,1	57,9	-8,2

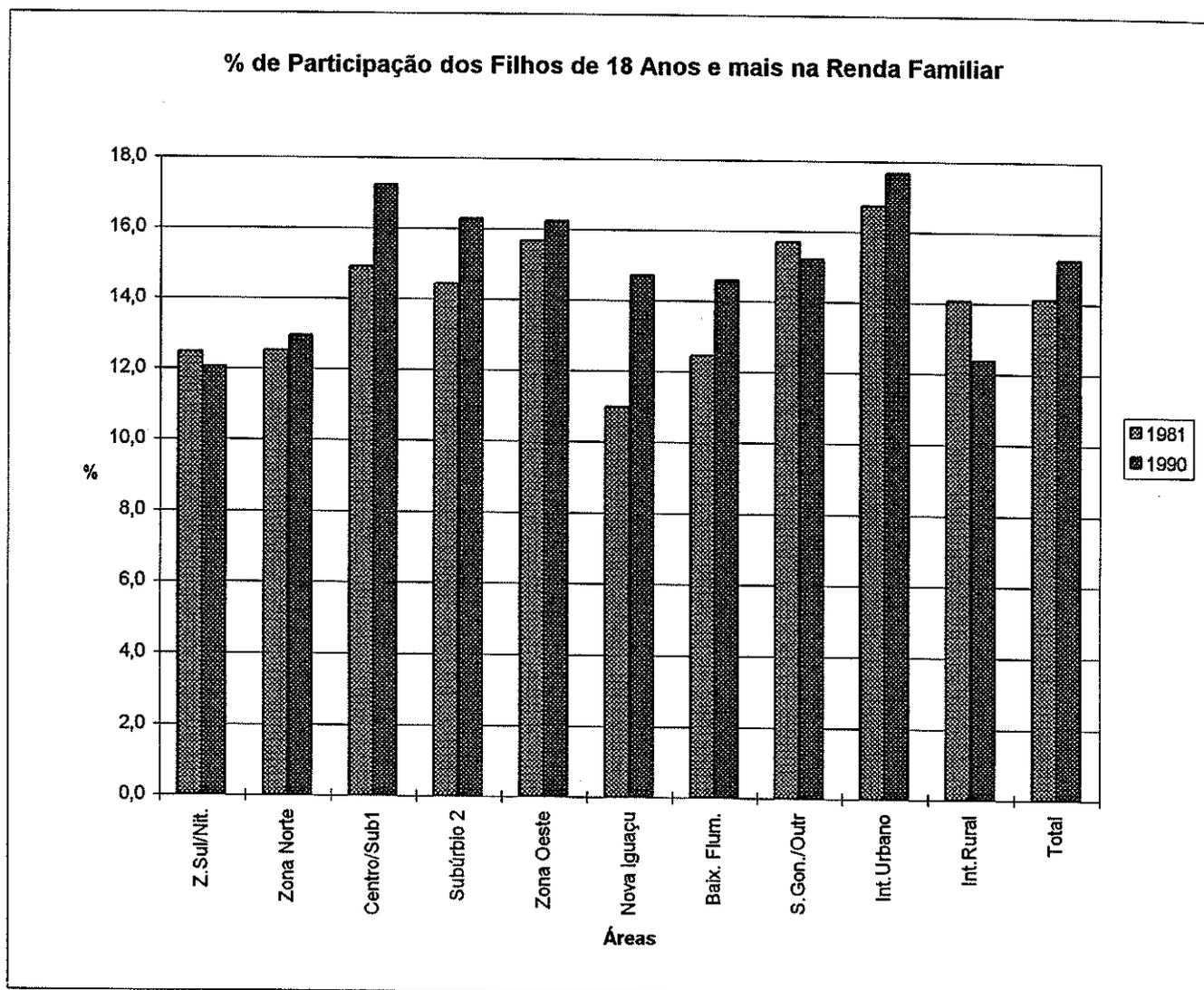


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.13

% de Participação dos Filhos de 18 Anos e mais na Renda Familiar			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	12,5	12,1	-3,3
Zona Norte	12,5	12,9	3,4
Centro/Sub1	14,9	17,2	15,6
Subúrbio 2	14,4	16,3	12,8
Zona Oeste	15,7	16,2	3,7
Nova Iguaçu	11,0	14,7	33,9
Baix. Flum.	12,4	14,6	17,3
S.Gon./Outr	15,7	15,2	-3,1
Int.Urbano	16,7	17,7	5,5
Int.Rural	14,1	12,4	-12,0
Total	14,1	15,2	8,0

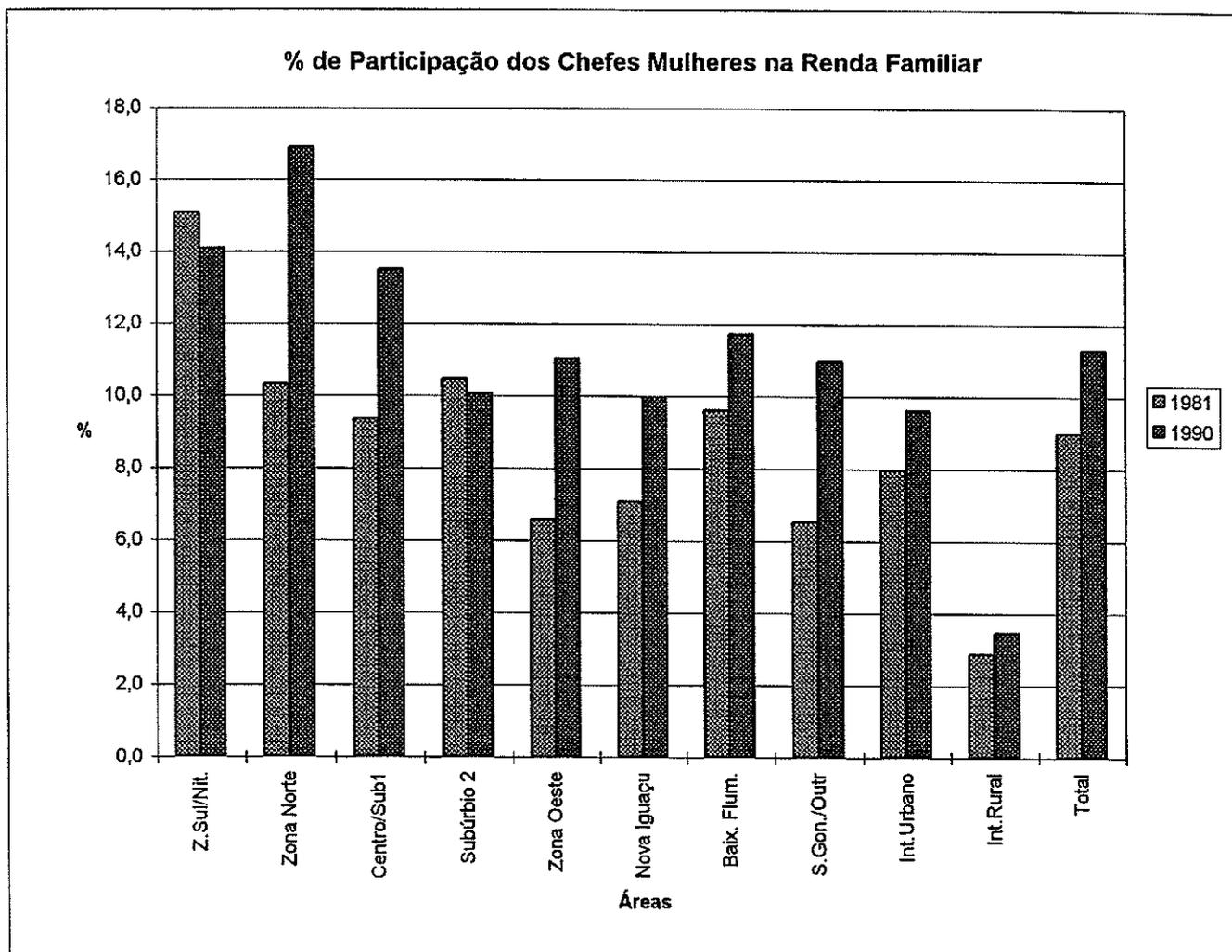


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.14

% de Participação dos Chefes Mulheres na Renda Familiar			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	15,1	14,1	-6,7
Zona Norte	10,3	16,9	63,7
Centro/Sub1	9,4	13,5	44,3
Subúrbio 2	10,5	10,1	-3,9
Zona Oeste	6,6	11,0	67,7
Nova Iguaçu	7,1	10,0	41,0
Baix. Flum.	9,6	11,7	21,8
S.Gon./Outr	6,5	11,0	68,2
Int.Urbano	8,0	9,6	20,9
Int.Rural	2,9	3,5	20,7
Total	9,0	11,3	26,0

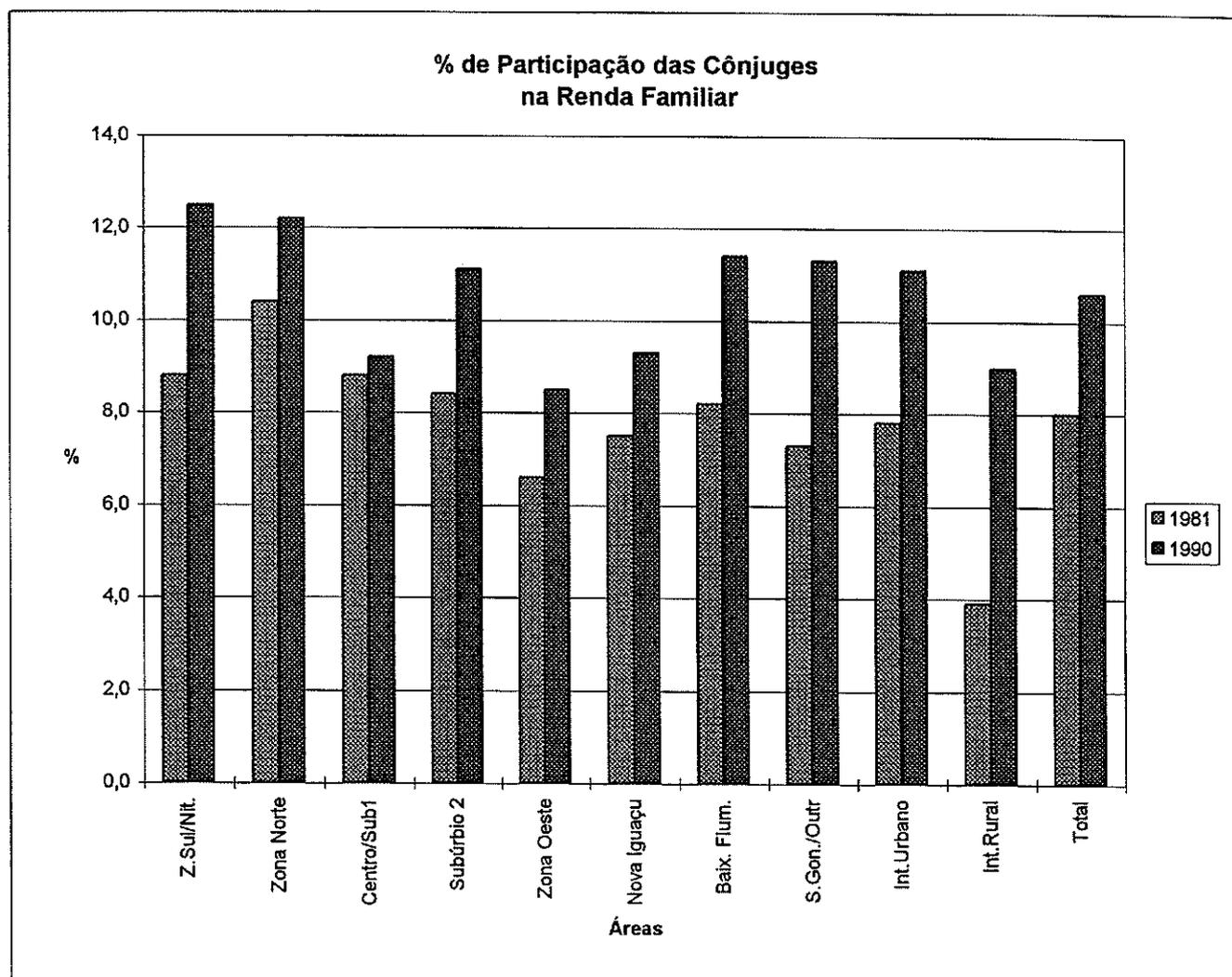


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 5.15

% de Participação das Cônjuges na Renda Familiar			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	8,8	12,5	42,3
Zona Norte	10,4	12,2	17,5
Centro/Sub1	8,8	9,2	4,3
Subúrbio 2	8,4	11,1	33,2
Zona Oeste	6,6	8,5	29,5
Nova Iguaçu	7,5	9,3	23,6
Baix. Flum.	8,2	11,4	38,6
S.Gon./Outr	7,3	11,3	53,9
Int.Urbano	7,8	11,1	41,7
Int.Rural	3,9	9,0	131,9
Total	8,0	10,6	32,5

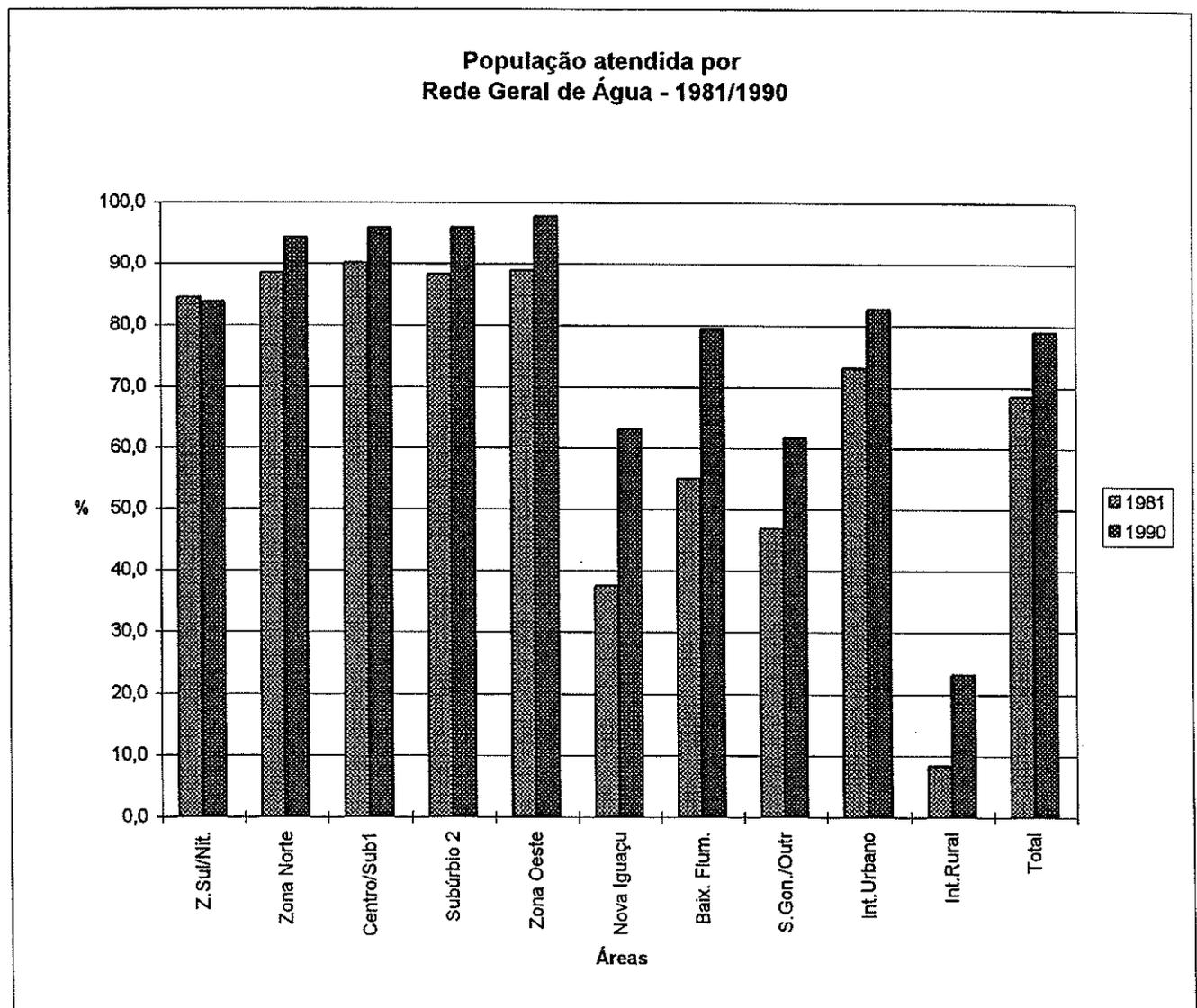


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.1

População Atendida por Rede Geral de Água			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	84,4	83,8	-0,8
Zona Norte	88,5	94,2	6,5
Centro/Sub1	90,1	95,9	6,4
Subúrbio 2	88,3	96,0	8,7
Zona Oeste	88,9	97,7	9,9
Nova Iguaçu	37,6	63,0	67,6
Baix. Flum.	55,0	79,5	44,6
S.Gon./Outr	46,8	61,7	31,8
Int.Urbano	73,1	82,7	13,2
Int.Rural	8,3	23,2	180,9
Total	68,5	79,0	15,3

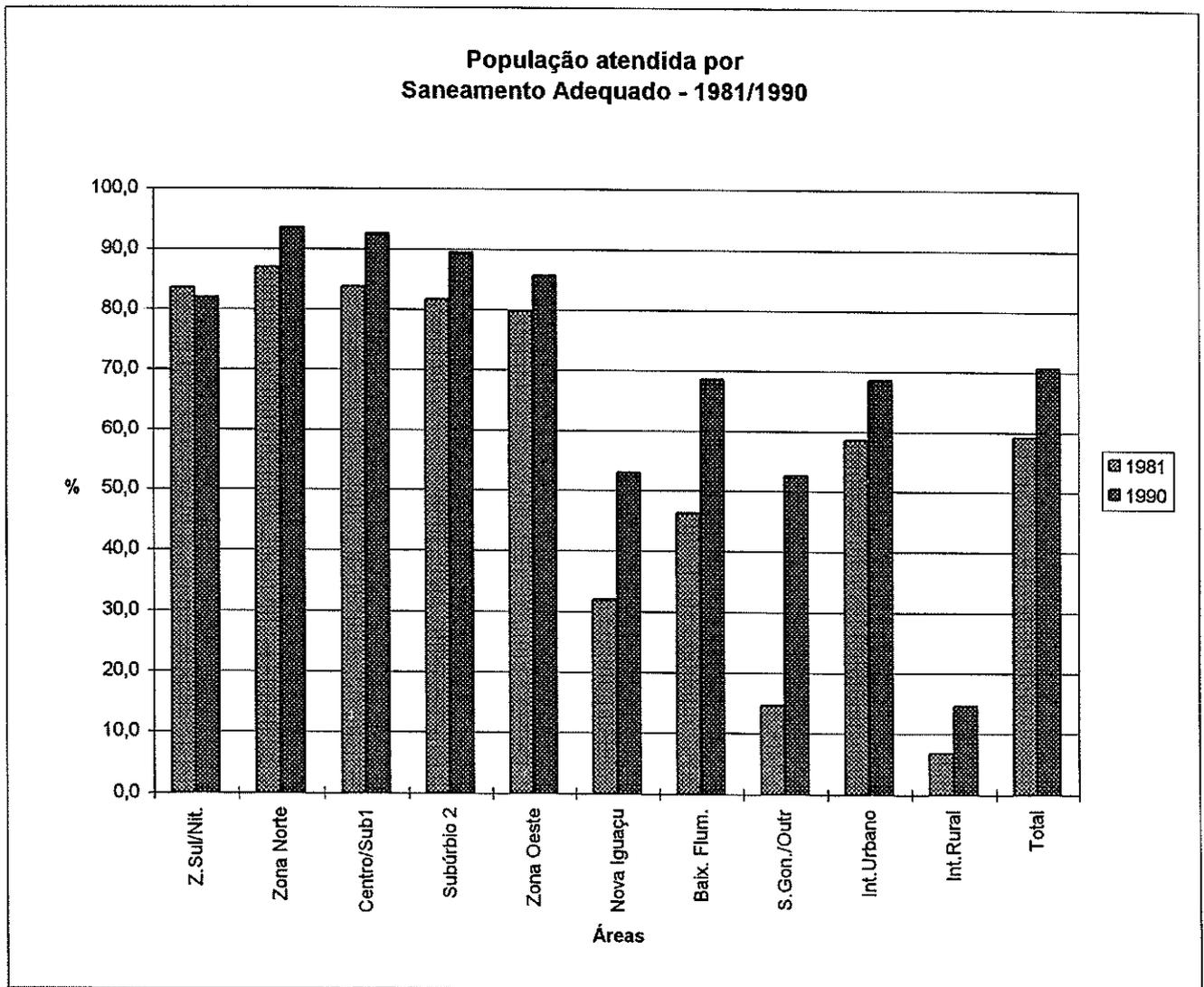


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.2

População Atendida por Saneamento Adequado			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	83,6	81,9	-2,0
Zona Norte	86,9	93,4	7,5
Centro/Sub1	83,7	92,5	10,4
Subúrbio 2	81,6	89,4	9,5
Zona Oeste	79,7	85,7	7,5
Nova Iguaçu	32,1	53,0	65,3
Baix. Flum.	46,3	68,5	48,1
S.Gon./Outr	14,6	52,6	259,3
Int.Urbano	58,5	68,5	17,2
Int.Rural	6,8	14,6	114,9
Total	59,1	70,6	19,5



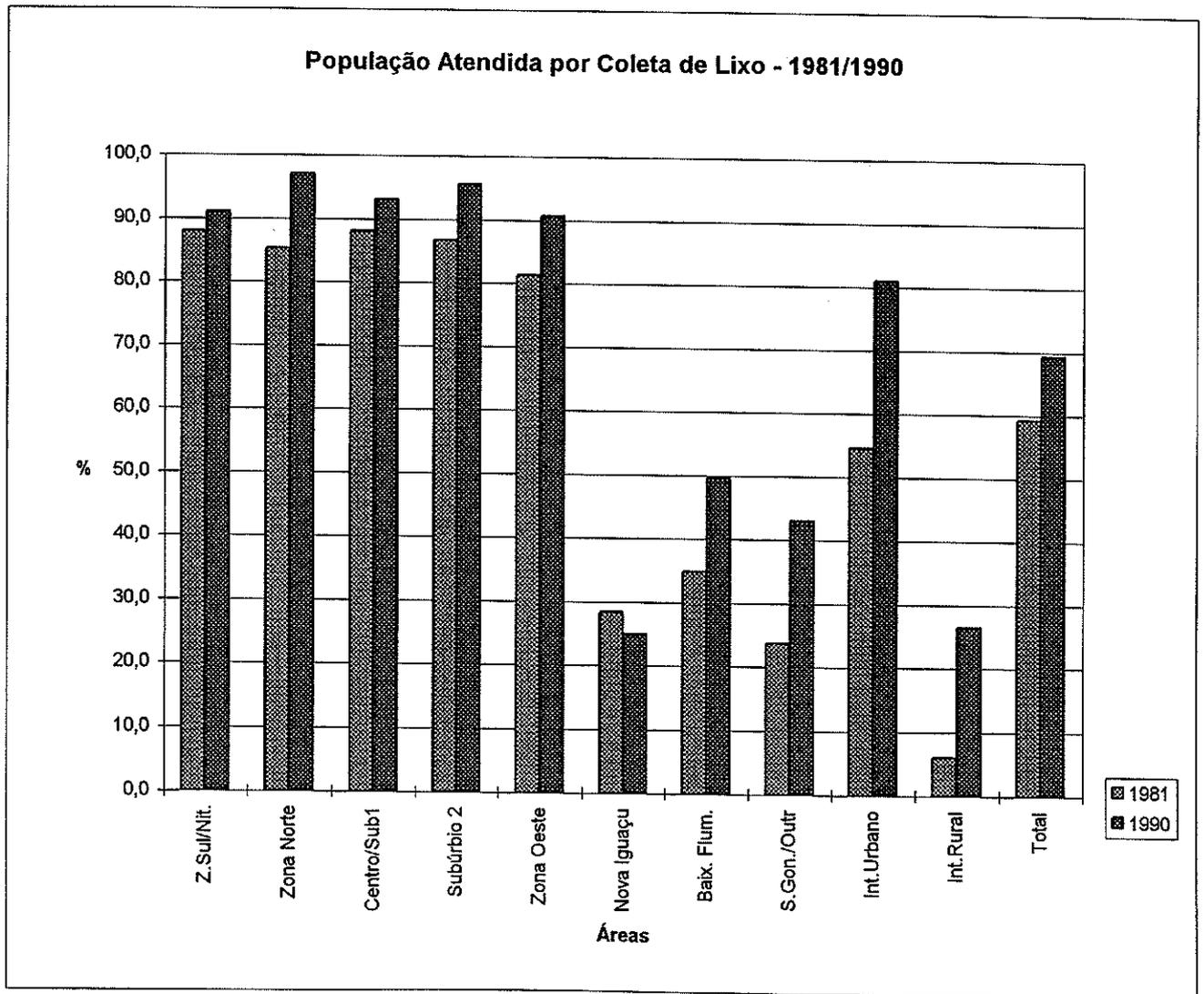
Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.3

2009, 20

População Atendida por Coleta de Lixo			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	87,9	91,1	3,7
Zona Norte	85,2	97,1	13,9
Centro/Sub1	88,1	93,1	5,6
Subúrbio 2	86,7	95,6	10,2
Zona Oeste	81,3	90,7	11,6
Nova Iguaçu	28,4	25,0	-11,9
Baix. Flum.	34,8	49,6	42,4
S.Gon./Outr	23,7	42,9	81,1
Int.Urbano	54,5	81,0	48,5
Int.Rural	6,0	26,4	342,8
Total	59,2	69,3	17,1



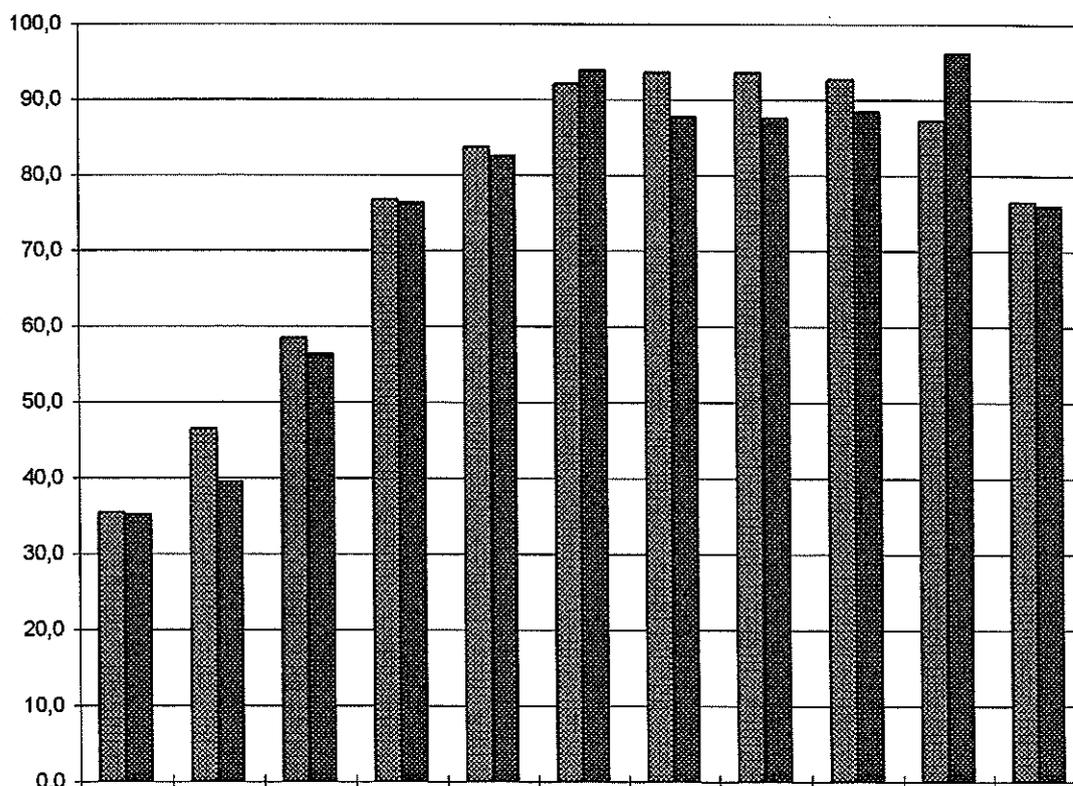
Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.4

População por Tipo de Domicílio - Casa			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	35,4	35,1	-0,8
Zona Norte	46,4	39,5	-15,0
Centro/Sub1	58,4	56,3	-3,5
Subúrbio 2	76,7	76,3	-0,6
Zona Oeste	83,8	82,6	-1,5
Nova Iguaçu	92,0	93,9	2,0
Baix. Flum.	93,6	87,7	-6,2
S.Gon./Outr	93,5	87,5	-6,4
Int.Urbano	92,6	88,4	-4,5
Int.Rural	87,2	96,1	10,3
Total	76,5	76,0	-0,7

População Residente em Domicílio Tipo Casa - 1981/1990



1981

1990

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

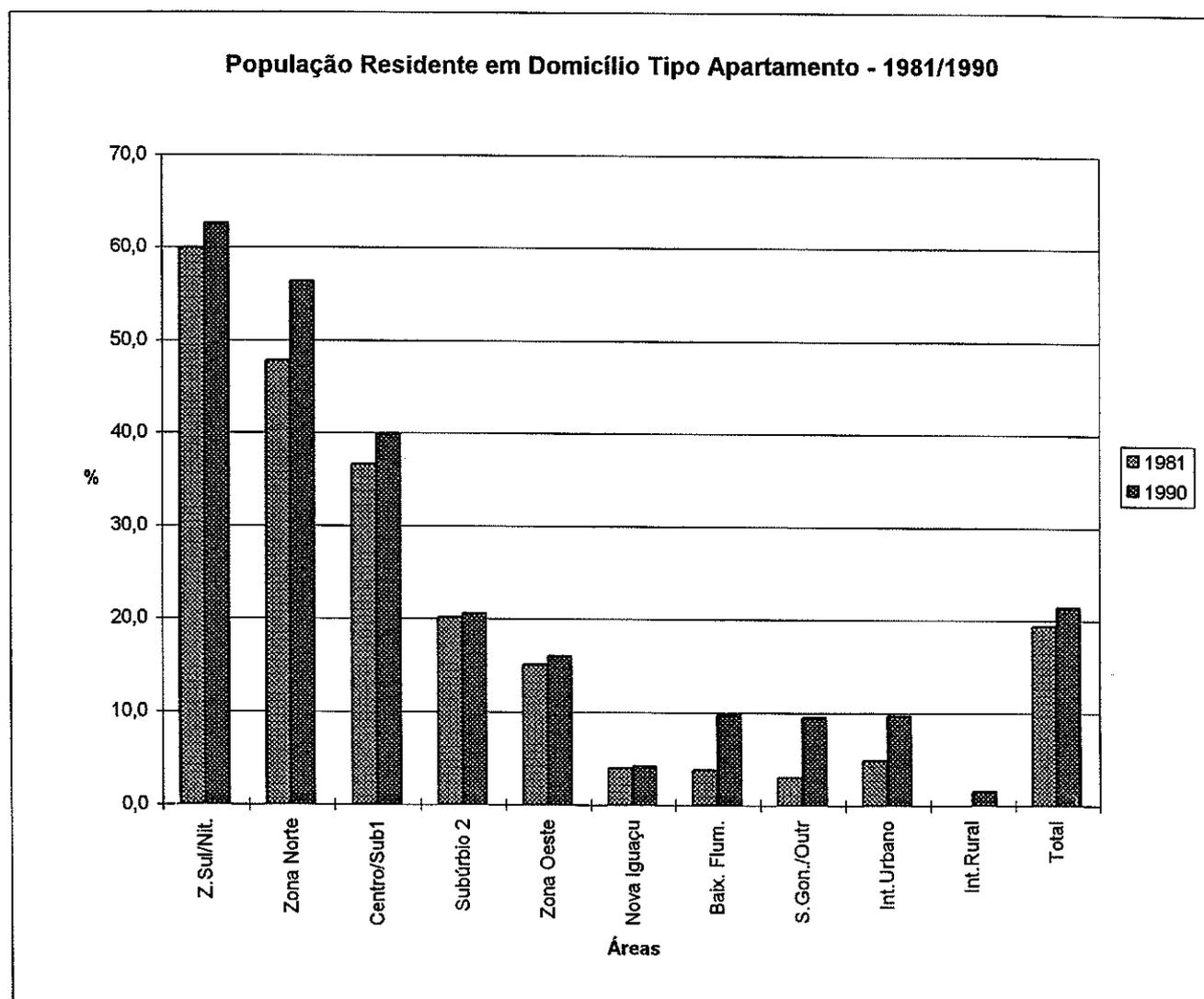
Fonte: PNAD

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.5

População por Tipo de Domicílio - Apartamento			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z. Sul/Nit.	60,0	62,6	4,3
Zona Norte	47,8	56,3	17,8
Centro/Sub1	36,6	40,0	9,2
Subúrbio 2	20,1	20,6	2,1
Zona Oeste	15,1	15,9	5,5
Nova Iguaçu	4,0	4,2	5,4
Baix. Flum.	3,8	9,7	158,6
S. Gon./Outr	3,0	9,5	219,5
Int. Urbano	4,8	9,6	100,3
Int. Rural	0,0	1,5	#####
Total	19,4	21,4	10,4

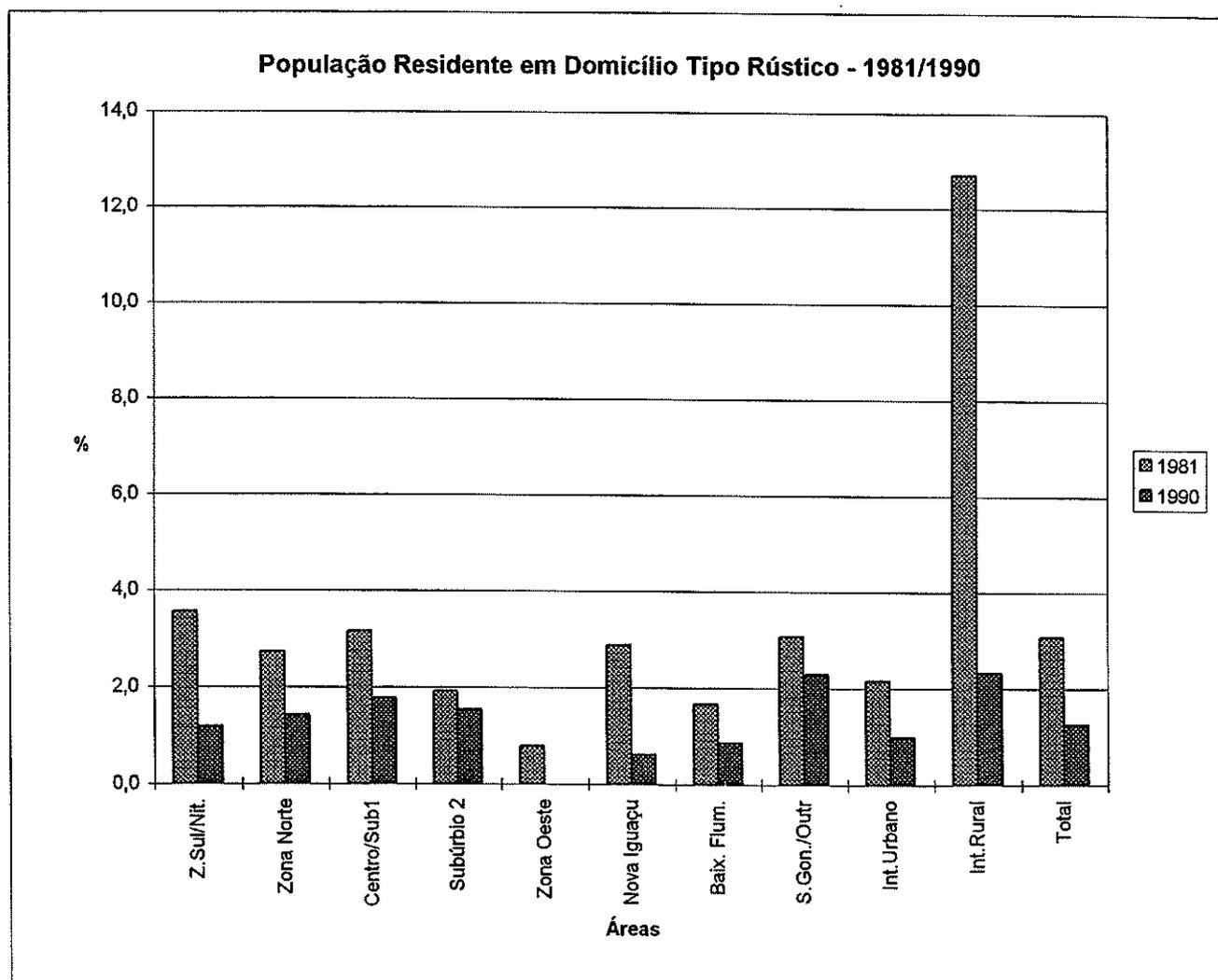


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.6

População por Tipo de Domicílio - Rústico			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	3,6	1,2	-66,8
Zona Norte	2,7	1,4	-47,7
Centro/Sub1	3,2	1,8	-43,8
Subúrbio 2	1,9	1,5	-19,6
Zona Oeste	0,8	0,0	-100,0
Nova Iguaçu	2,9	0,6	-78,9
Baix. Flum.	1,7	0,9	-48,0
S.Gon./Outr	3,1	2,3	-25,6
Int.Urbano	2,1	1,0	-53,9
Int.Rural	12,7	2,3	-81,8
Total	3,1	1,2	-59,2

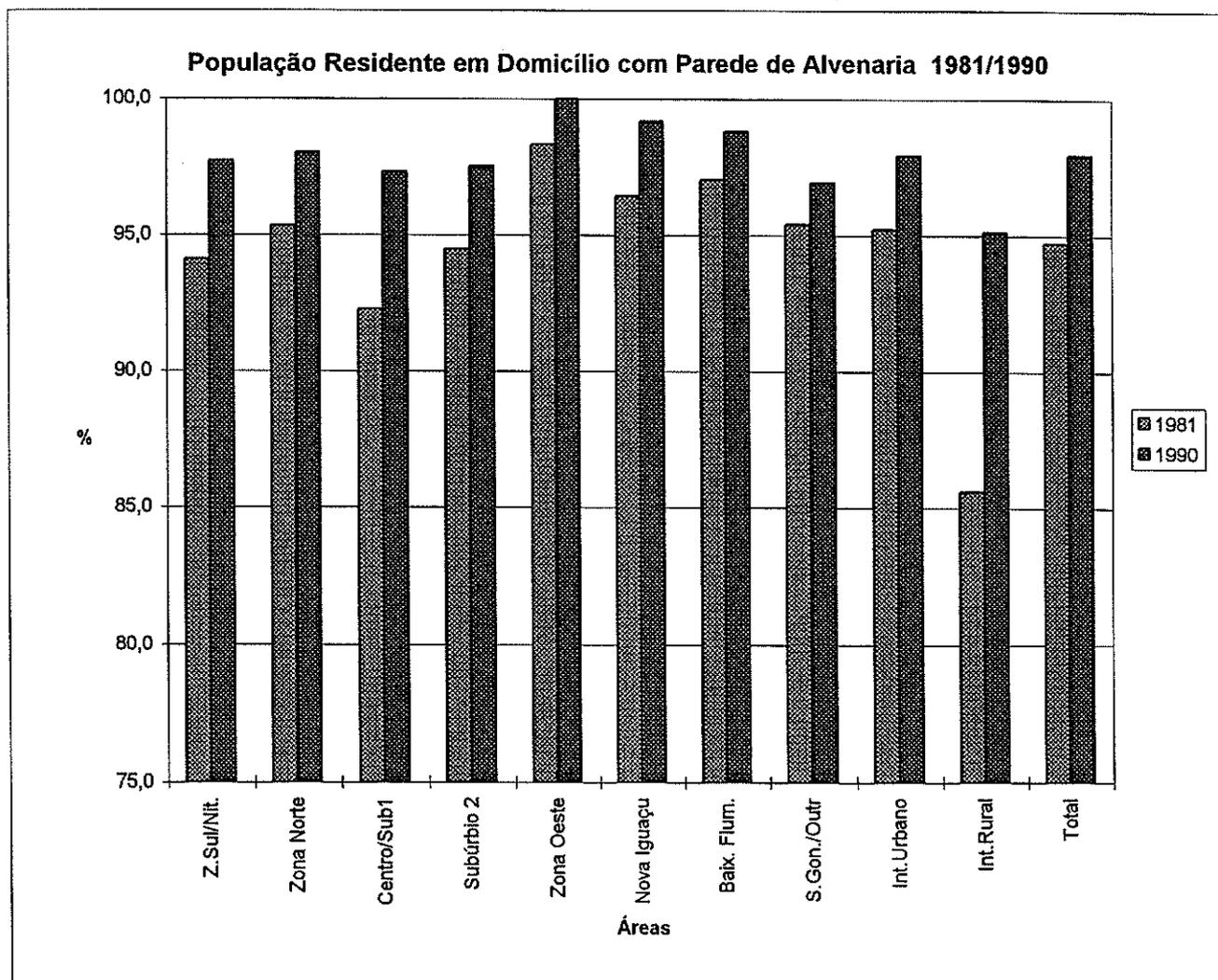


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.7

População em Domicílio com Parede de Alvenaria			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	94,1	97,7	3,8
Zona Norte	95,3	98,0	2,8
Centro/Sub1	92,3	97,3	5,5
Subúrbio 2	94,5	97,5	3,2
Zona Oeste	98,3	100,0	1,7
Nova Iguaçu	96,4	99,2	2,9
Baix. Flum.	97,0	98,8	1,8
S.Gon./Outr	95,4	96,9	1,6
Int.Urbano	95,2	97,9	2,8
Int.Rural	85,6	95,1	11,2
Total	94,7	97,9	3,4

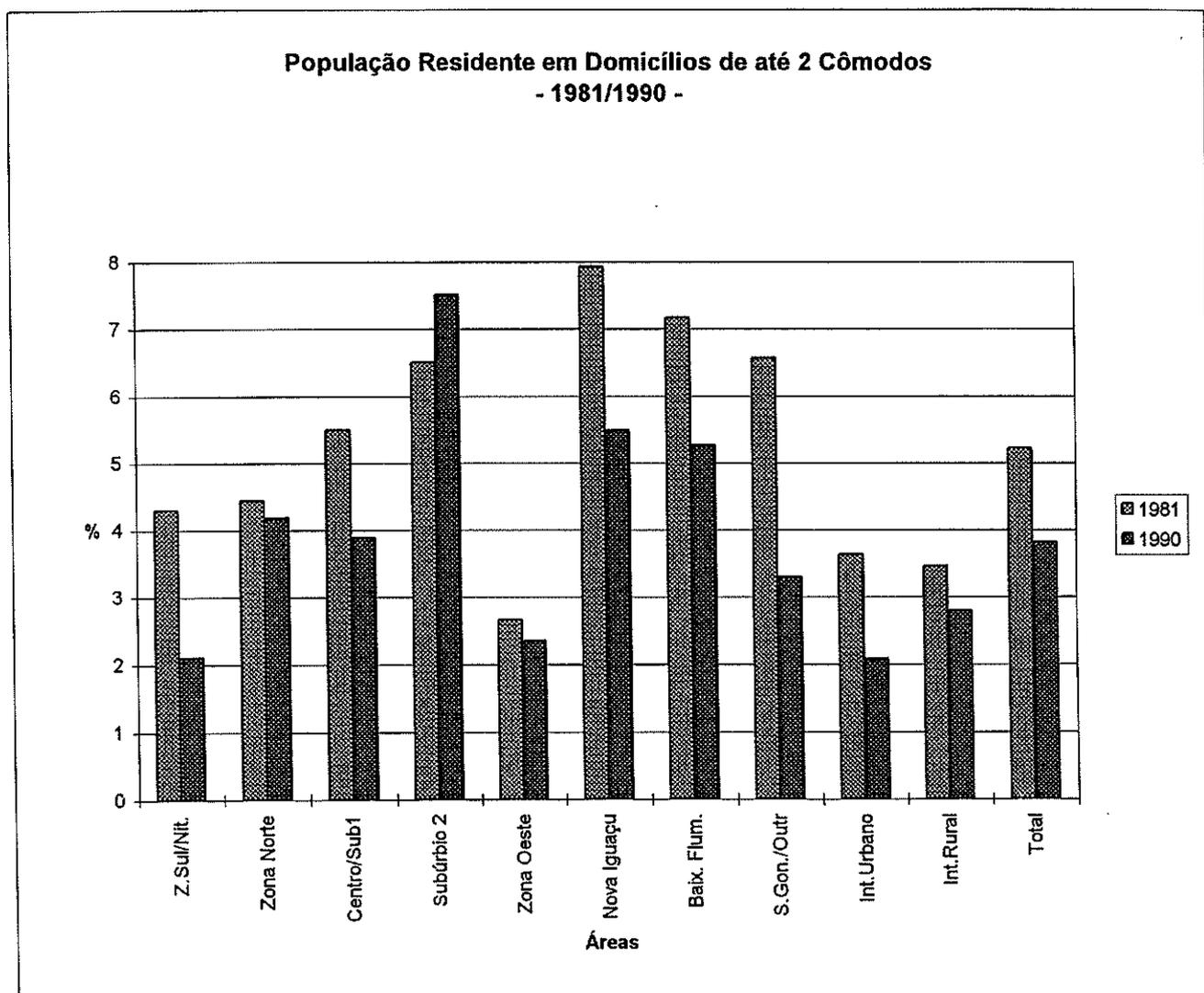


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.8

População em Domicílio de até 02 Cômodos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	4,3	2,1	-51,2
Zona Norte	4,4	4,2	-5,7
Centro/Sub1	5,5	3,9	-29,3
Subúrbio 2	6,5	7,5	15,4
Zona Oeste	2,7	2,3	-11,9
Nova Iguaçu	7,9	5,5	-30,7
Baix. Flum.	7,2	5,3	-26,5
S.Gon./Outr	6,6	3,3	-49,7
Int.Urbano	3,6	2,1	-42,9
Int.Rural	3,5	2,8	-19,3
Total	5,2	3,8	-26,9

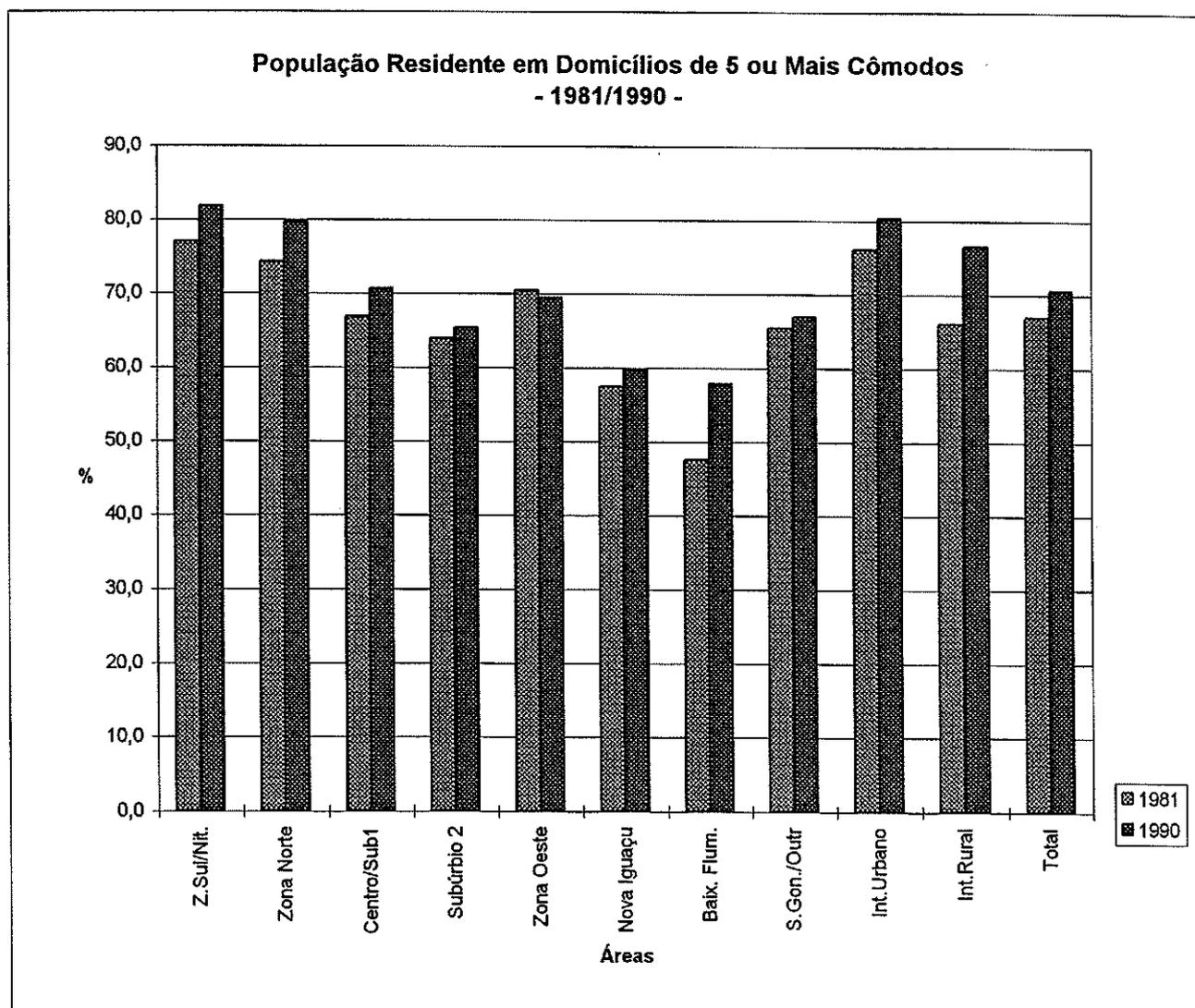


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.9

População em Domicílio de 05 ou Mais Cômodos			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	77,0	81,8	6,3
Zona Norte	74,3	79,7	7,3
Centro/Sub1	66,9	70,6	5,6
Subúrbio 2	64,0	65,4	2,2
Zona Oeste	70,4	69,5	-1,3
Nova Iguaçu	57,4	59,8	4,1
Baix. Flum.	47,6	57,9	21,6
S.Gon./Outr	65,5	67,0	2,3
Int.Urbano	76,2	80,4	5,5
Int.Rural	66,1	76,6	15,8
Total	67,0	70,6	5,4

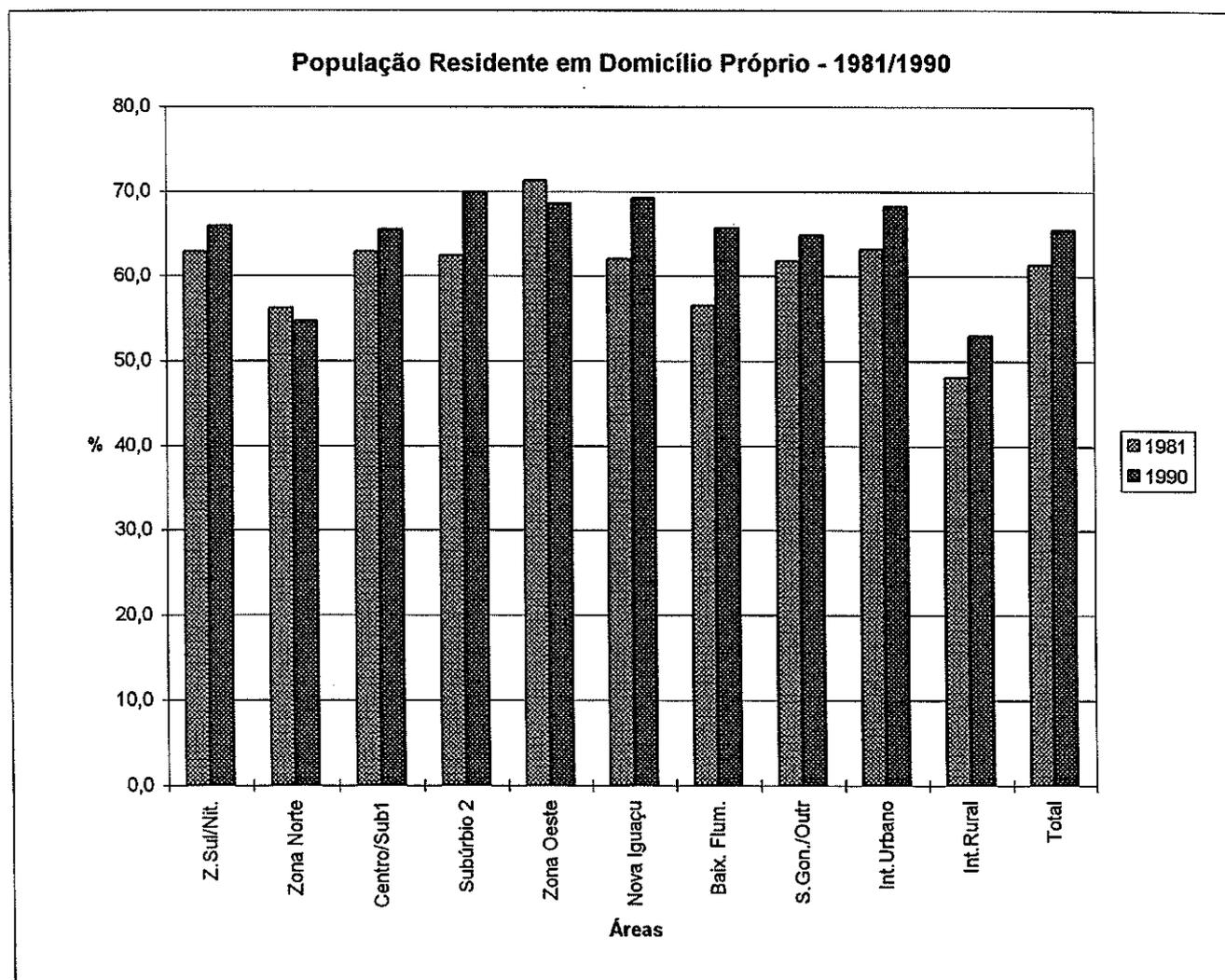


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.10

Condição de Ocupação: Imóvel Próprio			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	62,9	65,9	4,7
Zona Norte	56,1	54,6	-2,6
Centro/Sub1	62,8	65,5	4,2
Subúrbio 2	62,3	70,0	12,2
Zona Oeste	71,3	68,6	-3,8
Nova Iguaçu	61,9	69,2	11,8
Baix. Flum.	56,5	65,7	16,3
S.Gon./Outr	61,7	64,9	5,1
Int.Urbano	63,1	68,2	8,1
Int.Rural	48,0	53,0	10,2
Total	61,4	65,4	6,7

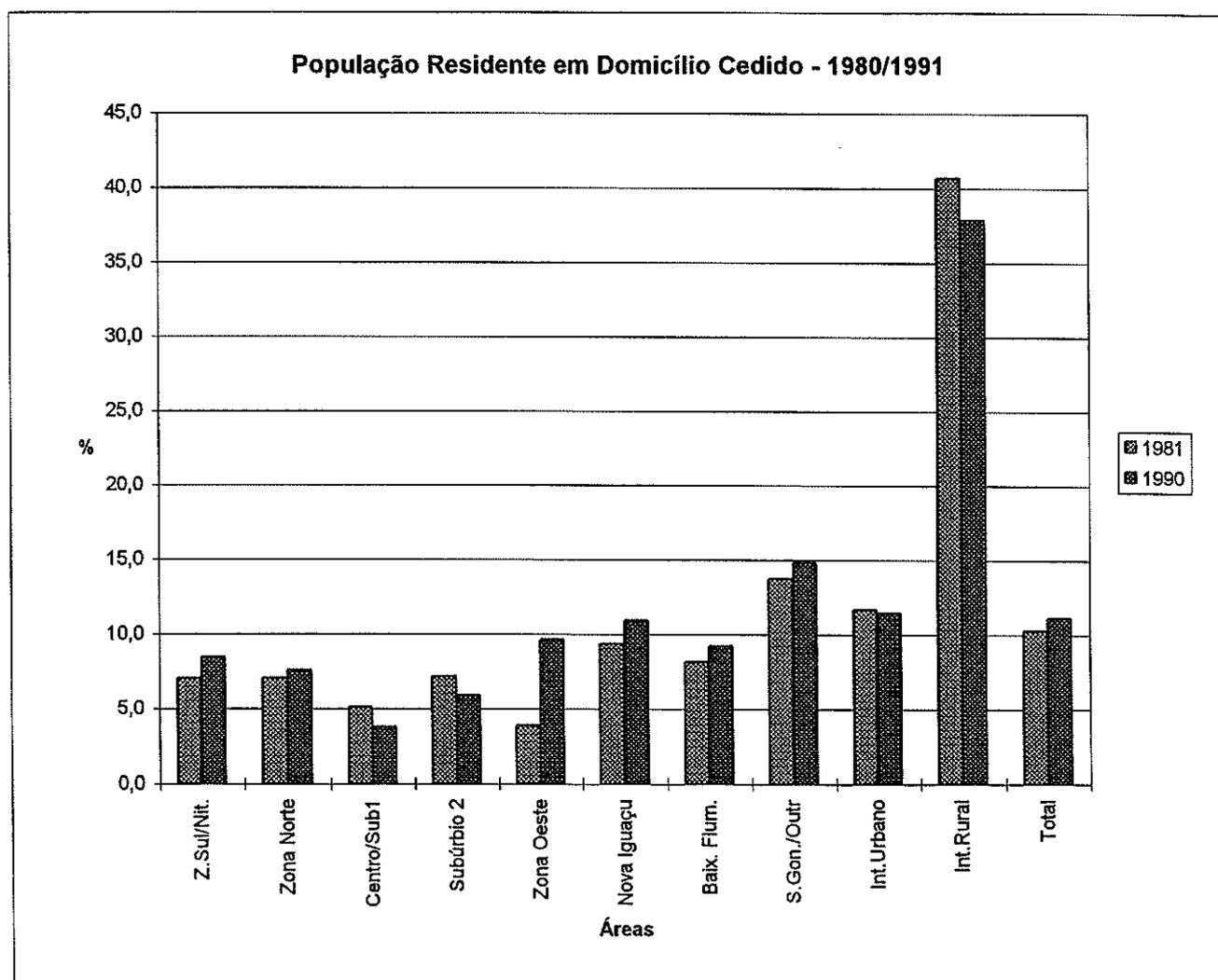


Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Quadro 6.11

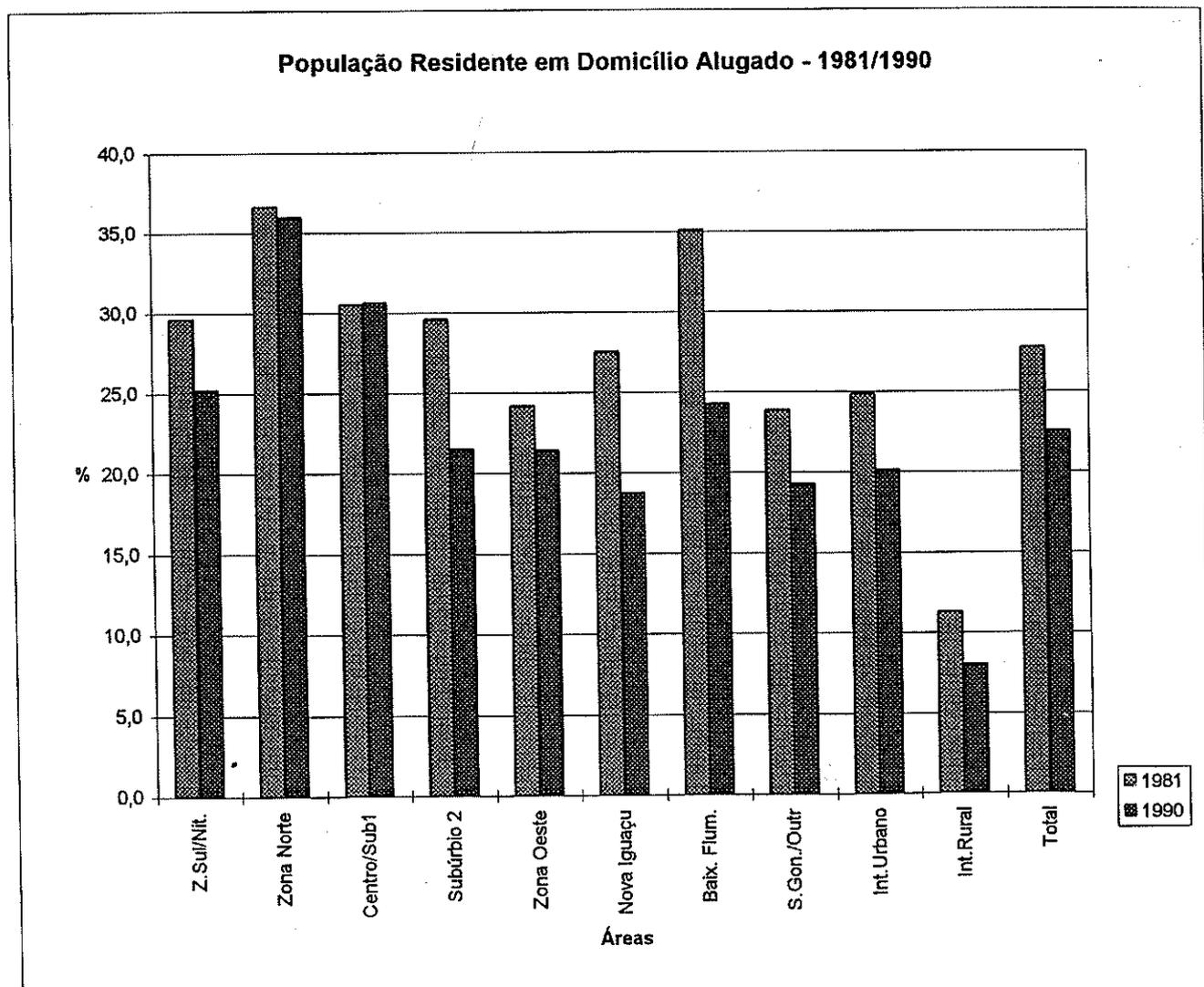
Condição de Ocupação: Imóvel Cedido			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	7,1	8,4	19,6
Zona Norte	7,0	7,5	7,1
Centro/Sub1	5,1	3,8	-25,9
Subúrbio 2	7,2	5,9	-17,9
Zona Oeste	3,9	9,6	149,1
Nova Iguaçu	9,4	10,9	16,8
Baix. Flum.	8,2	9,2	12,8
S.Gon./Outr	13,7	14,8	7,7
Int.Urbano	11,7	11,5	-2,1
Int.Rural	40,7	37,9	-6,9
Total	10,3	11,1	8,5



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal

Condição de Ocupação: Imóvel Alugado			
Áreas	1981	1990	Var.(%)
Z.Sul/Nit.	29,6	25,2	-14,9
Zona Norte	36,6	36,0	-1,7
Centro/Sub1	30,5	30,6	0,5
Subúrbio 2	29,6	21,5	-27,3
Zona Oeste	24,2	21,4	-11,5
Nova Iguaçu	27,5	18,7	-32,0
Baix. Flum.	35,1	24,2	-31,0
S.Gon./Outr	23,8	19,2	-19,3
Int.Urbano	24,8	20,1	-19,1
Int.Rural	11,3	8,0	-28,9
Total	27,7	22,5	-18,8



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabulações especiais - Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal